**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

OLNEY BRUNO DA SILVEIRA JUNIOR

**O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos
conselhos gestores: O caso do Conselho Municipal de
Educação do município de Poços de Caldas.**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Souza
Passador

**Ribeirão Preto
2009**

Prof^a. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dr. André Lucirton Costa
Chefe do Departamento de Administração

OLNEY BRUNO DA SILVEIRA JUNIOR

**O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos
conselhos gestores: O caso do Conselho Municipal de Educação
do município de Poços de Caldas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração das Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração das Organizações.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Souza Passador

**Ribeirão Preto
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVEIRA, Junior, Olney Bruno da

O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos conselhos gestores: O caso do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas. Ribeirão Preto, 2009.

180 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto / Universidade de São Paulo
– Área de Concentração: Desenvolvimento e Sustentabilidade Organizacional
Orientadora: Passador, Cláudia Souza

1. Democracia deliberativa. 2. Participação popular. 3. Conselhos gestores municipais

SILVEIRA JUNIOR, O. B. **O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos conselhos gestores: O caso do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas.** Dissertação de Mestrado em Administração das Organizações – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. 180 f.

ERRATA

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
No documento todo		seguimento	segmento
68	12	afirma	afirmam
68	22	metodologia	metodológica
109	03	29%	30%
109	03	67%	70%

FOLHA DE APROVAÇÃO

Olney Bruno da Silveira Junior

**O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos conselhos gestores:
O caso do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração das Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração das Organizações.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Sustentabilidade Organizacional

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

A Maria Isabel (Bel), minha esposa, com amor, admiração e gratidão por sua compreensão, carinho, presença e incansável apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

A meu filho Augusto que mesmo privado da convivência, orgulhou-se por ver seu pai como aluno na melhor instituição de ensino do país.

A minha filha Ana Teresa que carinhosamente fez companhia para a mãe nas noites que minha presença não foi possível, por seus carinhos e mimos.

Aos meus pais, Olney e Gelcira que proporcionaram educação e exemplos para a formação humana.

A minha sogra (Sarah) por todas as velas e orações.

AGRADECIMENTOS

A Dra. Cláudia Souza Passador, professora orientadora, que nestes anos de convivência, muito me ensinou, contribuindo para meu crescimento científico, intelectual e profissional.

Aos professores doutores da Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, principalmente a João Luis Passador, André Lucirton Costa, Sônia Valle Walter Borges de Oliveira, Alceu Salles Camargo Junior, Gilberto Tadeu Shinyashiki que durante os módulos obrigatórios ou opcionais transmitiram conhecimentos relevantes que fundamentaram meu raciocínio científico.

À Fundação de Ensino Superior de Passos/FESP – Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG, pela concessão de bolsa de ajuda de custo para a realização deste mestrado.

À Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso/FECOM, pela concessão de bolsa de ajuda de custo para a realização deste mestrado.

A Senhora Rosalie Maria Dal Poggetto Molinari, Presidente do Conselho Municipal de Educação e a Senhora Maria Raimunda da Silva e Souza, Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Poços de Caldas pela contribuição abnegada para esta pesquisa com informações, fatos, histórias, experiências e imagens.

“Educar é importante, sim. Mais importante ainda é preparar bons mestres. Com eles multiplicaremos agentes do bem. A piedade, a ciência, a honestidade, a virtude... é o alimento são que precisamos proporcionar para um adequado crescimento”.

Beata Carmen Sallés

SILVEIRA JUNIOR, O. B. **O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos conselhos gestores: O caso do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas.** Dissertação de Mestrado em Administração das Organizações – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. 180 f..

Os Conselhos Gestores Municipais funcionam como espaços públicos de debate de temas específicos promovendo a aproximação do cidadão à gestão da coisa pública. O ato legal que dá suporte a esta proposta de participação é a Constituição Federal de 1988. O cidadão é o grande pilar de transformação do contexto democrático quando assume as atribuições de interagir com os representantes eleitos na definição das políticas públicas. A política pública de educação dá aos municípios brasileiros a opção de criar seus próprios Sistemas de Ensino e institucionalizar os Conselhos Municipais de Educação. No município de Poços de Caldas o Conselho Municipal de Educação funciona como instrumento de deliberação e consulta. O objetivo geral deste trabalho é analisar as atividades desenvolvidas por este Conselho. Como percurso metodológico optou-se pelo método misto, quantitativo e predominantemente qualitativo. Cujas técnicas para obtenção dos dados foram: o questionário; a observação não-participante; a entrevista e a análise documental. O resultado da pesquisa demonstra que o Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas é agente de fortalecimento da democracia deliberativa, possuindo efetividade e autonomia deliberativa.

Palavras-Chave: Democracia Deliberativa; Participação Popular, Conselhos Gestores Municipais.

SILVEIRA JUNIOR, O. B. **The strengthening of the deliberate democracy through councils.** The case of the Educational Local Council in Poços de Caldas municipality. Dissertation the Master's degree in Administration of Organizations. Economy, Administration and Accounting University of Ribeirão Preto, São Paulo University, Ribeirão Preto, 2009. 180 f.

The Local management councils work as public places for having a debate of specific subjects promoting to bring the citizens closer the management public matter. The legal act that gives support for this participation offer is the 1988 Federal Constitution. The citizen is the great transformation pillar of the democratic context when taking on the attributions of interacting with the elected representatives defining the public policy. The educational public policy gives the Brazilian councils the option to create their own Teaching System and to establish the Educational Local Councils. In Poços de Caldas municipality the Educational Local council works as an instrument of deliberation and consultation. The major aim of this paper is to analyze the activities this council has developed. As a route of methodology it opted for the mixed method, quantitative and predominantly qualitative. The techniques used to obtain the data were: the questionnaire; the non participating observation; the interview and documentary analyze. The result of the research shows that the Educational Local council in Poços de Caldas is the strengthening agent of the deliberate democracy, having got an effective result and deliberate autonomy.

Key words: Deliberate Democracy, Popular Participation, Local Management Councils.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Tipos de Referendo.....	25
Quadro 2	Objetivos dos CME.....	34
Quadro 3	Funções e Atribuições do Conselho Municipal de Educação. 62/63	
Quadro 4	Pressupostos do Paradigma Dialético.....	67
Quadro 5	Natureza da Pesquisa Qualitativa	69
Quadro 6	Natureza da Pesquisa Quantitativa	70
Quadro 7	Técnicas de Pesquisa e Fontes de Informação	76
Quadro 8	Resumo do Percorso Metodológico da Pesquisa.....	87
Quadro 9	Conselhos Municipais do Município de Poços de Caldas	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	População do Município de Poços de Caldas	89
Gráfico 2	Instituições de Ensino no Município de Poços de Caldas	92
Gráfico 3	Profissionais de Educação no Município de Poços de Caldas....	93
Gráfico 4	Matrículas no Município de Poços de Caldas	93
Gráfico 5	Perfil Conselheiros CME-PC (Masculino/Feminino)	109
Gráfico 6	Perfil Conselheiros CME-PC (Idade)	109
Gráfico 7	Perfil Conselheiros CME-PC (Estado Civil)	110
Gráfico 8	Perfil Conselheiros CME-PC (Número de Filhos)	110
Gráfico 9	Perfil Conselheiros CME-PC (Formação)	111
Gráfico 10	Perfil Conselheiros CME-PC (Renda)	112
Gráfico 11	Perfil Conselheiros CME-PC (Atuação no Mercado)	112
Gráfico 12	Procedimentos de Criação e Gestão do CME-PC	113
Gráfico 13	Funções do CME-PC – Interpretação Conselheiros	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização geográfica do Município de Poços de Caldas	89
Figura 2	Entrada “Casa dos Conselhos”	96
Figura 3	Sala de Reuniões “Casa dos Conselhos”	96
Figura 4	Placa da Fachada	96
Figura 5	Sala “Casa dos Conselhos”	96
Figura 6	Sala CME-PC na SEMEC	97
Figura 7	Reunião Ordinária CME-PC	97
Figura 8	Quadro de Avisos CME-PC	97
Figura 9	Cristo Redentor – Poços de Caldas	98
Figura 10	Recanto Japonês – Poços de Caldas	98
Figura 11	Vista Parcial de Poços de Caldas	98
Figura 12	Vista Parcial de Poços de Caldas II	98
Figura 13	Estrutura Organizacional do CME-PC	103
Figura 14	Site do CME - Poços de Caldas	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resultados das Eleições 2.000, 2.004 e 2.008	90
Tabela 2	IDH-M de Poços de Caldas.....	91
Tabela 3	IDEB Observado e Metas do Município de Poços de Caldas	94
Tabela 4	Distribuição de Metas IDEB até o ano de 2.021.....	94
Tabela 5	Participação da Sociedade no CME-PC.....	102
Tabela 6	Caracterização do Trabalho dos Conselheiros – Gerais.....	115
Tabela 7	Caracterização do Trabalho dos Conselheiros – Interatividade	116
Tabela 8	Caracterização do Trabalho dos Conselheiros – Divulgação....	116
Tabela 9	Caracterização Trabalho dos Conselheiros – Funcionamento..	118
Tabela 10	Caracterização Trab. Conselheiros/Instrumento Democrático..	119
Tabela 11	Frequência de Reuniões do CME-PC – 2.005	121
Tabela 12	Frequência de Reuniões do CME-PC – 2.006	122
Tabela 13	Frequência de Reuniões do CME-PC – 2.007	122
Tabela 14	Frequência de Reuniões do CME-PC – 2.008	123
Tabela 15	Reuniões Câmaras Técnicas CME-PC entre 2.005 e 2.008	123
Tabela 16	Indicador de Participação no CME-PC – seguimento	128
Tabela 17	Membros por seguimento passivos de exoneração	129

LISTA DE SIGLAS

ABIMC	% de Absenteísmo Individual do Membro do Conselho
Art.	Artigo
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CME	Conselho Municipal de Educação
CME-PC	Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas
FALJUSTP	% de Faltas Justificadas no Período
GPUBLIC	Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PARTSUPP	% de Participação do Suplente no Período
PFL	Partido da Frente Liberal
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPS	Partido Popular Socialista
PRÓ-CONSELHO	Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
SEMEC	Secretaria de Educação e Cultura do Município de Poços de Caldas
SICME	Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Objetivo Geral.....	17
1.2	Objetivo Específico	17
1.3	Pergunta – Problema.....	18
1.4	Linha de Pesquisa, Metodologia e Estrutura do Trabalho	18
2	A Democracia	22
2.1	A Democracia Direta.....	23
2.2	A Democracia Representativa	24
2.3	A Democracia Deliberativa	26
2.3.1	A Participação Popular	31
3	Conselhos Gestores	36
3.1	Conselhos Gestores no Brasil	44
3.2	Conselhos Municipais de Educação no Brasil	50
3.2.1	Perfil dos Conselho Municipais de Educação – SICME.....	55
3.2.2	Criação e Composição dos CME.....	59
3.2.3	Funções e Atribuições do CME	62
4	METODOLOGIA	65
4.1	Pressuposto Epistemológico	66
4.2	Abordagem Metodológica e Classificação da Pesquisa	68
4.3	Técnicas de Coleta de Dados.....	75
4.3.1	Observação não-participante.....	77
4.3.2	Questionários	78
4.3.3	Entrevistas.....	81

4.3.4	Análise de documentos	83
4.4	Técnicas de Análise dos Dados Coletados	84
5	ESTUDO DO CASO DO CME-PC	88
5.1	Caracterização do Município de Poços de Caldas	88
5.2	Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas- CME-PC	99
5.3	Resultados da Pesquisa e Análise dos Dados	108
6	CONCLUSÕES	134
	REFERÊNCIAS	141
	APÊNDICE(S)	
	Apêndice A – Apresentação e Autorização de Pesquisa	151
	Apêndice B – Termo de Consentimento Informado.....	152
	Apêndice C – Questionário 1 – Perfil dos Conselheiros do CME-PC.....	153
	Apêndice D – Questionário 2 – Procedimentos de Criação do CME-PC	154
	Apêndice E – Questionário 3 – Caracterização trabalho no CME-PC.....	157
	Apêndice F – Formulário de Entrevista Padronizada, Presidente do CME	160
	Apêndice G – Roteiro de Entrevista Despadronizada, Secretária SEMEC	162
	Apêndice H – Transcrição de Entrevista Padronizada, Presidente do CME ..	163
	Apêndice I – Transcrição de Entrevista Despadronizada, Secretária SEMEC	167
	ANEXO(S)	
	Anexo A – Regimento Interno do CME	169
	Anexo B – Lei Municipal 7.947 de 07 de janeiro de 2.004	175

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 1º define que “o poder emana do povo”. Estabelece alguns princípios de governo como democracia representativa – em que, por meio do voto, se elegem aqueles que irão decidir pelo povo, representando a sua vontade - e democracia deliberativa – em que a sociedade civil organizada é estimulada a participar do aparato do governo municipal, estadual e/ou federal, deliberando sobre assuntos de interesse geral nos respectivos Conselhos. É o caso do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas.

A população brasileira e os governantes eleitos pelo modelo representativo demonstram, em muitos casos, não entender em suas prerrogativas, o desinteresse em buscar alternativas que estimulem a democracia representativa e efetivem a participação da sociedade na gestão das coisas públicas.

Tal argumento já seria suficiente para justificar a importância do estudo sobre o fortalecimento da democracia deliberativa por intermédio dos Conselhos Gestores: suas atividades, seus processos, as formas de participação e deliberações. Entender seu funcionamento contribuirá para a conscientização coletiva dos conceitos da democracia deliberativa, bem como estimular a inserção do cidadão na administração pública.

Não sendo considerados novos, os Conselhos Gestores têm antecedentes históricos nas experiências dos movimentos sociais urbanos na

integração com o Executivo municipal e estadual em fins da década de 1970 e ao longo de 1980 (RAICHELIS, 2006).

Disseminados na quase totalidade dos municípios brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, muitos Conselhos não funcionam efetivamente, faltando-lhes autonomia deliberativa, devido a raízes centralizadoras e clientelistas da política nacional. Situação diferente para outros municípios que desenvolveram conjuntamente com a sociedade uma democracia concertada, embasada no envolvimento do cidadão como agente pró-ativo de idéias, debates, deliberações e fiscalizações.

1.1 Objetivo Geral

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é:

Entender as atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas.

1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

1) verificar como funciona o Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas;

2) verificar a paridade em sua composição e equidade de poder nas decisões no Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas;

3) verificar o processo de eleição dos conselheiros e a composição da Mesa Diretora.

1.3 Pergunta - Problema

Todo o raciocínio para desenvolvimento do trabalho de pesquisa parte da busca de uma resposta para a pergunta/problema:

O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas funciona como agente de fortalecimento da democracia deliberativa?

1.4 Linha de Pesquisa, Metodologia e Estrutura do Trabalho

A pesquisa está inserida na linha de Desenvolvimento e Sustentabilidade Organizacional do programa de Mestrado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP, campus da Universidade de São Paulo – USP, que “estuda a sustentabilidade de organizações públicas, privadas e da sociedade civil. São eixos que procuram teorizar sobre o papel das organizações na sociedade e sua contribuição no desenvolvimento econômico, social e das pessoas que dela participam”. Sendo a pesquisa parte do Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas (GPublic).

A metodologia tem como fundamento epistemológico a dialética, tratando-se de uma pesquisa de abordagem mista (qualitativa e quantitativa), de finalidade básica. Classificada como pesquisa descritiva, bibliográfica, documental é um estudo de caso que utiliza como técnicas de pesquisa o questionário, a observação, a entrevista e a análise de documentos.

Para tratamento dos dados coletados por meio dos questionários e de alguns dados da análise de documentos fez-se tratamento estatístico descritivo para, em seguida, utilizar-se de método fenomenológico para análise. Todas as classificações e estratégias de pesquisa permitirão obter respostas para a pergunta/problema.

Os elementos textuais do trabalho contam, além dessa introdução, com dois capítulos de referencial teórico um de metodologia e outro de apresentação do Estudo de Caso além da conclusão. Os capítulos de referencial teórico se encontram assim dispostos:

O Capítulo 2, intitulado de “Democracia”, apresenta, além do conceito de democracia, um breve descritivo sobre os modelos: Democracia Direta; Democracia Representativa e Democracia Deliberativa, sendo que desse último especial atenção é dada ao item participação popular.

O Capítulo 3, “Conselhos Gestores”: faz a sua definição e apresenta conceitos. Aborda a institucionalização dos Conselhos no Brasil e versa especificamente sobre os Conselhos Municipais de Educação. Para tal, aponta dados do Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação – Pró-Conselho.

A “Metodologia” apresenta no Capítulo 4, traz o caminho metodológico percorrido para a fundamentação da pesquisa, aponta os fundamentos epistemológicos, a natureza da pesquisa, a sua finalidade e os seus tipos, bem como as técnicas propostas para coleta dos dados. E mais: determina o método proposto para tratamento dos dados coletados e os recursos tecnológicos preparados para o seu registro.

O Capítulo 5, intitulado “Estudo do Caso do CME-PC” apresenta a cidade de Poços de Caldas, município escolhido por conveniência para a realização do estudo, o Conselho Municipal de Educação do município - objeto de estudo deste trabalho - os dados coletados e suas análises.

A conclusão do estudo é apresentada na seqüência, trazendo uma visão completa do funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas com suas características e desafios.

O Conselho Municipal de Poços de Caldas é um Conselho com vários pontos fortes como: funcionamento efetivo, autonomia deliberativa, paridade em sua formação, e outros itens que precisam ser melhorados como: iniquidade na tomada de decisões e o Regimento Interno tem algumas necessidades de adequações com à realidade dos trabalhos desenvolvidos ou vice-versa.

Ao final deste documento encontram-se, como Apêndice, todos os documentos utilizados na pesquisa e a transcrição das entrevistas realizadas: Carta de Comunicação e Autorização da Pesquisa; Termo de Consentimento Informado; Modelos dos três questionários utilizados na pesquisa; Formulário de entrevista padronizada; Roteiro de entrevista despadronizada; Transcrição de entrevista padronizada; Transcrição de entrevista despadronizada.

Também anexo está disponibilizado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas e a Lei Municipal nº 7.947 de sete de janeiro de 2.004 – Criação do Sistema Municipal de Ensino e do Novo Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas.

2 A DEMOCRACIA

Democracia significa no seu sentido etimológico o governo do povo ou o governo da maioria. Na Grécia antiga era considerada uma forma de governo que figurava entre o regime da monarquia cujo poder era mantido sob a responsabilidade do rei (como ocorreu no Brasil, entre os anos de 1500 e 1889) e o regime da aristocracia, conhecido como o governo de alguns poucos cidadãos com características específicas que detinham o poder sobre as coisas públicas (ROSENFELD, 1989).

A manutenção do regime democrático se dá no equilíbrio entre os direitos da pessoa e os direitos da sociedade; entre a liberdade e a soberania (AZAMBUJA, 2003).

Azambuja (2003, p.311-312) defende que:

Com todas as suas imperfeições, a democracia é, até agora, a mais benévola e humana forma produzida pela civilização ocidental, que tende a aumentar a dignidade e as faculdades criadoras de cada indivíduo. Suas imperfeições intrínsecas fazem dela a mais difícil, a mais ousada e a mais promissora forma de organização da sociedade humana (AZAMBUJA 2003, p.311-312).

Sendo a democracia um governo da maioria, essa deve ser responsável pela manutenção da soberania popular, respeitando de maneira íntegra os direitos humanos, o que, segundo o mesmo autor, é uma definição singela que tem a vantagem de

agregar às nossas convicções e aos nossos princípios a democracia política - que inclui a democracia participativa, é obvio, as formas de participação indireta e direta da cidadania, a liberdade [...], e também a democracia social - os direitos econômicos, sociais e culturais sem os quais não se pode falar em democracia (DUTRA; BENEVIDES, 2005, p. 21)

As várias formas do exercício da democracia - a direta, também conhecida como antiga, a representativa e a deliberativa não são excludentes, mas modelos complementadores de organização social.

2.1 A Democracia Direta

A Democracia Direta tem a origem de seu conceito na Grécia Antiga, onde o povo se reunia em praça pública para participar das assembléias e ouvir os demagogos debaterem e exporem suas idéias. O título de cidadão naquela época era excludente, pois mulheres, crianças e escravos não estavam inclusos (AZAMBUJA, 2003).

As leis preliminarmente elaboradas pelos juristas integrantes do intitulado “conselho dos quinhentos” uma espécie de parlamento constituído por elementos eleitos pelo povo para exercer o poder em seu nome eram discutidas e votadas diretamente pelo povo, que as seguia e por isso se considerava livre. Tais leis eram balizadas por preceitos religiosos, morais e civis (AZAMBUJA, 2003).

Razões estruturais permitiam a forma direta de governo do povo pelo povo: pequenas extensões territoriais, número reduzido de cidadãos uma vez que os escravos, mulheres e crianças sem o direito de voto, menor complexidade

dos temas discutidos e a questão do tempo dedicado pelo cidadão às questões do Estado, pois, na maioria das vezes, vivia da exploração do trabalho escravo (AZAMBUJA, 2003).

Mesmo com toda a tecnologia de processamento de dados e *softwares* inteligentes do mundo contemporâneo não seria possível a manutenção da Democracia Direta como forma de governo do povo pelo povo, conforme afirma Azambuja (2003, p.223) “o homem moderno vive entregue a seus afazeres, tem profissão absorvente, não poderia dispor do tempo necessário para discutir e votar milhares de assuntos em dezenas de reuniões anuais”.

A individualização provocada pela vida moderna excluiu das atribuições e responsabilidades do cidadão a gestão da coisa pública, sendo necessário um novo modelo de democracia, denominado Representativo.

2.2 A Democracia Representativa

A Democracia Representativa se configura basicamente pela participação do cidadão como eleitor que decide diretamente por meio do voto livre, único e intransferível, quem os representará nas esferas municipal, estadual e federal, junto ao poder Legislativo e Executivo, no governo da coisa pública.

Vários são os complexos fatores do mundo contemporâneo que conduzem ao regime democrático representativo: Extensos territórios para garantir a soberania, população numerosa com demandas personalizadas, complexidade dos

serviços prestados pelo Estado e a pequena densidade demográfica impossibilitando a reunião dos cidadãos para os debates (AZAMBUJA, 2003).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CF/88 regulamenta a soberania popular em seu Art. 14 nos seguintes termos “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular.

Para Azambuja (2003, p.224) referendo consiste em “todas ou algumas leis que, depois de elaboradas [...], somente se tornam obrigatórias se o corpo eleitoral, expressamente convocado, as aprova”.

Referendo consultivo ou plebiscito	Quando o povo é chamado a pronunciar-se sobre a conveniência ou não de uma lei.
Referendo deliberativo	Quando a consulta do povo é posterior à elaboração da lei.
Referendo constituinte	Quando versa sobre reforma ou emendas à Constituição.
Referendo legislativo	Quando se refere a leis ordinárias.

Quadro 1: Tipos de Referendo

Fonte: Adaptado de Azambuja (2003).

A iniciativa popular é a forma que mais se aproxima da democracia direta. Por meio da iniciativa popular o Poder Legislativo fica obrigado a elaborar uma determinada lei. Para Azambuja (2003, p.225) “se certo número de eleitores se manifesta pela necessidade de uma lei, o Poder Legislativo fica juridicamente obrigado a discuti-la e votá-la”. Ainda, segundo o mesmo autor, “A iniciativa popular é considerada articulada quando o povo apresenta ao Poder Legislativo projeto de

lei completo, redigido por artigos”, podendo também ser considerada não articulada ou por moção quando “o povo pede ao órgão Legislativo que prepare uma lei sobre determinada matéria”.

A evolução da intelectualidade do cidadão traz consigo o início de um movimento na busca pelo maior envolvimento e participação nos assuntos públicos. O cidadão se transforma em um ente mais politizado, com mais interesse pela coisa pública, inserindo em seus debates vários temas até então restritos aos representantes eleitos.

Ao mesmo tempo, as desigualdades sociais vêm produzindo demandas cada vez mais complexas e contínuas exigindo do Governo uma postura eficiente no trato dos recursos aplicados nas políticas públicas, para solução das causas de tais problemas.

O cidadão mais participativo adquiriu novas atribuições no cotidiano da sociedade moderna. Mobiliza seus pares para representar seguimentos da sociedade, delibera e normatiza sobre assuntos de interesse público e fiscaliza a aplicação do dinheiro público e o desenvolvimento das ações planejadas.

O modelo de democracia discutido a partir da retomada do envolvimento do cidadão com os assuntos públicos é o deliberativo, também intitulado de participativo.

2.3 A Democracia Deliberativa

O questionamento do projeto democrático representativo nos leva à reflexão proposta por Nogueira (2005, p. 77): “uma conjunção de fatos e mudanças

fortes fez com que, na passagem do século XX para o século XXI, o terreno das relações entre Estado e sociedade civil ficasse bastante congestionado”, permitindo concluir que tais mudanças fazem parte do processo evolutivo da sociedade.

O cenário continua marcado pela incerteza, mas como que uma fresta de luz no horizonte, por onde se insinua uma leitura mais otimista do futuro próximo. O que antes era consenso, já não é mais. O que antes se ignorava solenemente (como a exclusão), hoje é motivo de preocupação e agiganta-se na consciência coletiva. De repente, começamos a registrar um tom diferente nos discursos proferidos por porta-vozes insuspeitos. Da ênfase exclusiva e quase fanática nos efeitos positivos do ajuste neoliberal, passou-se a admitir abertamente sua extraordinária capacidade de produzir efeitos negativos, até então não reconhecidos ou menosprezados (NOGUEIRA, 2005. p.79).

O momento atual busca a renovação para a institucionalidade do processo democrático, capaz de sustentar conjuntamente os princípios de reconhecimento, participação e redistribuição (FLEURY, 2006).

a democracia passa a ser vista, mais do que um procedimento, como uma prática social na qual se constroem as identidades coletivas, uma nova gramática de organização da sociedade que permite a redefinição dos vínculos sociais, a inclusão de novos temas e atores, a ampliação do político (FLEURY, 2006, p. 86).

A Democracia Deliberativa emerge da coletividade que busca o reconhecimento, a participação e a redistribuição do poder nos arranjos coletivos que incluem as escolhas coletivas estabelecidas no diálogo livre e de pública argumentação, sendo governados por essas decisões. De concepção substantiva e não procedimental, a democracia deliberativa envolve valores como o igualitarismo e a justiça social (FLEURY, 2006).

Segundo Azambuja (2003, p. 223-224), “trata-se de uma aproximação da democracia direta. É um sistema misto, que guarda as linhas gerais do regime representativo, porque o povo não se governa diretamente, mas tem o poder de intervir” atuando como co-autor das políticas públicas.

A grande diferença entre a democracia deliberativa e a representativa está na tomada de decisão, sendo que, diferentemente do modelo representativo, as próprias normas são objeto de deliberação (FLEURY, 2006).

A institucionalização da democracia deliberativa não exclui a democracia representativa, sendo um complemento importante para o governo das políticas públicas (DUTRA; BENEVIDES, 2005).

Para se instalar e manter a democracia deliberativa se faz necessário um ambiente de consenso e diálogo, em que as diferenças estejam nulas e os interesses sejam para o bem comum com grande ênfase dada.

à troca de informações entre os participantes, o que permitiria a transformação dos pontos de vista, e à exigência de argumentar em defesa de suas posições, o que favoreceria o entendimento e a geração de consensos mais amplos. O processo decisório não é para eleger entre alternativas, mas para gerar novas alternativas, o que possibilitaria maior inovação social. Finalmente, espera-se que as decisões assim tomadas propiciem maior justiça redistributiva e sejam mais sustentáveis (FLEURY, 2006, p. 87).

A cultura política autoritária e excludente favoreceu as iniquidades sócio-econômicas. Somente a democracia deliberativa observa o momento que exige radicalização e aplica a inclusão daqueles que foram alijados do poder podendo assim, romper o vicioso círculo da política. Para Fleury (2006, p. 88) “Espera-se uma democracia concertada em torno de consensos estratégicos, em

que as políticas sejam negociadas com os diferentes atores sociais envolvidos no processo, cujos interesses serão afetados”.

Nota-se certo descrédito em torno das instituições democráticas do modelo representativo como o Legislativo e o Executivo, quando das demandas por participação e por inovação na gestão da coisa pública, ressaltando que a participação popular no molde da democracia deliberativa deve ser um complemento ao princípio representativo (CALDERÓN, 2000).

A busca e o reconhecimento pelo governo de atores sociais tão distintos como partícipes de uma mesma arena pública de debates cuja atuação se faria sob um conjunto de regras conhecidas, é o primeiro grande passo na construção de uma nova institucionalidade democrática para o Estado (FLEURY, 2006).

A perda da legitimidade das instituições democráticas, a complexidade e a auto-organização da sociedade civil vinculada à redução do poder dos Estados Nacionais, têm exigido uma nova institucionalidade democrática que seja capaz de introduzir no conceito de cidadania a participação.

Calderón (2000, p.29), afirma que “dentro do processo de democratização política, a renovação do arcabouço legal que norteia a vida política da federação, dos estados e municípios iniciou-se com a promulgação da Nova Constituição do Brasil em 1988”.

A CF/88 traz em seu preâmbulo a declaração de que “os representantes do povo brasileiro”, reuniram-se munidos do poder a eles conferidos pelo voto, para “instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o

desenvolvimento, a igualdade e a justiça”. Essa é a Lei soberana que guarda os direitos e deveres da Sociedade Civil e o Estado brasileiro, marco legal que institui a participação social como princípio democrático.

Declarada a República Federativa do Brasil como Estado democrático e inclusos os municípios como novos entes federativos nesse contexto, a CF/88, no primeiro artigo, declara que essa República é formada pela

união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político (BRASIL; Título I – Dos princípios Fundamentais - Artigo 1º - Constituição da República Federativa do Brasil).

A manutenção do Estado Democrático e de seus fundamentos far-se-á a partir da relação entre o Estado e a Sociedade Civil.

A CF/88 dispõe sobre a organização Política e Administrativa do Estado definindo no Artigo 18 que “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos [...]”

Neste processo de descentralização e de valorização do pacto federativo, a CF/88 garante a democracia e a liberdade, incentivando a descentralização, uma vez que o Artigo 25 impõe que “Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem” observando os princípios da CF/88.

Com relação aos municípios, inseridos pela primeira vez na história brasileira no texto da CF/88 como ente federativo, impõe-se a criação da Lei Orgânica Municipal, conforme previsto no Artigo 29 que obriga “O Município reger-se-á por lei orgânica [...]” considerando no âmbito municipal o atendimento dos princípios estabelecidos na CF/88 e na Constituição do respectivo Estado.

2.3.1 A Participação Popular

A Democracia Deliberativa pressupõe participação popular direta, sendo um novo modelo de gestão pública, em que o cidadão, de posse de informações, debate e delibera sobre a aplicação dos recursos públicos (DUTRA; BENEVIDES, 2001).

Se busca a gestão descentralizada de recursos, com a participação universal, direta e voluntária da cidadania. [...] é obvio que se trata de um processo, que vai progressivamente se aperfeiçoando e fazendo desabrochar a consciência crítica da população e, com ela, a noção de responsabilidade coletiva de cada um com a coisa pública (DUTRA; BENEVIDES 2001, p. 11).

O desafio da conquista de espaços públicos de debate para aumentar a participação social é, sem duvida, um dos aspectos mais desafiadores para o alcance das possibilidades da democracia deliberativa na esfera municipal (JACOBI, 2002).

Devemos, pois, trabalhar cotidianamente para a construção do espaço público, em que devem surgir e se desenvolver novas instituições, e brotar viçoso o conceito vivo de república. Paralelamente, começam a ser alicerçados os fundamentos de um Estado verdadeiramente democrático, com o objetivo principal e essencial de garantir a cidadania (DUTRA; BENEVIDES 2001, p. 16).

A partir da CF/88 até a atualidade, a participação popular nas diversas esferas públicas vem sendo amparada e institucionalizada dentro de marcos da democracia representativa. Transforma-se no referencial de ampliação das possibilidades de acesso dos setores populares à gestão pública, trabalhada dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil, de fortalecimento dos mecanismos democráticos e de garantia da execução eficiente de programas de compensação social (JACOBI, 2002).

As experiências eficazes de gestão municipal que assumem de maneira radical a democracia deliberativa na gestão da coisa pública, assim como ampliam concretamente a potencial participativo da sociedade vêm mostrando ao longo dos anos “tímidas”. Os processos existentes estão permeados de condicionantes da cultura política marcados por tradições estadistas, centralizadoras, patrimonialistas e, portanto, por padrões de relação clientelistas, meritocráticos e de interesse criados entre Sociedade e Estado (JACOBI, 2002).

O que está em jogo é a necessidade de atualização dos princípios ético-políticos da democracia, em que o fortalecimento do tecido associativo potencializa o fortalecimento da democracia no resto das esferas da vida social (JACOBI, 2002).

De acordo com JACOBI (2002), as práticas sociais que estimulam a cidadania participativa representam a possibilidade de se constituir um espaço

privilegiado para cultivar a responsabilidade pessoal, a obrigação mútua e a cooperação voluntária. A ampliação da esfera pública ocasiona demanda à sociedade para obtenção de uma maior influência sobre o Estado (JACOBI, 2002).

As transformações político-institucionais e a ampliação dos canais de representatividade dos setores organizados da sociedade, como exemplo, os Conselhos Gestores Municipais, representam a conquista destes setores que mostram a potencialidade da construção de sujeitos sociais identificados por objetivos comuns de transformação da realidade de interesse e da gestão da coisa pública (JACOBI, 2002).

A participação social se enquadra no processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso a ele (JACOBI, 2002).

A participação popular é identificada como os argumentos da democratização que têm como referência o fortalecimento dos espaços de socialização, de descentralização do poder e de crescente autonomização das decisões. Por outro lado, a participação popular cria espaços e formas de articulação do Estado com os sujeitos sociais, configurando um instrumento de socialização da política, reforçando o seu papel como meio para realizar interesses e direitos sociais que demandam uma atuação pública (JACOBI, 2002).

Assim o arranjo institucional participativo se consolida na medida em que viabiliza a capacidade dos grupos de interesse de influenciar, direta ou indiretamente, a formulação e gestão de política pública.

Essa consolidação representa a maturidade e a ampliação de praticas comunitárias, por meio do reconhecimento de direitos efetivamente exercitáveis que estimulem estratégias de envolvimento e co-responsabilização.

O maior desafio da proposta de participação popular é o de garantir a definição de critérios de representação, de forma a impedir tanto a sua manipulação por grupos guiados por interesses particularizados, como a possibilidade da sua instrumentalização pela administração pública (JACOBI, 2002).

As dificuldades na cooperação entre estado e município impedem a ampliação do poder local na gestão, o que se reflete na prevalência das instâncias dos canais informais e da lógica da cultura política tradicional dessas administrações. O executivo se constitui no espaço privilegiado das decisões, exercendo uma função catalisadora e pouco inovadora.

O caminho para que as coisas públicas se tornem objeto de controle social ainda é longo e sinuoso (LABRA; FIGUEIREDO, 2002).

o questionamento das imperfeições mais visíveis da democracia representativa aponta para a institucionalização de mecanismos de participação complementares e fortalecedores do princípio da representação. Entre os mais corretivos apresentados pela população, a criação dos Conselhos – dos mais diversos tipos e das mais variadas funções – constitui-se na principal demanda de inovação na gestão municipal no final dos anos 80 (CALDERÓN, 2000, p. 71).

O envolvimento da participação popular na Gestão Pública é cada vez mais indispensável para o desenvolvimento do processo de democracia deliberativa nos moldes constitucionais e isto se dá a partir da institucionalização de mecanismos e procedimentos de participação (AZEVEDO, 2005).

A democracia mista - entre os princípios da representativa e as inovações da deliberativa é a melhor alternativa para que tenhamos um modelo de

gestão pública próxima do desejável para a realidade social, com políticas públicas aplicáveis, com participação democrática de todas as classes organizadas, com cidadãos exercendo sua cidadania em espaços públicos de debate.

O próximo capítulo apresenta os Conselhos Gestores como instrumento de participação popular, sua situação no Brasil e a sua institucionalização nos municípios.

3 CONSELHOS GESTORES

Os conselhos são espaços de interface entre o Estado e a sociedade. São pontes entre a população e o governo, assumindo a co-gestão das políticas públicas. O poder é partilhado entre os representantes do governo e da sociedade: todos assumem a tarefa de propor, negociar, decidir, programar e fiscalizar a realização do interesse público (CARVALHO, 1998).

Várias são as experiências de conselhos, podendo-se destacar ao longo da história a Comuna de Paris no século XIX, os Conselhos Operários de Turim, os Conselhos Alemães e os Iugoslavos no século XX e os Conselhos Americanos do Pós-guerra (GOHN, 2001).

Os Conselhos são direcionados para o desenvolvimento de um trabalho integrado entre a sociedade civil e o poder público, na gestão da coisa pública.

O papel dos Conselhos Gestores como instrumento dialógicos de controle popular da Administração Pública, permite aos cidadãos muito mais que a sua integração na co-gestão administrativa, pois admite que os mesmos possam identificar e contribuir na eleição de políticas públicas que favoreçam a realidade da própria comunidade a qual pertençam (AZEVEDO, 2005, p. 1).

A comunicação efetiva entre a sociedade civil e o poder público pode ser estabelecida pelos Conselhos, que agem como canais efetivos e diretos de representatividade. Os representantes da comunidade, atuando como conselheiros, contribuem para melhorar as diretrizes das ações do governo para a satisfação das

demandas sociais, uma vez que estão próximos dos problemas locais, conferindo inclusive maior transparência nas alocações dos recursos para desenvolvimento das ações planejadas (ALBUQUERQUE, 2006).

Com o intuito de um controle mais efetivo das ações estatais, busca-se viabilizar a participação de seguimentos da sociedade na formulação de diretrizes de políticas públicas, institucionalizando os Conselhos Gestores de Políticas Públicas como instrumentos mediadores na relação sociedade e Estado (TONELLA, 2004).

A criação dos Conselhos Gestores depende de leis ordinárias estaduais ou municipais. Estão integrados aos órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo, voltados para políticas específicas de educação, saúde, dentre outras, auxiliando e dando suporte para o desenvolvimento das políticas públicas das mesmas. Constituem-se em instrumentos de expressão, representação e participação do povo, configurando-se como uma possibilidade de ampliação de um espaço público de debates, sem função de governabilidade, apesar de dotados de potencial de transformação política (GOHN, 2000).

Segundo Calderón (2000, p. 109) existem alguns questionamentos do próprio modelo representativo sobre a atuação dos Conselhos Gestores como uma forma dupla de representatividade da sociedade. Questionando “se os Conselhos têm representantes da sociedade civil, os representantes do poder público representam quem? Quem os elegeu? Eles representam a cidadania ou os vilões?”

Na defesa do modelo deliberativo, Calderón (2000, p. 109) argumenta que “as demandas por maior fiscalização e controle popular dizem

respeito ao redimensionamento da idéia de soberania popular e do princípio da representação” e continua sua defesa afirmando que “uma parte do poder soberano radica no cidadão, sendo imperativo defender esse poder inerente à cidadania”.

Para a institucionalização dos Conselhos Gestores faz-se necessário respeitar os princípios de caráter legal, composição, remuneração dos conselheiros, natureza das reuniões e funcionamento, apresentados por Oliveira (2008) como características básicas.

Para legalidade dos Conselhos Gestores esses devem respeitar algumas prerrogativas, ao concordar que os conselhos,

são órgãos concebidos para influir constitutivamente na vontade normativa do Estado, mediante o exercício de competências conferidas pelas respectivas leis criadoras, que devem trazer as linhas definidoras de seu campo de atuação. Não podem os conselhos deliberar sobre matérias que extrapolem os setores das políticas sociais sob sua responsabilidade, nem questões que extravasem o âmbito da esfera de governo onde foram criados e das atribuições que lhes foram conferidas (...) Os conselhos constituem-se em instâncias de caráter deliberativo, porém não executivo; são órgãos com função de controle, contudo não correcional das políticas sociais, à base de anulação do poder político. O conselho não quebra o monopólio estatal da produção do Direito, mas pode obrigar o Estado a elaborar normas de Direito de forma compartilhada (...) em co-gestão com a sociedade civil (MOREIRA, 1999, p.4).

Com relação à composição dos Conselhos Gestores por representantes da sociedade civil e do poder público observa-se que a legislação impõe

o respeito ao princípio da paridade entre Estado e sociedade, como mecanismo de equilíbrio nas decisões. A representação governamental nos conselhos é feita, no geral, por agentes públicos titulares de cargos de direção na Administração direta ou indireta, por responsáveis pelas áreas das políticas sociais, e por outros que atuem nas áreas afins, por indicação do chefe do poder executivo. A sociedade civil é representada por conselheiros escolhidos por seus pares, em fórum próprio, dentre as entidades e organizações não-governamentais prestadoras de serviço, de

defesa de direitos, movimentos, associações comunitárias, sindicatos, associação de usuários, devendo essa composição ser prevista por lei específica de acordo com as particularidades de cada contexto. (TABAGIBA, 2002, p. 45)

Outro ponto importante observado na institucionalização dos Conselhos Gestores está relacionado à remuneração dos conselheiros, às reuniões e ao funcionamento desses;

Por ser definida como atividade de “relevância pública” a função de conselheiro não deve ser remunerada, à exceção dos membros do conselho tutelar. As reuniões do conselho devem ser abertas à comunidade, que não tem, contudo, direito a voto. Quanto à dinâmica de funcionamento, cada conselho elabora seu regimento interno que depois de aprovado no plenário é submetido à apreciação do chefe do poder executivo, que o aprova por meio de decreto. As decisões do conselho devem ter a forma de resoluções, e devem ser publicadas em Diário Oficial (MOREIRA, 1999, p.4).

O repasse dos recursos destinados às áreas sociais como: saúde, cuidados com a criança e com o adolescente, educação, emprego e assistência social aos municípios está atrelado à existência dos Conselhos Gestores, conforme recomendado na Legislação em vigor no Brasil desde 1996 (GOHN, 2000).

A exigência de criação dos Conselhos Gestores para essas áreas não limita os municípios podendo serem criados em outras áreas como: meio ambiente, cultura, direito das mulheres, dos idosos, dos negros, dentre outros, denominados como Conselhos Temáticos (DEMANTOVA, 2003).

Para Silveira (2004) os Conselhos Temáticos tem formatos variáveis,

[...] os formatos são muito variáveis, embora, em geral, tendem a seguir as características dos conselhos de políticas, ou seja, a participação de representações da sociedade civil e assunção de responsabilidades públicas. Cobrem temas específicos (direitos humanos, negro, mulher, dentre outros). [...] existem na esfera municipal por iniciativa local ou mesmo por estímulo estadual (SILVEIRA, 2004, p.3).

A característica principal dos Conselhos Temáticos, segundo Tonella (2004, p. 144), é a “não vinculação imediata a um sistema ou legislação nacional, e sua existência ocorre devido a uma legislação estadual e/ou municipal”.

As principais funções exercidas pelos conselheiros são: deliberativa, consultiva, de fiscalização, mobilizadora estipuladas pelo instrumento legal de criação do Conselho Gestor, destacando-se como as principais funções as deliberativas e consultivas.

As possibilidades dos conselheiros de participarem com discussões sobre as políticas públicas, programas estabelecidos para a comunidade e definições de ações a serem realizadas fazem parte de sua função deliberativa (SILVEIRA, 2004).

Apontada pela legislação, a função deliberativa é uma das principais funções dos Conselhos Gestores (KLEBA, 2007).

Segundo Oliveira (2008), a deliberação consiste na atuação de forma direta, definindo diretrizes e parâmetros para aplicação de políticas públicas. O cidadão exerce o papel coadjuvante, propositivo, articulador, criador de direitos e fiscalizador.

A fragilidade da função deliberativa dos conselheiros é apresentada por Silveira (2004) verificando que,

[...] na prática, é a fragilidade dos conselhos diante da centralização do poder executivo e das suas condições de impedir neutralizar e desarticular essa ação de enfrentamento da apropriação do público pelo privado. [...] a sociedade civil pouco se manifesta, pouco propõe (SILVEIRA, 2004, P. 14).

Outra função muito exercitada pelos Conselhos Gestores, quando possuem organização destinada exclusivamente para fornecer pareceres ou emitir opiniões sobre os negócios de interesse do estado, é a consultiva (OLIVEIRA, 2008).

O fato de se inserir na legislação a possibilidade de participação popular por meio dos Conselhos Gestores Municipais não transformou automaticamente todos os conselhos. Diversas visões, concepções e projetos políticos estão presentes e disputam o significado e a abrangência da participação e da democracia. Essas diferenças concretizam-se nas estruturas legais, nas práticas e na cultura das instituições, dos governantes e dos mais diversos grupos sociais envolvidos na construção da democracia participativa. E como a sociedade civil e os movimentos sociais vêm de uma história de reivindicações, agora têm dificuldades em ocupar um papel propositivo uma vez que os atores sociais não conseguem ocupar esses espaços com qualidade. Permanece, assim, a velha prática burocrática, corporativa e 'familiar', que esvazia os conselhos do seu caráter democrático (CARVALHO, 1998).

É importante nos Conselhos garantir a "paridade" entre Estado e sociedade, ou seja, reconhecer a validade dos diversos (e muitas vezes antagônicos) interesses, saberes e opiniões dos participantes (CARVALHO, 1998).

Se não há vontade política, por parte do governo, de reconhecer e valorizar os conselhos, é muito difícil que eles se tornem espaços democráticos de co-gestão e partilha de poder.

Gohn (2001) aponta que existem duas visões sobre o papel e a natureza dos Conselhos Gestores: defendem os primeiros que esses sejam mecanismos auxiliares do Poder Legislativo e na visão de outros, devem funcionar como agentes fiscalizadores do executivo, como modelo de gestão descentralizada.

Um fator condicionante para a efetividade dos Conselhos Gestores é a autonomia estabelecida quanto à sua função deliberativa. Demantova (2003), expõe que vários estudos de casos apresentam como resultado a não distribuição de poder no momento das deliberações, concluindo que existe democratização das atribuições e das responsabilidades, mas não existe o poder.

Alguns fatores segundo Dombrowski (2005), favorecem a baixa distribuição do poder no ambiente dos Conselhos Gestores e cita: dificuldade de acesso a informações e compreensão das questões a serem discutidas nos processos de fiscalização; baixa comunicação com a sociedade e desconhecimento da estrutura de funcionamento de tais Conselhos.

Para Allebrandt (2003), a questão a ser discutida sobre os Conselhos Gestores está na definição de se os mesmos figuram no âmbito do Estado ou no âmbito da sociedade civil. Entendendo que se constituem como estatais, observando que são criados legalmente pelo Estado, em muitos casos com caráter deliberativo e com atribuições executivas em outros. Constatado que em grande parte o cargo de presidente deste órgão é exercido pelo representante do Poder Executivo.

Os Conselhos Gestores são instrumentos de participação da sociedade, estabelecidos pelo Poder Executivo como mecanismos públicos de deliberação sobre as políticas sociais (SILVA E OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2007).

A sinergia entre a administração pública e a sociedade não pode se limitar às fronteiras dos Conselhos, mas aos Conselhos caberiam informações permanentes dos gestores públicos sobre a que está sendo feito para que estes sirvam de catalisadores na comunicação com a Sociedade (RAICHELIS, 2006 p.4).

Os Conselhos Gestores, se representativos da sociedade civil, organizados, com suas ações desenvolvidas de forma eficiente, podem imprimir um novo formato às políticas públicas, uma vez que se relacionam ao processo de deliberação e normatização de tais políticas (GOHN, 2000).

Outra dificuldade permanente no ambiente dos Conselhos Gestores está relacionada à igualdade dos membros nos processos de decisão, à não existência da cultura da participação e à falta de informações que determinam a inexistência de igualdade de condições entre os participantes, nas deliberações (GOHN, 2001).

Segundo a autora, para uma participação efetiva como membro do Conselho Gestor, o cidadão deve ter igualdade de condições para participar das decisões, acesso às informações e até algum tipo de remuneração para a atividade. A autora demonstra também a necessidade de capacitação dos conselheiros para atuação mais efetiva.

Um dos desafios dos Conselhos Gestores é de criar rotinas que permitam o desenvolvimento das atividades, proporcionando decisões substanciais para as políticas públicas, independente das demandas do Poder Executivo, garantindo maior autonomia de ação e influenciando diretamente no modelo de administração pública (DEMANTOVA, 2003).

3.1 Conselhos Gestores No Brasil

Na CF/88 foram criados conselhos em vários setores, com ênfase especial nas áreas de políticas sociais. Tais conselhos setoriais foram organizados em todos os níveis administrativos, com participação paritária de governo e sociedade civil (FLEURY, 2006).

Com base nas reivindicações de participação da sociedade na gestão das políticas públicas sociais, foram criados conselhos co-gestores de políticas públicas do âmbito Federal até o Municipal. Os conselhos foram incorporados à Constituição, na suposição de que se tornariam canais efetivos de participação da sociedade civil e de formas inovadoras de gestão pública a permitir o exercício de uma cidadania ativa que incorporasse a comunidade na gestão de seus problemas e no desenvolvimento de políticas públicas destinadas a solucioná-los (GERSCHMAN, 2004).

Pode-se considerar ainda conforme Silva e Oliveira, Pereira e Oliveira, (2007), que a atuação dos conselhos foi fragmentada até a Constituição

Federal de 1988, uma vez que, a partir desse momento histórico, estabelece-se um padrão de atuação e uma fundamentação legal para desenvolvimento e implantação.

[...] foi durante a consolidação do processo constituinte entre os níveis de governo que eles ressurgiram com vigor. Sua incorporação à gestão pública como instrumentos de participação e controle social foi promovida pelas leis orgânicas municipais (ALLEBRANDT 2003).

Para Tabagiba (2002), os Conselhos Gestores proliferaram por todo o país, e

na medida em que os Conselhos se constituíram como mecanismos tornados obrigatórios em vários níveis de definição das políticas, foram considerados legalmente indispensáveis para o repasse de recursos federais para Estados e Municípios, constituindo-se como peças centrais no processo de descentralização e democratização das políticas sociais (TABAGIBA, 2002, p. 32).

Com relação ao formato dos Conselhos Gestores Brasileiros, esses variam conforme estejam vinculados à implementação de ações focalizadas. Teixeira (2002) afirma que

Há uma diversidade de Conselhos em vários níveis de governo e a própria denominação é confusa: são chamados de Conselhos Setoriais, Conselhos de Gestão, Conselhos de Políticas Públicas. As denominações legais geralmente referem-se ao nível de governo – municipal, estadual, nacional, seguido do setor de atividades ou do programa a que se refere (...). No entanto, a natureza definida em lei parece dar aos Conselhos uma forma geral. As especificidades dependem apenas do setor de atividades e da forma como são criados (TEIXEIRA, 2002, p. 13-14).

A administração pública brasileira utiliza-se de formas semelhantes aos conselhos desde o período colonial. Sobre essa experiência Gohn, destaca:

a) os conselhos criados pelo executivo para mediar suas relações com movimentos sociais; b) os conselhos populares, organizados por movimentos de base ou segmentos da sociedade em suas negociações com o estado e c) os conselhos institucionalizados, que atuaram na gestão pública como uma resposta do legislativo às demandas sociais (GOHN 2001, p. 54).

Outro registro importante para a consolidação dos conselhos municipais são as experiências gestadas pelos movimentos sociais urbanos na integração com os Executivos municipal e estadual no final da década de 1970 e ao longo da década 1980 (RAICHELIS, 2006).

As formas mais usuais eram os Conselhos Populares órgãos autônomos da sociedade civil, que pressionavam o poder público para que negociasse e respondesse segundo as suas demandas. Os Conselhos Comunitários eram criados por iniciativa do Executivo e adquiriam, por isso, maior institucionalidade. Em determinados municípios verificava-se a existência de Conselhos de Políticas Setoriais, como os Conselhos de Saúde (RAICHELIS, 2006).

Nos anos 1970, a partir da ditadura militar dá-se início à consolidação dos espaços participativos devido a várias transformações ocorridas no campo político em direção da redemocratização (TONELLA, 2004).

A presença de conselhos no âmbito Municipal esteve fortemente associada à criação de uma política pública no plano Federal que garantisse acesso a um determinado fundo público para o desenvolvimento.

Para Silva e Oliveira; Pereira; Oliveira (2007), a “Constituição Federal de 1988 alterou profundamente as relações entre sociedade e Estado no

Brasil” e cita que, dentre estas mudanças, as consideradas mais significativas foram “a consolidação da autonomia dos municípios, a descentralização e a criação de mecanismos de participação social”.

Nesse contexto surgiram os Conselhos Gestores de Políticas Públicas que deliberam sobre temas como saúde, assistência social, direitos da criança e do adolescente, educação, emprego e trabalho, meio ambiente, política urbana, cultura e outros. Atuando nos três níveis da federação: Federal, Estadual e Municipal.

Allebrandt (2003, p. 39), indica que “a elaboração das leis orgânicas municipais na década de 1990, passo fundamental para a consolidação do processo constituinte, incorporou os conselhos à administração pública local como instrumentos de participação e controle social”. E por meio dessa rede institucional estabelecida entre os Conselhos Municipais e o Executivo Municipal gerou-se a oportunidade de diálogo entre sociedade e Estado.

Avritzer (2000, p. 101), salienta que “ao lado do orçamento participativo, os conselhos gestores estão sendo apontados como um importante instrumento da democracia deliberativa no Brasil”.

[...] os conselhos gestores representam meios públicos de deliberação estabelecidos no interior do poder executivo para promover a participação social. Sua função é tomar decisões sobre as políticas locais e regular os atos do governo, transformando o orçamento em ações e serviços para a comunidade (AVRITZER, 2000, p. 102).

[...] eles representam um mecanismos de gestão fundamentado na participação cidadã, compreendida como a capacidade de mobilização e articulação dos segmentos sociais, buscando a inclusão dos setores historicamente apartados e a promoção de suas demandas (SILVA e OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2007).

Para Silva e Oliveira, Pereira e Oliveira, (2007), tais definições expressam o duplo desafio dos conselhos:

- a) Viabilizar as políticas públicas, a partir da tomada de decisões e do controle das ações governamentais;
- b) Fomentar qualitativamente a participação, por meio da construção de espaços de diálogo e da integração equânime de agentes plurais.

Ainda segundo Silva e Oliveira, Pereira e Oliveira, (2007), sobre a eficiência da participação popular, afirma que “para ser efetiva, deve ser qualificada e os representantes da sociedade devem ser capacitados e informados sobre o funcionamento das estruturas estatais”.

O debate sobre as possibilidades dos conselhos ampliou-se significativamente. Para Silva e Oliveira, Pereira e Oliveira (2007), “eles têm sido apontados como células de reinvenção política, capazes de fiscalizar o poder público, de torná-lo permeável às demandas sociais e de promover o aprendizado participativo”.

Indica ainda Silva e Oliveira, Pereira e Oliveira (2007), que “aspectos como a hegemonia estatal, a passividade deliberativa e a insuficiência de recursos operam para a natureza cartorial de seus processos”. Observa-se que, nesses casos, “as prioridades se invertem: o papel burocrático dos conselhos ganha relevo e eles se tornam instrumentos que referendam as decisões das secretarias de governo e que asseguram o repasse de recursos”.

As atribuições e as possibilidades dos conselheiros são as de normatizar, deliberar, fiscalizar e apoiar as consultas do executivo, explicada de forma precisa como,

[...] a discussão e a tomada de decisões sobre políticas públicas, a promoção do controle social e da responsabilidade dos governantes (*accountability*), o apoio à melhoria quantitativa e qualitativa da participação e a democratização dos processos estatais. O êxito dos conselhos depende, em síntese, de sua capacidade de gerir, fiscalizar, mobilizar e incluir (SILVA e OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2007).

Faz-se necessário, para aumentar a eficiência dos conselhos, a aplicação do conceito de paridade decisória e da equidade na distribuição de poder nas decisões, pois isso representa importante passo rumo à democratização das políticas públicas.

Segundo Gohn (2001, p. 38), “a paridade decisória, característica institucional importante nos conselhos, precisa traduzir-se em equilíbrio de fato. Para tanto, o poder público precisa ceder espaços e a sociedade civil precisa ocupá-los”.

Para Tatagiba (2002), existem algumas limitações, virtudes e contradições nos conselhos, sendo elas:

[...] a simetria das relações entre sociedade e Estado nos conselhos é limitada: pela dificuldade dos conselheiros em admitir os vários interesses e a legitimidade dos conflitos; pela imposição dos interesses temáticos do poder público e sua resistência em compartilhar o poder decisório; pela utilização de estratégias como boicote, esvaziamento, cooptação e manipulação diante da não-constituição, por parte do governo, de um conselho de aliados; pela carência de infra-estrutura e recursos para o bom funcionamento dos conselhos; pelo controle de recursos por parte do poder público, causando a dependência dos demais segmentos; pela insuficiência de recursos financeiros voltados aos fundos municipais; pela precariedade da relação entre os conselheiros e as entidades representadas; pela falta de preparo dos conselheiros para o exercício de suas funções; pelo protagonismo estatal na elaboração das pautas; pela preservação de relações patrimonialistas e clientelistas entre Estado e sociedade e pela fragilidade deliberativa dos conselhos (TATAGIBA 2002, p. 75).

Silva e Oliveira, Pereira e Oliveira (2007), abordando as potencialidades dos conselhos gestores municipais, afirmam que:

[...] a heterogeneidade de sua composição; o respeito às diferenças e ao confronto de argumentos; a possível construção de adesões em torno de projetos ou temas pontuais; a legitimidade da pactuação e descaracterização do Estado como um ator monolítico; a luta constante pelo repasse regular de recursos públicos para os fundos; a publicização dos espaços de debate, negociação e deliberação; o papel pedagógico da participação; a extensão dos consensos para fora dos conselhos; a possibilidade de acesso às informações e a compreensão do funcionamento da máquina administrativa pública (SILVA e OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2007).

3.2 Conselhos Municipais de Educação No Brasil

Para Souza e Vasconcelos (2006), é possível afirmar que a organização da educação nacional, a partir da Constituição Federal de 1934, foi estabelecida de forma sistêmica, por meio de organismos educacionais, que correspondiam a três esferas do Poder Público: Federal, do Distrito Federal e Estadual. Mais tarde, a Constituição de 1946 veio a prever a concepção de uma lei para disciplinar a educação no país, estabelecendo as competências e incumbências de cada um dos sistemas educacionais existentes.

[...] foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no País que, sem conseguir atender aos interesses dos diferentes setores dominantes naquele momento histórico, permaneceu durante 15 anos em 'discussão', sendo, finalmente, sancionada em 1961. Conhecida como a Lei 4024/61, suas disposições vigoraram até que sucessivas reformas, realizadas entre a década de 1960 e 1970, alteraram a formatação do ensino desde a educação básica até o ensino superior (SOUZA; VASCONCELOS 2006).

Comungando com as demandas sociais existentes na época, a Constituição Federal de 1988, em vigor, veio suscitar algumas importantes mudanças na legislação educacional, afirmando a necessidade de normas mais

adequadas às transformações ocorridas no País nos anos de 1980. (SOUZA; VASCONCELOS; 2006),

Apesar das demandas sociais existentes, a regulamentação dos dispositivos constitucionais de 1988 só foi realizada em 1996, por intermédio da promulgação da 'nova' Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cujo texto não apenas ratifica a organização sistêmica, já praticada, como normatiza a condição de sistemas "autônomos" atribuída aos Municípios pela CF/88 (SOUZA; VASCONCELOS 2006).

Souza e Vasconcelos (2006) destaca que "a organização sistêmica anterior que estava prevista no âmbito das três esferas do governo [...], passa a ser composta, agora, por quatro, caracterizando sistemas autônomos e com incumbências e prioridades diferenciadas", Federal, Distrito Federal, Estadual e Municipal.

Ainda em Souza e Vasconcelos (2006) "há uma reestruturação na organização da educação nacional, considerando as incumbências delegadas a estes e a necessidade de financiamento do Governo Federal, para que tais medidas fossem postas em prática".

Os sistemas municipais de ensino deveriam, segundo Souza e Vasconcelos (2006), "constituir-se como organizações independentes e autônomas, cujas regulamentações e normas seriam previstas por seus próprios órgãos normativos, os Conselhos Municipais de Educação".

A autonomia anunciada a Estados e Municípios poderia tornar-se realidade, desde que não descumprisse a lei e as normas estabelecidas em âmbito federal.

Assim como aos sistemas de ensino é apontada autonomia na gestão de sua rede de instituições de ensino tanto pública, bem como a normatização dos níveis de educação privada, os mesmos deveriam, também, assegurar às unidades escolares de Educação Básica pertencentes ao seu sistema, progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, a partir da proposta pedagógica estabelecida (SOUZA; VASCONCELOS 2006).

Segundo Souza e Vasconcelos (2006), sobre a descentralização, indicam que:

[...] irá repercutir em um maior envolvimento direto do Município na captação de suas próprias demandas, no controle de gastos e na inspeção do cumprimento das metas federais e/ou estaduais estabelecidas agora não unicamente pelo poder público local, mas também, pela via da responsabilização da sociedade civil (SOUZA; VASCONCELOS, 2006).

A promoção da descentralização da estrutura educacional é permitida pela Lei Federal nº 9.394 de vinte de dezembro do ano de 1.996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que traz em seu parágrafo único do Art. 11. “Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica”.

Entende-se por educação básica, ainda segundo a Lei 9.394/1996 LDB em seu Art. 21, sobre a composição da educação escolar, como sendo “formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio”.

As responsabilidades pela oferta desses serviços para a sociedade estão distribuídas entre as esferas do Governo, sendo: Governo Federal responsável pelo Ensino Superior; o Governo Estadual que atende à demanda pelo Ensino Médio e o Governo Municipal que se responsabiliza pela Educação Infantil e

pelo Ensino Fundamental (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC, s.d, On-line).

Os Conselhos de Educação, na mesma proporção de autoridade e hierarquia, seguem igual distribuição, sendo no âmbito federal o Conselho Nacional de Educação, no âmbito estadual o Conselho Estadual de Educação e no âmbito municipal o Conselho Municipal de Educação, todos criados por lei (MEC, s.d, On-line).

O Título IV da Lei 9.394/1996 – LDB que trata da Organização da Educação Nacional traz no seu Art. 8º que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”, proporcionando a opção da descentralização da educação infantil e ensino fundamental para o âmbito municipal, concretizando o princípio constitucional exposto no Art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil que assim afirma, “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito...”

A organização, manutenção e desenvolvimento do Conselho Municipal de Educação é responsabilidade do município conforme reza o Art. 11, parágrafo I da Lei 9.394/1996 – LDB “Os municípios incumbir-se-ão de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”.

O Ministério da Educação, MEC, buscando fortalecer a educação, os conselhos municipais e a participação popular, criou no ano de 2003 o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação, Pró-Conselho.

Atuando como órgão formador da capacidade de atuação do conselheiro, fomenta as tarefas de avaliar, definir e fiscalizar políticas públicas educacionais (MEC, s.d, On-line).

Segundo o Pró-Conselho (s.d, On-line), os Conselhos Municipais de Educação exercem o “papel de articuladores e mediadores das questões educacionais da sociedade local, junto aos gestores do poder público municipal [...] cujas funções são normativa, consultiva, mobilizadora e fiscalizadora”.

Ainda segundo o Pró-Conselho (s.d, On-line) os Conselhos Municipais de Educação possuem objetivos específicos conforme expostos no quadro abaixo:

Consolidar uma estrutura educacional que garanta a aprendizagem escolar e a participação coletiva na avaliação das ações pedagógicas e administrativas do poder público municipal;
Incentivar a instituição de ações colegiadas que propiciem a intervenção organizada, bem como as atitudes preservadoras de autonomia municipal e de representatividade social;
Ampliar a capacidade de atuação dos conselheiros;
Estimular a colaboração entre conselheiros municipais, estaduais e nacionais de educação;
Assegurar a participação da sociedade no alinhamento da gestão educacional;
Incentivar o fortalecimento dos CME;
Fomentar a criação de novos conselhos municipais de educação.

Quadro 2: Objetivos dos CME

Fonte: Adaptado do Pró-Conselho (s.d, On-Line).

O Pró-Conselho mantém o Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação – SICME, inaugurado em 2004, como uma base de dados anual, alimentada voluntariamente pelos conselheiros e representantes da

Secretaria Municipal de Educação. A última publicação disponibilizada é a correspondente aos dados de 2006, aqui apresentada (MEC, s.d, On-line).

3.2.1 Perfil dos Conselhos Municipais de Educação - SICME

A pesquisa do SICME em 2006, segundo Bordignon e Araujo (2006), obteve respostas de 2.430 municípios, correspondendo a 44% do total de municípios brasileiros. Desse total, 2.038 (84%) possui Conselho Municipal de Educação, criado por lei.

Dentre os municípios cadastrados, 1.813 CME (75%) funcionam regularmente, 61 (3%) não funcionaram ainda e 306 (15%) informam que já funcionaram e deixaram de fazê-lo, sendo que outros 250 (10%) não informaram a situação de funcionamento (BORDIGNON; ARAUJO, 2006).

Sobre os motivos de não funcionamento dos CME, a pesquisa aponta respostas evasivas para opção “outras” (76%). As opções: “falta de pessoal, falta de espaço físico, falta de interesse” tiveram índices de respostas abaixo de 20%. A opção “falta de capacitação”, obteve 31% das respostas (BORDIGNON; ARAUJO, 2006).

A função consultiva, presente em 80% dos conselhos predomina em todas as regiões do País, seguida da deliberativa, presente em 74% dos conselhos e da fiscalizadora, presente em 71%. A função normativa é citada por somente 61%

dos conselhos. A propositiva e a mobilizadora aparecem, respectivamente, em 38% e 39% dos conselhos pesquisados (BORDIGNON; ARAUJO, 2006).

Com relação ao número de conselheiros titulares, Bordignon e Araujo (2006) aponta uma variação entre 01 e 43, chamando a atenção o fato de 11 (onze) conselhos indicarem 01 (um) conselheiro apenas, dado que não caracteriza a existência de conselho. Somente 43 conselhos, menos de 3%, possuem menos de 05 e mais de 24 conselheiros. Aproximadamente dois terços (59%) dos conselhos possuem entre 06 (seis) e 10 (dez) conselheiros. A composição mais freqüente é a de 09 (nove) conselheiros, representada por 19% dos conselhos. A média é de 9,5 conselheiros, sendo que a maior variação é encontrada em São Paulo e Minas Gerais.

A representatividade social no Conselho Municipal de Educação está distribuída observando vários seguimentos.

A representação de pais, embora varie entre zero e vinte representantes, é modesta. Os pais não possuem representação em 14% dos conselhos, o que difere da representação do executivo municipal que deixa de se fazer presente somente em 6% dos conselhos (BORDIGNON; ARAUJO, 2006).

O mesmo ocorre com relação à participação das escolas públicas e das escolas privadas. Em 58% dos conselhos municipais de educação, as escolas privadas não possuem representação, sendo que apenas em 3% não foram registrados representantes das escolas públicas (BORDIGNON; ARAUJO, 2006).

O Poder Legislativo está presente em 45% dos Conselhos Municipais de Educação, enquanto o Poder Judiciário somente em 9% deles. As

participações de entidades não-governamentais somam 70% (BORDIGNON; ARAUJO, 2006).

Com relação à forma de escolha dos representantes da comunidade educacional a pesquisa mostra que 53% são indicados pela entidade, 7% pelo executivo, e 30% sob forma de eleição pelos pares, restando 10% que responderam “outra forma” (2%) ou não informaram (8%) (BORDIGNON; ARAUJO, 2006).

A duração dos mandatos dos conselheiros mostra o seguinte resultado: Em dois terços (66%) dos conselhos o mandato é de 02 (dois) anos e em 17% é de 04 (quatro) anos. Mandatos de 01 (um) ano são encontrados em menos de 2% dos municípios e mais de 04 (quatro) anos, somente em 04 municípios do Nordeste e Sudeste. Adotam a recondução (97%) dos conselhos, sendo que em 85% deles é permitida somente uma recondução. Aproximadamente 60% dos conselhos adotam o princípio da não coincidência de mandatos dos conselheiros, com renovação periódica parcial (BORDIGNON; ARAUJO, 2006).

A forma de escolha do Presidente do Conselho apresenta as seguintes informações: 66% dos conselhos detêm autonomia para tal escolha, por meio de eleição entre os pares. Em 16% dos conselhos, o presidente é o próprio secretário de educação e em 8%, ele é indicado pelo Poder Executivo (BORDIGNON; ARAUJO, 2006).

A periodicidade de reuniões dos CME, segundo o apontado por Bordignon e Araujo (2006), como definido em seus regimentos, demonstra que a periodicidade mensal é mais freqüente, encontrada em 55% dos conselhos em funcionamento, seguida pela bimestral, adotada por 46% dos conselhos. Em 8% dos

conselhos, as reuniões definidas são semestrais e, em 5%, são semanais ou quinzenais.

Bordignon e Araujo (2006) apontam que a quase totalidade (95%) dos Conselhos Municipais de Educação não remuneram ou oferecem ajuda de custo aos conselheiros pela participação nas reuniões. Somente 5% dos conselhos pagam aos conselheiros jeton ou pró-labore pela participação nas reuniões e menos de 6% indenizam despesas com refeição e transporte.

Os autores indicam que as condições de funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação dependem, diretamente, das condições oferecidas pela Secretaria de Educação. A maioria dos conselhos se reúne nas dependências e funcionam com equipamentos, recursos e funcionários da Secretaria de Educação. A quase totalidade (98%) informa que a Secretaria tem acesso à Internet, mas apenas 1% informa dispor de microcomputador próprio. Funcionam na sede da Secretaria de Educação 74% dos CME. Somente 16% dispõem de dotação orçamentária própria e 54% não dispõem de equipamentos próprios.

Os Conselhos Municipais de Educação são relativamente jovens. Somente 11% têm mais de 10 anos de atividade; 48% têm entre 5 e 10 anos e 23% têm menos de cinco anos (BORDIGNON; ARAUJO, 2006).

O princípio da gestão democrática constitui-se numa exigência ética e política no campo da educação, além de ser um preceito legal, vindo possibilitar a participação da sociedade civil na deliberação, normatização e fiscalização das políticas públicas educacionais.

Os Conselhos Municipais de Educação surgem como mecanismos ativos institucionais de participação direta e representativa dos seguimentos da sociedade envolvidos na educação, cuja função é a de articular e mediar as demandas educacionais da sociedade local junto aos gestores públicos municipais.

3.2.2 Criação e Composição do CME

O simples cumprimento de uma formalidade legal não é suficiente para a criação do CME. Essa deve resultar da vontade política da sociedade e do Executivo.

É uma prerrogativa do executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, a quem cabe propor a formação de uma comissão, composta por representantes de toda a sociedade, incumbida de efetivar as discussões sobre as necessidades e as possibilidades de se criar o CME (MEC, s.d, On-line).

O processo de criação do CME “ocorre por meio de projeto de lei, aprovado pela Câmara Municipal que geralmente é precedido de uma lei de criação do Sistema Municipal de Ensino, na qual consta o Conselho como Órgão normativo do Sistema”. Salienta também que existem casos de municípios que criaram primeiramente o CME e em seguida o Sistema e outros onde o Conselho e o Sistema foram criados conjuntamente na mesma lei (MEC, s.d, On-line).

A Secretaria Municipal de Educação tem papel de organizar, após aprovada e sancionada a lei de Criação do Conselho Municipal de Educação, a estrutura necessária para o seu funcionamento, realizando a sua instalação, dando

posse aos conselheiros que, depois de empossados, elaborarão o seu Regimento Interno. “Os Conselheiros são nomeados por meio de ato legal (portaria, decreto, leis) assinados pelo prefeito, depois de eleitos ou indicados pelos seus segmentos” (MEC, s.d, On-line).

Sendo o CME um órgão público que integra a estrutura do poder executivo, faz parte do Sistema Municipal de Ensino e, como órgão representativo da sociedade, deve organizar fórum participativo junto à sociedade para as definições segundo o MEC (s.d, On-line) “dos princípios gerais e das prioridades na área da educação”.

A ampla participação da sociedade garante legitimidade ao CME sendo importante a composição por representantes de seguimentos sociais de interesse, conforme orienta o MEC (s.d, On-line) “pais, alunos, professores, associações de moradores, sindicatos, Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos e entidades ligados à educação municipal do setor público e privado”, sendo que esses são indicados e/ou eleitos democraticamente.

[...] interessante a garantia, por meio de lei, de que a escolha dos representantes se faça de forma democrática salientando que a composição deste órgão observe uma proporcionalidade. O número de membros que integram o Conselho Municipal depende de cada realidade (MEC, s.d, On-line).

O mandato dos conselheiros pode variar entre um ano, no mínimo, e no máximo de quatro anos, sendo permitida uma recondução consecutiva desde que exista renovação parcial e periódica dos conselheiros. Isso posto, garante-se a continuidade dos trabalhos e políticas municipais de educação (MEC, s.d, On-line).

Demonstrando preocupação com a continuidade dos trabalhos e políticas da educação o MEC (s.d, On-line) salienta que “é importante o mandato não coincidir com o do executivo”.

Para o funcionamento do CME o (MEC, s.d, On-line) explica que a estrutura física necessária deve ser composta no mínimo por “uma sala para reuniões e outra para a equipe técnica, [...] equipada com computador, telefone, fax, acesso à internet, mobiliário, material administrativo e acervo bibliográfico”, sendo isso de responsabilidade do Poder Executivo Local.

Ressalta ainda o MEC (s.d, On-line) que a Secretaria Municipal de Educação deve disponibilizar “equipe de apoio administrativo e assessoramento técnico”, sendo que esses funcionários, lotados na estrutura do CME, “podem ser do quadro de servidores efetivos, admitidos por concurso público”.

É também da Secretaria Municipal de Educação a responsabilidade de garantir o funcionamento do CME assegurando dotação orçamentária e recursos financeiros específicos advindos do orçamento da educação. O MEC (s.d, On-line) salienta que “embora o orçamento do CME integre o orçamento da Secretaria de Educação, o CME deverá ter uma rubrica própria, administrada com autonomia e resguardada pelas normas gerais do direito financeiro público”.

3.2.3 Funções e Atribuições do CME

Sendo o CME um órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador das políticas públicas para a educação, conforme determina o MEC (s.d,

On-line), “deve constituir-se em um instrumento de assessoria, sendo provocador das discussões básicas sobre a educação no município”, salientando ainda que “as funções e atribuições do CME devem estar definidas na Lei de criação do CME, podendo, também já estar indicadas na Lei Orgânica Municipal”, uma vez que, “cabe ao CME participar da formulação da política educacional de seu município”.

FUNÇÃO NORMATIVA
Autorização de funcionamento das escolas da rede municipal;
Autorização de funcionamento das instituições de Educação Infantil da rede privada; particular; comunitária; confessional e filantrópica (quando o município tiver Sistema Municipal de Ensino Implantado);
Elaboração de normas complementares para o Sistema de Ensino; Também as previstas na Lei nº 9.394/96, cuja normatização compete aos respectivos Sistemas Municipais de Educação Art. 23 e 24.
FUNÇÃO CONSULTIVA
Versa sobre a exposição e o julgamento de determinados assuntos, a saber:
Projetos, programas educacionais e experiências pedagógicas renovadoras do Executivo e das Escolas;
Plano Municipal de Educação;
Medidas e programas para titular e/ou capacitar e atualizar os professores; Acordos e convênios;
Questões educacionais que lhe forem submetidas pelas escolas, Secretaria Municipal de Educação, Câmaras Municipais e outros, nos termos da Lei.
FUNÇÃO DELIBERATIVA
Elaboração do seu Regimento e Plano de atividades;
Criação, ampliação, desativação e localização de escolas municipais;
Tomada de medidas para melhoria do fluxo e do rendimento escolar;
Busca de formas de relação com a comunidade, entre outras.
FUNÇÃO FISCALIZADORA
Acompanhamento da transferência e controle da aplicação de recursos para a educação no Município;

Continuação:
Cumprimento do plano municipal de educação;
Incentivo a experiências pedagógicas inovadoras;
Desempenho do Sistema Municipal de Ensino, entre outras.

Quadro 3: Funções e atribuições do Conselho Municipal de Educação

Fonte: Adaptado do MEC (S.d, On-Line)

A principal função atribuída aos conselhos de educação, no âmbito nacional e estadual, ao longo da história foi a de colaborar com os respectivos ministros ou secretários de educação na definição das políticas educacionais, tarefa essencialmente consultiva. Gradativamente, foram assumindo mais fortemente a função de elaborar normas para os respectivos sistemas de ensino, como estratégias de efetivação das políticas.

Segundo o MEC (s.d, On-line) “paralelamente à função credencialista de caráter mais cartorial, foi-se impondo como função mais demandada aos conselhos, uma estratégia de controle sobre a autorização e o funcionamento das instituições de ensino”. Assim a função deliberativa passou a constituir-se, no interior dos conselhos, no âmbito da definição de normas para os sistemas de ensino, precipuamente voltadas para o credenciamento de instituições e autorização de cursos, normas a serem cumpridas pelos próprios conselhos. Dessa forma a função normativa assumiu um caráter endógeno.

Ainda segundo o MEC (s.d. On-line), conclui-se que “os Conselhos Municipais de Educação nasceram do desejo dos movimentos sociais, especialmente presentes na Constituinte de 1998, de participação democrática na formulação e gestão das políticas públicas”.

Os Conselhos Gestores Municipais possibilitam proximidade maior com a população, favorecendo o modelo de democracia deliberativa, acumulando outras atribuições, como a mobilizadora e a de controle social.

Para confrontar a teoria com a prática, a seguir inicia-se o capítulo que descreve o percurso metodológico deste trabalho.

4 METODOLOGIA

O Ser Humano é dotado de curiosidade e interesse o que o leva a buscar o entendimento da sua realidade sob os mais diversificados aspectos e dimensões (BERVIAN; CERVO, 2004).

Tal curiosidade e interesse citado por Bervian e Cervo (2004) promove o desenvolvimento das pessoas e a inovação das coisas.

Para o realização deste trabalho científico foi feito um plano detalhado, chamado de percurso metodológico. Tal plano prevê a fundamentação epistemológica, a natureza da pesquisa, a finalidade da pesquisa, o tipo de pesquisa, a estratégia da pesquisa, as técnicas utilizadas e o tratamento dos dados da pesquisa bem como os equipamentos utilizados para registro dos dados.

A ciência existe quando o conhecimento é organizado a partir de um método, que segue um cuidadoso plano de utilização, um roteiro preciso. Para Severino (2007, p. 100) “a aplicação do instrumental tecnológico se dá em decorrência de um processo metodológico, da prática do método de pesquisa que está sendo usado”.

Bervian, Cervo e Da Silva (2007, p. 27), sobre o conceito de método, diz que: “é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou um resultado desejado. [...] entende-se por método o conjunto de processos empregados na investigação e na demonstração da verdade”.

O desenvolvimento da ciência é o entrelaçar da malha teórica existente com dados empíricos coletados pelo pesquisador, em uma articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real (SEVERINO, 2007).

4.1 Pressuposto Epistemológico

Severino (2007, p. 107), se encontra a afirmativa a respeito do pressuposto epistemológico “refere-se à forma pela qual é concebida a relação sujeito/objeto no processo de conhecimento. Cada modalidade de conhecimento pressupõe um tipo de relação entre sujeito e objeto”.

[...] a medida que foram se desenvolvendo os estudos sobre os diferentes aspectos da fenomenalidade humana, os pesquisadores começaram a perceber que não prevalecia o paradigma epistemológico único representado pelo positivismo [...] se dão conta de que, no caso do estudo e conhecimento do homem, outros paradigmas podem ser utilizados, com resultados igualmente satisfatórios no que concerne à eficácia explicativa (SEVERINO, 2007, p.112).

Na contemporaneidade, portanto, se mostra o pluralismo epistemológico, em que há muitas possibilidades de se entender a relação sujeito/objeto.

A Dialética se baseia em alguns pressupostos que são considerados pertinentes à condição humana e às condutas dos homens.

A Dialética vê a reciprocidade sujeito/objeto eminentemente como uma interação social que vai se formando ao longo do tempo histórico. Para esses pensadores, o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação à prática política dos homens, ou seja, nunca é questão apenas de saber, mas também de poder. Daí priorizarem a práxis humana, a ação histórica e social, guiada por uma intencionalidade que lhe dá um sentido, uma finalidade intimamente relacionada com a transformação das condições de existência da sociedade humana (SEVERINO, 2007, p. 116).

Pressupostos:	Conceitos:
Totalidade	A inteligibilidade das partes pressupõe sua articulação com o todo; no caso, o indivíduo não se explica isoladamente da sociedade.
Historicidade	O instante não se entende separadamente da totalidade temporal do movimento, ou seja, cada momento é articulação de um processo histórico mais abrangente.
Complexidade	O real é simultaneamente uno e múltiplo (unidade e totalidade), multiplicidade de partes, articulando-se tanto estrutural quanto historicamente, de modo que cada fenômeno é sempre resultante de múltiplas determinações que vão além da simples acumulação, além do mero ajuntamento. Um fluxo permanente de transformações.
Dialeticidade	O desenvolvimento histórico não é uma evolução linear, a história é sempre um processo complexo em que as partes estão articuladas entre si de formas diferenciadas da simples sucessão e acumulação. As mudanças no seio da realidade humana ocorrem seguindo uma lógica da contradição e não da identidade. A história se constitui por uma luta de contrários, movida por um permanente conflito, imanente à realidade.
Praxidade	Os acontecimentos, os fenômenos da esfera humana, estão articulados entre si, na temporalidade e na espacialidade, e se desenvolvem através da prática, sempre histórica e social, e que é a substância do existir humano.
Cientificidade	Toda explicação científica é necessariamente uma explicação que explicita a regularidade dos nexos causais, articulando, entre si, todos os elementos da fenomenalidade em estudo. Só que esta causalidade, para a perspectiva dialética, se expressa mediante um processo histórico-social, conduzido por uma dinâmica geral pela atuação de forças polares contraditórias, sempre em conflito.
Concreticidade	Prevalece a empiricidade real dos fenômenos humanos, donde decorre a precedência das abordagens econômico-políticas, pois o que está em pauta é a prática real dos homens, no espaço social e no tempo histórico, práxis coletiva.

Quadro 4: Pressupostos do paradigma dialético

Fonte: Adaptado de Severino (2007).

O Fundamento Epistemológico desta pesquisa é representado pelo paradigma da Dialética.

Para Lakatos e Marconi (2007, p. 83) “ao contrário da metafísica, que concebe o mundo como um conjunto de coisas estáticas, a dialética o compreende como um conjunto de processos”.

[...] a dialética é a grande idéia fundamental segundo a qual o mundo não deve ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos em que as coisas, na aparência estáveis, do mesmo modo que seus reflexos intelectuais em nosso cérebro, as idéias, passam por uma mudança ininterrupta de devir e decadência, em que, finalmente, apesar de todos os insucessos aparentes e retrocessos momentâneos, um desenvolvimento progressivo acaba por se fazer hoje (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 83)

Sobre a dialética Lakatos e Marconi, (2007, p. 83), afirma ainda que “para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro”.

As coisas não existem isoladas, destacadas umas das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Funcionam como um sistema, um organismo vivo. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetivos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente (LAKATOS; MARCONI, 2007).

4.2 Abordagem Metodologia e Classificação da Pesquisa

Quanto à Natureza da Pesquisa, adotou-se a abordagem mista, em que predomina a metodologia qualitativa, apropriando-se de instrumentos e mecanismos de descrição de dados da metodologia quantitativa.

Flick, (2004, p. 21), afirma que “os critérios centrais, na pesquisa qualitativa, consistem em determinar se as descobertas são embasadas em material empírico e se os métodos foram adequadamente selecionados e aplicados ao objeto em estudo”.

[...] a pesquisa qualitativa vem se estabelecendo nas ciências sociais [...] cada método baseia-se em uma compreensão específica de seu objeto. [...] os métodos qualitativos não podem ser considerados independentemente do processo de pesquisa e do assunto em estudo (FLICK, 2004, p. 17).

Para Lakatos e Marconi, (2007, p. 269), a metodologia qualitativa preocupa-se “em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento”, dentre outras.

A pesquisa qualitativa é a que normalmente prevê a coleta de dados a partir de interações sociais do pesquisador com o fenômeno pesquisado e que, além disso, oferece a análise desses dados a partir da hermenêutica do próprio pesquisador, não possuindo condições de generalização (APPOLINÁRIO, 2006).

Abordagem /Quesito	Pressuposição básica	Objetivo	Abordagem	Papel do Pesquisador
Pesquisa Qualitativa	A realidade é constituída de fenômenos socialmente construídos.	Compreender melhor os fenômenos.	Observacional.	Participante não-neutro do fenômeno.

Quadro 5: Natureza da Pesquisa Qualitativa

Fonte: Adaptado de Appolinário (2006).

Características das tendências da pesquisa com abordagem qualitativa são apresentadas por Appolinário como,

[...] nem sempre trabalham com o conceito de variáveis; quando o fazem, nem sempre elas são predeterminantes; análise subjetiva dos dados; possibilidade de generalização baixa ou nada; comum principalmente nas ciências sociais; principal desvantagem: alta dependência da subjetividade do pesquisador (viés); o pesquisador envolve-se subjetivamente tanto na observação como na análise do objeto de estudo (APPOLINÁRIO, 2006, p.61-62)

Outra abordagem desta pesquisa é a quantitativa que para Lakatos e Marconi, (2007, p. 269), é aquela que se caracteriza “pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, das mais simples [...] às mais complexas [...]”.

Abordagem /Quesito	Pressuposição básica	Objetivo	Abordagem	Papel do Pesquisador
Pesquisa Quantitativa	A realidade é constituída de fatos objetivamente mensuráveis.	Determinar as causas dos fatos.	Experimental.	Imparcial e neutro.

Quadro 6: Natureza da pesquisa quantitativa

Fonte: Adaptado de Appolinário (2007).

A pesquisa de abordagem quantitativa possui algumas características, apontadas por Appolinário como:

Coleta de variáveis predeterminadas; Análise dos dados normalmente realizada por meio da estatística; Alto índice de generalização; Comum principalmente nas ciências naturais; Principal desvantagem: perda da informação qualitativa; O pesquisador assume um papel mais neutro em relação ao objeto de estudo (APPOLINÁRIO, 2006, p. 61-62).

A Finalidade da Pesquisa é classificada como Pesquisa Básica que, segundo Appolinário (2006, p. 62), está ligada “ao incremento do conhecimento científico sem quaisquer objetivos comerciais”.

Para a classificação do Tipo de Pesquisa (estrutura básica da investigação), opta-se pela Pesquisa Descritiva que busca descrever uma realidade, sem nela interferir, uma vez que o pesquisador observa, descreve, narra algo que acontece, apenas descrevendo os hábitos sem determinar por que as pessoas têm esses hábitos (APPOLINÁRIO, 2006).

Segundo Bervian, Cervo e Da Silva, (2007, p. 61), “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

Outra classificação da tipologia da pesquisa adequada é a Pesquisa Bibliográfica, que para Bervian, Cervo e Da Silva, (2007, p. 60), procura “explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses” e continua informando que “se busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema”.

[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituindo principalmente de livros e artigos científicos [...]. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômeno muito ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem seorna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muitos dispersos pelo espaço (GIL, 2002, p. 65).

É também uma pesquisa classificada como Documental, segundo Bervian, Cervo e Da Silva, (2007, p. 62), por serem “investigados documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características” sendo que, para Severino (2007, p. 122-123), em pesquisa,

[...] têm-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO 2007, p. 122-123).

Por fim, a pesquisa se classifica como tipo de Estudo de Caso que Severino (2007, p. 121), define como sendo “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo”, e adverte que:

[...] o caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências. Os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo. Devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa, e apresentados em relatórios qualificados (SEVERINO, 2007, p. 121).

Lakatos e Marconi (2007, p. 273) afirmam ser “a metodologia qualitativa tradicionalmente identificada com o Estudo de caso”, indicando tratar-se de uma tradição sociológica caracterizada por dar especial atenção a questões passíveis de conhecimento por meio de casos. O autor informa que “o Estudo de Caso foi criado por La Play, que o empregou ao estudar famílias operárias na Europa”.

O Estudo de Caso é um levantamento com mais profundidade de determinado caso sob todos os seus aspectos. Entretanto, é limitado, pois se restringe ao caso que estuda, não permitindo generalizações (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Lakatos e Marconi (2007, p. 274) esclarece que “no Estudo de Caso predominantemente qualitativo não há um esquema estrutural apriori, assim, não se organiza um esquema e problemas, hipóteses e variáveis com antecipação”.

A Estratégia de Pesquisa utilizada embasa-se em Appolinário (2006, p. 63-64) que afirma ser “muito importante considerar a existência de dois grupos principais: as estratégias em relação ao local de coleta de dados e as estratégias em relação à fonte de informação utilizada na pesquisa”.

Ainda em Appolinário (2006, p. 64-65) se encontram subsídios para classificação quanto ao Local da Coleta de Dados classificado como Campo, e definição de significados para os conceitos: coleta de dados, instrumento de pesquisa, sujeito da pesquisa, campo:

[...] coleta de dados significa obter as informações necessárias para a pesquisa. [...] é realizada mediante o uso de alguma técnica ou instrumento de pesquisa” [...] “instrumento de pesquisa é um dispositivo ou processo por meio do qual mensuramos ou observamos determinado fenômeno”. [...] “sujeito da pesquisa se refere, basicamente, à unidade do que é pesquisado [...] este termo para nos reportar às pessoas pesquisadas, mas ele é mais amplo: pode significar um animal, uma empresa, uma cidade etc.” [...] “quando os dados são coletados em uma situação na qual não há controle rígido, chamamos essa modalidade de pesquisa de campo” [...] “o termo campo, dessa forma, costuma estar associado a locais ou situações nas quais os sujeitos encontram-se naturalmente (APPOLINÁRIO, 2006, p. 64-65).

Para classificação quanto à Fonte de Informação, apresenta-se como Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo. Sendo definido por Appolinário quando,

[...] a unidade do que é pesquisado é um documento (livros, revistas, filmes em VHS ou DVD, CDs ou fitas de áudio, prontuários arquivados, diários manuscritos, mapas, fotografias etc.), chamamos o estudo de pesquisa documental. Quando a unidade pesquisada é um sujeito, fenômeno ou objeto (exceto se esse objeto for um documento), chamamos o estudo de pesquisa de campo (APPOLINÁRIO, 2006, p. 65).

A classificação quanto à Temporalidade da Pesquisa se define como Transversal. Para Appolinário (2006, p. 67-68), a pesquisa transversal “possui como grande vantagem o tempo de realização extremamente curto, embora os dados coletados não apresentem o mesmo grau de fidelidade da pesquisa longitudinal”

[...] a real diferença entre um tipo e outro consiste no fato de que, na pesquisa longitudinal, realizam-se uma ou mais coletas de dados, sempre com o mesmo grupo de sujeitos, enquanto, na pesquisa transversal, realiza-se apenas uma coleta de dados, com grupos de sujeitos diferentes (APPOLINÁRIO, 2006, p. 68).

O Delineamento da Pesquisa é considerado como Delineamento de Levantamento, que segundo Appolinário (2006, p. 68) “constitui-se na modalidade mais simples que pode existir. Seu objetivo básico é descrever as variáveis envolvidas em um fenômeno”.

Appolinário (2006, p. 115) afirma também, ao pronunciar-se sobre o delineamento de levantamento, que se “trata da modalidade mais simples de pesquisa descritiva, que tem por finalidade apenas investigar as características de

determinada realidade ou mesmo descobrir as variáveis componentes dessa realidade”.

4.3 Técnicas de Coleta de Dados

As técnicas de coleta de dados utilizadas nesta pesquisa foram a observação não participante durante as reuniões do objeto em estudo, o questionário aplicado aos indivíduos participantes das reuniões, a entrevista padronizada realizada com a Presidente do objeto em estudo, a entrevista despadronizada realizada com a representante do Poder Executivo do Município e a análise de documentos como atas e listas de presenças de Reuniões e Leis Municipais.

O trabalho de coleta de dados iniciou-se no mês de julho do ano de 2.008, após o envio de correspondência (*e-mail*) para a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas no mês anterior, com solicitação de autorização para a pesquisa (APÊNDICE A). Sendo tal proposta colocada na pauta da reunião ordinária do Conselho Pleno no dia três do mês de julho do mesmo ano foi aprovada pelos conselheiros.

Durante os meses seguintes (Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro), ocorreram vários contatos telefônicos, *e-mail* e quatro visitas ao município as quais foram utilizadas para a coleta de dados e conhecimento dos potenciais do município, despertando assim a capacidade de discernimento do pesquisador.

Para a pesquisa foram utilizadas técnicas de pesquisa específicas, classificadas como eficientes e capazes de gerar informações de qualidade para o estudo em questão: Questionários; Análise documental; Entrevista semi-estruturada, Entrevista aberta e Observação não-participante.

Técnica utilizada	Fontes de Informação
Questionários	Conselheiros Titulares do CME-PC
Análise documental	<ul style="list-style-type: none"> • Regimento Interno do CME-PC • Livros de Atas: Reuniões Ordinárias e Câmaras Técnicas • Leis Municipais: 3.685/1.985; 6096/1.995; 7.712/2.002 e 7.947/2.004.
Entrevista Semi-estruturada	Presidente do CME-PC
Entrevista Aberta	Secretária da SEMEC
Observação não-participante	Reuniões Ordinárias do CME-PC Visita à Casa dos Conselhos

Quadro 7: Técnicas de Pesquisa e Fontes de Informação

Desenvolvido pelo Autor

Os indivíduos que participaram da pesquisa leram, concordaram com as questões propostas e assinaram o Termo de Consentimento Informado (APÊNDICE B) para todas as técnicas de pesquisa utilizadas.

Para o tratamento dos dados dos questionários foi utilizado o aplicativo “Microsoft Excel”, versão 2007 do pacote Office da Microsoft.

O tratamento estatístico dos dados ocorreu com a utilização das funções estatísticas do aplicativo e consistiu na obtenção de uma média amostral que pudesse ser inferida para população.

Após a tabulação dos dados, tratamento e análise dos dados, foram confeccionados os gráficos a partir da ferramenta “Gráficos” do mesmo aplicativo.

4.3.1 Observação não-participante

Trata-se de entrar em contato diretamente com o fenômeno estudado, utilizando para isso os órgãos dos sentidos como ferramentas essenciais para a exploração de uma determinada realidade. Não consiste em apenas ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos (APPOLINÁRIO, 2006).

A observação para esta pesquisa é caracterizada por alguns critérios: quanto aos meios utilizados: diretos; quanto o método utilizado: observação assistemática; quanto à participação do observador: não participante não oculta e segundo o contexto da observação: naturalística (APPOLINÁRIO, 2006).

[...] segundo os meios utilizados na observação: diretos: a observação é realizada diretamente, enquanto o fenômeno ocorre; [...] Segundo o método utilizado na observação: observação assistemática: todos os comportamentos dos sujeitos são registrados, uma vez que não se sabe previamente quais características comportamentais são ou não relevantes para o estudo em questão; [...] Segundo a participação do observador: observação não-participante: o pesquisador não interage com os sujeitos observados. [...] o pesquisador deixa-se perceber aos observados, porém se comporta como um ente externo à situação observada, caso em que a observação leva o nome de não-oculta; Segundo o contexto da observação: observação naturalística: ocorre no ambiente natural do sujeito (campo), de forma não controlada; [...] (APPOLINÁRIO, 2006, p. 135).

Para Severino (2007, p. 125), “observação é todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa”.

Como todos os métodos existem vantagens e desvantagens apontadas por Lakatos e Markoni (2007, p. 274),

[...] vantagem: estuda uma ampla variedade de fenômenos, permite identificar conjunto de atitudes e de comportamentos e pode perceber sinceridade nas respostas; desvantagem: de duração variável, pode ser demorada, pois os aspectos da vida cotidiana nem sempre são acessíveis e pode ter restrições no campo temporal e espacial (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 276).

Para registro dos dados durante as entrevistas e observação participante, foi utilizado equipamento para gravação de som e imagem Sony *Ciber-Shot*, modelo DSC-W30.

4.3.2 Questionários

Apontado como uma das ferramentas mais utilizadas nas pesquisas pela capacidade de medir com exatidão o que se deseja, uma vez que é um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche (BERVIAN; CERVO; DA SILVA, 2007).

Segundo Appolinário (2006, p. 136) o questionário é “um documento contendo uma série ordenada de perguntas que devem respondidas pelos sujeitos, por escrito, geralmente sem a presença do pesquisador”.

As perguntas dos questionários foram elaboradas optando-se por fechadas para facilitar a codificação, sendo inserida apenas uma pergunta aberta categorizada ao final.

As respostas utilizadas foram as textuais, sendo dicotômicas oferecendo duas possibilidades de respostas, do tipo sim/não, de múltiplas alternativas com respostas nominais onde os itens da resposta não têm relação de ordinalidade uns com os outros e por fim respostas que pedem grau de concordância - discordo totalmente, discordo, não concordo nem discordo, concordo e concordo totalmente, também conhecida como escala Likert (APPOLINÁRIO, 2006).

Foram distribuídos 38 conjuntos de questionários de pesquisa em envelope individualizado aos conselheiros titulares e retornaram 21 conjuntos de questionários, totalizando uma amostra de 55,26%. Os questionários ficaram em posse dos conselheiros titulares por um período de trinta dias. Os questionários de pesquisa foram divididos em três modelos, sendo o modelo “1” para definir o perfil dos conselheiros (APÊNDICE C), o modelo “2” para identificar o cumprimento dos procedimentos para criação do Conselho (APÊNDICE D) e o modelo “3” para caracterização do trabalho dos conselheiros (APÊNDICE E).

O questionário de pesquisa modelo “1” – perfil dos conselheiros é composto de sete quesitos, sendo: sexo, idade, estado civil, filhos, escolaridade, renda e área de atuação no mercado.

O questionário “2” aplicado trata da identificação do cumprimento dos procedimentos de criação do CME-PC. O questionário possui trinta e duas afirmativas positivas, sendo utilizada a Escala Likert: 1-não concordo veementemente; 2-não concordo; 3-Nem discordo nem concordo; 4-concordo e 5-concordo totalmente. Para a interpretação das respostas oferecidas pelos conselheiros, os melhores resultados são aqueles próximos da alternativa 5-

concordo totalmente da Escala Likert. As afirmações apresentadas no questionário foram embasadas nas sugestões da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais para auxiliar os municípios na criação e instalação dos Conselhos Municipais de Educação.

As 32 afirmativas, após tabuladas, foram agrupadas em conjuntos de quesitos afins sendo: Vontade (popular) da sociedade civil para a criação do CME-PC: afirmativa 01; Legalidade na criação do CME-PC: afirmativas 02,04,05 e 12; Descentralização das políticas de educação do município: afirmativas 03 e 06; Paridade na composição do CME-PC: afirmativas 07 e 08; Eficiência e continuidade das atividades: afirmativas 09, 10 e 11; Estrutura do CME-PC: afirmativas 13, 14 e 15 e, por fim, as funções atribuídas ao CME-PC: da afirmativa 16 a 32.

É importante ressaltar que as informações referentes ao questionário “2” refletem a visão dos conselheiros do CME-PC.

A concordância total na Escala Likert, com as afirmativas apresentadas de 01 a 32 refletem a eficácia nos procedimentos de criação do CME-PC e conseqüentemente influenciam diretamente a eficiência dos procedimentos e rotinas diárias do Conselho.

O questionário “3” – trata da caracterização do trabalho do conselheiro - foi composto por vinte e uma questões (20 fechadas e 01 aberta). A finalidade deste foi levantar dados referentes às características gerais dos conselheiros (questões 01 a 05); interatividade (06 a 08); divulgação (09 a 11); função predominante (12); funcionamento (13 a 16) e instrumento democrático (17 a 20), que corresponderam às questões fechadas. A última questão permitiu aos conselheiros contar o que os motivou a fazer parte do CME-PC.

4.3.3 Entrevistas

Segundo Bervian, Cervo e Da Silva, (2007, p. 51) “a entrevista não é uma simples conversa. É uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados para a pesquisa”.

Ainda segundo Bervian, Cervo e Da Silva, (2007, p. 51), “A entrevista tornou-se nos últimos anos, um instrumento do qual se servem constantemente os pesquisadores em ciências sociais e psicológicas”.

Para Lakatos e Marconi (2007, p. 278), “por ser de natureza interativa, permite tratar de temas complexos, que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, extrapolando-os em profundidade”

O principal interesse do pesquisador no momento da entrevista é conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Lakatos e Marconi (2007, p. 279), afirmam que “a entrevista qualitativa, junto com a observação participante, é a técnica mais usual na investigação qualitativa”.

Utilizaram-se nesta pesquisa dois tipos de entrevistas, a padronizada para interrogar a Presidente do objeto de pesquisa e a despadronizada ou semi-estruturada, focalizada para interrogar a Representante do Poder Executivo Local. Lakatos e Marconi explicam como sendo:

[...] padronizada ou estruturada – quando o pesquisador segue um roteiro previamente estabelecido. As perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 279).

[...] despadronizada ou semi-estruturada – também chamada de assistemática, antropológica e livre – quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 279).

[...] focalizada – quando há um roteiro de tópicos relativos ao problema a ser estudado e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser, sobre razões, motivos, esclarecimentos. Para isso, fazem-se necessárias certas qualidades ao pesquisador como habilidade e perspicácia (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 279).

A técnica de entrevista possui vantagens e desvantagens que são destacadas por Lakatos e Marconi, (2007) como:

[...] a) vantagens - pode ser usada com todos os segmentos da população. Há maior flexibilidade e oportunidade para avaliar atitudes e comportamentos, podendo o entrevistado ser mais bem observado. Possibilidade também a coleta de dados importantes que não se encontram em fontes documentais; b) desvantagens – quando há dificuldade de expressão, de comunicação ou incorporação clara dos significados, levando a uma falsa interpretação. Há possibilidade de o entrevistador sofrer influência do questionado. Outros aspectos são: retenção de dados importantes e ser de longa duração, não sendo econômica (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 280).

A entrevista com a Senhora Rosalie Maria Dal Poggetto Molinari, Conselheira Presidente do CME-PC foi realizada utilizando-se a técnica padronizada contendo vinte e quatro perguntas cujas respostas foram transcritas na íntegra (APENDICE F). Esta opção se mostrou mais eficaz para obtenção das informações técnicas necessárias para o enriquecimento da pesquisa, sendo que, para a entrevista com a Senhora Maria Raimunda da Silva e Souza, Secretária Municipal de Educação optou-se pelo formado semi-estruturado como meio de absorver uma informação menos burocrática e criar um ambiente mais informal, iniciando a entrevista a partir de tópicos específicos (APENDICE G).

As entrevistas foram transcritas e analisadas a partir da técnica de leitura e releitura das respostas para melhor entendimento e obtenção das informações. A transcrição da entrevista realizada com a Presidente do CME-PC (APENDICE H) e a realizada com a Secretária Municipal de Educação e Cultura (APENDICE I) podem ser consultadas neste trabalho.

4.3.4 Análise de documentos

Para Severino, (2007, p. 124), pode ser tomada em três sentidos fundamentais “como técnica de coleta, [...], como ciência que elabora critérios para a coleta, [...], no contexto da realização de uma pesquisa, e como a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto [...]”.

[...] em ciência, documento é todo objeto (livro, jornal, estátua, escultura, edifício, ferramenta, túmulo, monumento, foto, filme, vídeo, disco, CD etc.) que se torna suporte material (pedra, madeira, metal, papel etc.) de uma informação (oral, escrita, gestual, visual, sonora etc.) que nele é fixada mediante técnicas especiais (escritura, impressão, incrustação, pintura, escultura, construção etc.) Nessa condição, transforma-se em fonte durável de informação sobre os fenômenos pesquisados (SEVERINO, 2007, p. 124).

A análise documental ocorreu sem restrições por parte da Mesa Diretora do CME-PC que disponibilizou os livros de atas (esses foram xerocopiados para facilitar o manuseio), listas de presença das reuniões ordinárias e o arquivo digital (extensão *Microsoft Word*) do Regimento Interno 2005 do CME-PC. As Leis Municipais foram obtidas por meio de acesso digital ao site da Câmara Municipal do Município.

A leitura das atas das reuniões ordinárias e das reuniões das Câmaras Técnicas foi de suma importância para identificar a rotina das atividades do CME-PC, a participação de seus conselheiros e os fatos importantes já ocorridos.

4.4 Técnicas para Análises dos Dados Coletados

A análise dos dados é predominantemente qualitativa sendo que, para obtenção de subsídios para as conclusões da pesquisa, a descrição dos dados coletados por meio da técnica de questionários utilizou-se da Estatística Descritiva, técnica quantitativa que para Appolinário (2006, p. 146), representa “o conjunto de técnicas que têm por finalidade descrever, resumir, totalizar e apresentar graficamente dados de pesquisa”.

Para tal, foi realizada a distribuição de frequência das respostas, possibilitando a organização e a visualização dos dados, construída na forma de tabela da qual posteriormente, originaram os gráficos apresentados.

Foi aferida a média amostral como medida de tendência central, sendo, conforme explicado por Appolinário (2006, p. 147), “o resultado da soma de um conjunto de valores dividido pelo número de valores presentes no referido conjunto”

$$\text{Média amostral} = \frac{\sum x}{n}$$

x representa cada valor individual da distribuição
n representa o número de valores da amostra

Para apresentação gráfica dos resultados da tabulação optou-se pelos modelos de colunas e de setores

Segundo Appolinário (2006, p. 159), “diferentemente das pesquisas quantitativas, a abordagem qualitativa apresenta certos elementos como a recursividade [...], que implica o fato de a análise poder se iniciar até mesmo ao longo da fase de coleta dos dados”.

Ainda Appolinário (2006, p. 159): indica que com relação à questão da validade externa da pesquisa qualitativa “não busca a generalização. [...], a análise dos dados terá por objetivo simplesmente compreender um fenômeno em seu sentido mais intenso, em vez de produzir inferências que possam levar à constituição de leis gerais ou extrapolações”.

Appolinário (2006, p. 160), indica vários princípios úteis para realização de uma análise qualitativa dos dados.

a) a análise pode ocorrer desde o momento da coleta de dados; [...]; b) o processo de análise é sistemático e compreensivo, mas não é rígido, [...]; c) o processo de análise inicia-se com a leitura de todos os dados coletados de uma vez só, [...]; d) o principal processo analítico utilizado é o da comparação, [...]; e) o pesquisador examina as categorias e padrões descobertos em face de teorias e resultados de pesquisas anteriores (APPOLINÁRIO, 2006, p. 160).

Para Appolinário (2006, p. 160), “Há diferentes formas de analisar dados em pesquisas qualitativas, dependendo das escolhas teórico-metodológicas feitas pelo pesquisador ainda na fase de concepção do projeto de pesquisa”.

O modelo de análise fenomenológica escolhido para o tratamento de dados desta pesquisa busca entendimento das temáticas inseridas na realidade

pesquisada que se apresentam pelo contato da consciência do pesquisador com o texto analisado (APPOLINÁRIO, 2006).

Quatro momentos de reflexão fenomenológica foram utilizados na busca do conhecimento, aqui embasados em Appolinário (2006, p. 166-167) que apresenta como momento de imersão, de discriminação, de atribuição de sentido e de síntese.

a) Momento de imersão: consiste na leitura de todo o material, tantas vezes quanto necessárias, com a finalidade de criar uma familiaridade com a linguagem própria dos sujeitos, bem como com os seus contextos vivenciais. É um momento de suspensão das próprias crenças e opiniões, com a aceitação acrítica de tudo quanto é proposto pelos relatos dos sujeitos. b) Momento de discriminação: consiste na divisão do material em unidades de significados, de acordo com algum critério relevante para as concepções teóricas do pesquisador. [...] Para que ocorra a percepção dessas unidades de significado, é necessário que o pesquisador proceda a uma leitura intencional, na qual assuma uma atitude condizente com sua formação científica. c) Momento de atribuição de sentido: trata-se da hermenêutica aplicada às unidades de significado que emergiram no momento anterior. O pesquisador procederá a uma interpretação de cada uma dessas unidades, de acordo com suas referências teóricas e subjetivas. É um momento de análise e não de mera descrição. d) Momento de síntese: consiste no mapeamento das atribuições de sentido obtidas, com o intuito de alcançar uma compreensão geral e superior de todo o fenômeno pesquisado (APPOLINÁRIO, 2006, p. 166-167).

Para Appolinário (2006, p. 167), “é sempre conveniente reiterar não ser essa a única forma de análise fenomenológica à disposição do pesquisador”.

Para Flick (2004, p. 180), abordando a importância da utilização de equipamentos para gravação de som e imagem explica que “faz com que a documentação de dados torne-se independente das perspectivas – do pesquisador e dos sujeitos em estudo”. E ainda defende que “através desse sistema, obtém-se um registro naturalista dos eventos”.

Ainda em Flick (2004, p. 180), afirma-se que “após informar aos participantes a respeito da finalidade da gravação, o pesquisador espera que eles simplesmente esqueçam o gravador e que a conversa se dê naturalmente”. Nesta

pesquisa foi utilizado para gravação de som o equipamento pen-drive mp3 da marca Markvision e, para capturar as imagens o equipamento máquina fotográfica amadora digital da marca Sony modelo Cyber-Shot DSC-W30. Todos os participantes de entrevistas ou observações assinaram o termo de consentimento informado (APÊNDICE B)

Flick (2004, p. 181) afirmam que “o meio clássico de documentação na pesquisa qualitativa são as anotações do pesquisador”. Complementa ainda que “as notas obtidas em entrevistas devem conter os elementos essenciais das respostas dos entrevistados e informações sobre o andamento da entrevista”.

Abaixo se pode consultar o quadro resumo sobre o percurso metodológico utilizado na pesquisa e em seguida o cronograma seguido para o seu desenvolvimento.

Fundamento Epistemológico:	Dialética			
Natureza da Pesquisa:	Abordagem Qualitativa / Quantitativa			
Finalidade da Pesquisa:	Pesquisa Básica			
Tipo de Pesquisa:	Descritiva	Bibliográfica	Documental	Estudo de Caso
Estratégia da Pesquisa:	Local da coleta de dados:	Fonte de informação:	Temporalidade:	Delineamento:
	Campo	Campo e documentos	Transversal	Levantamento
Técnicas utilizadas:				
Observação não participante	Questionários	Entrevistas	Análise de Documentos	
Tratamento dos dados coletados:	Método Fenomenológico			
Equipamentos utilizados:	Gravador de som - Pen-drive MP3		Gravador de imagem - Máquina digital amadora Sony Ciber-Shot DSC-W30	

Quadro 8: Resumo do Percurso Metodológico da Pesquisa.

5 ESTUDO DE CASO DO CME-PC

O presente estudo tem como foco o Conselho Municipal de Educação do Município de Poços de Caldas. Nesta etapa da pesquisa é apresentado o município de Poços de Caldas, o Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas e a análise dos dados coletados.

5.1 Caracterização do Município de Poços de Caldas

O município de Poços de Caldas foi instalado por meio da Lei Provincial nº 3.659 de 1º de setembro de 1.888, desmembrado do município de Caldas, com sede na povoação de Nossa Senhora da Saúde de Poços de Caldas. Em seguida, no ano de 1.911 teve o nome simplificado e passa a ser chamado de Poços de Caldas (IBGE, s.d, On-line).

Localizado na Mesorregião “Sul/Sudoeste de Minas”, região geográfica Sudeste, no estado de Minas Gerais, especificamente à longitude de (-) 46,56º e latitude de (-) 21,78º, situado a 348,1 km de distância da capital do Estado. Possui área total (em mil km²) de 545,7, posicionado em relação ao nível do mar, a 1.196 metros de altitude (IBGE, s.d, On-line).

Figura 1: Localização geográfica do Município
de Poços de Caldas

A população do município demonstra crescimento a cada aferição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apresentando crescimento de 9,93% no período de 1.991-1.996, entre os anos de 1996-2000, 12,03% e crescimento de 6,46% entre 2.000-2.007 com população atual estimada em 144.386 habitantes (IBGE, s.d, On-line).

Gráfico 1: População do Município de Poços de Caldas

O histórico das últimas eleições no município de Poços de Caldas (2.000, 2.004 e 2.008) apresenta uma alternância de partidos políticos à frente do Poder Executivo.

Tabela 1: Resultados das Eleições 2.000, 2.004 e 2.008

Resultado Eleições Ano 2.000		Resultado Eleições Ano 2.004		Resultado Eleições Ano 2.008	
Abstenção	11.212	Abstenção	13.632	Abstenção	15.788
Branco	2.016	Branco	1.589	Branco	2.940
Nulos	4.082	Nulos	4.678	Nulos	5.650
Nominais	69.666	Nominais	76.680	Nominais	79.158
Votos Prefeito Eleito	41.036	Votos Prefeito Eleito	37.262	Votos Prefeito Eleito	47.127
Paulo Tadeu PT	58,90%	Sebastião Navarro PFL	48,59%	Paulinho Couro Minas - PPS	59,54%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – www.tse.gov.br

No ano de 2.000, com 58,90% dos votos nominais, o candidato Paulo Tadeu representante do Partido dos Trabalhadores – PT foi eleito ao cargo de Prefeito para o mandato de 2.001/2.004, período em que, por meio da Lei Municipal nº 7.947, criou-se o Sistema Municipal de Ensino de Poços de Caldas e o novo Conselho Municipal de Educação. No ano de 2.004, o candidato Sebastião Navarro representante do Partido da Frente Liberal, PFL, atualmente denominado Democratas, tem a maioria dos votos – 48,59% dos votos nominais, assumindo o cargo de Prefeito Municipal para o pleito de 2.005/2.008, período no qual o Conselho Municipal de Educação desenvolve a capacitação dos seus conselheiros

(2.005/2.006), e em um segundo momento se consolida como um conselho efetivo de suas funções deliberativas, normativas e consultivas (TSE, s.d, On-line) e (CÂMARA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS, s.d, On-line).

O candidato Paulinho Couro Minas, representante do Partido Popular Socialista – PPS, candidato apoiado pelo Sr. Sebastião Navarro, obteve 59,54% dos votos nominais no pleito eleitoral do ano de 2.008, sendo eleito para o cargo de Prefeito Municipal no período entre os anos de 2.009 e 2.012. O mesmo atuou no Poder Legislativo Municipal, como Vereador no período de 2.001 a 2.004, representando na Câmara Municipal do município o Partido dos Trabalhadores, PT, sendo vice-prefeito no pleito 2.004 a 2.008 (TSE, s.d, On-line).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M aferido no ano de 2.000 (0,841) colocou o município de Poços de Caldas na melhor posição entre os municípios do Estado de Minas Gerais e o 63º colocado no Brasil, apresentando crescimento de 8,10% em relação ao mesmo índice aferido no ano de 1991 (0,778) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, APLICATIVO/PNUD, s.d, On-line).

Tabela 2: IDH-M de Poços de Caldas

Poços de Caldas	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Longevidade 1991	IDHM Longevidade 2000	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000
	0,778	0,841	0,722	0,787	0,775	0,85	0,836	0,886

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Índice do Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M de 0,841 aferido no ano de 2000 no município de Poços de Caldas permite considerá-lo como região de alto desenvolvimento humano – acima de 0,8 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, APLICATIVO/PNUD, s.d, On-line).

Ainda segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, na composição do IDH-M de Poços de Caldas, a maior contribuição ocorreu pela dimensão Longevidade, com participação no índice de 39,5%, seguida pela Renda, com 34,2% e pela Educação, com 26,3%.

O município de Poços de Caldas possui um total de 129 instituições de Ensino distribuídas nos seguimentos “Pré-escolar” (66), “Fundamental” (47) e “Médio” (16) (IBGE, s.d, On-line).

Gráfico 2: Instituições de Ensino no Município de Poços de Caldas

Os profissionais de educação do município estão distribuídos entre os vários seguimentos, totalizando 1.749 profissionais: Ensino Pré-Escolar (1104); Ensino Fundamental (282) e Ensino Médio (363) (IBGE, s.d, On-line).

Gráfico 3: Profissional de educação no Município Poços de Caldas

As matrículas no município somam 31.769, distribuídas nos seguimentos, sendo 11,75% no Ensino Pré-Escolar, 70,29% no Ensino Fundamental e 17,97% no Ensino Médio (IBGE, s.d, On-line).

Gráfico 4: Matrículas no Município de Poços de Caldas

O Plano de Desenvolvimento da Educação no Brasil estipula metas para seu desenvolvimento, o indicador utilizado para balizar tal desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

No município de Poços de Caldas, o IDEB observado no ano de 2.007 apresentou resultados eficazes, superando a meta em 0,20 pontos para os anos iniciais (4,80) do Ensino Fundamental e 0,50 pontos para os anos finais (4,50) do mesmo seguimento.

Tabela 3: IDEB Observado e Metas no Município de Poços de Caldas

Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental			
IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas	
2.005	2.007	2.007	2.021	2.005	2.007	2.007	2.021
4,60	4,80	4,60	6,60	3,90	4,50	4,00	5,90

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/site/>

A meta do município para o ano de 2.021 do IDEB é de 6,60 para os anos iniciais e 5,90 para os anos finais do Ensino Fundamental. A aplicação de práticas científicas da administração, reafirmando a administração pública gerencial, com o desmembramento dos objetivos de 2.021 em metas bianuais, atende os princípios da administração em sua função de planejar e manter monitoramento sistemático dos resultados.

Tabela 4: Distribuição de Metas IDEB até o ano de 2.021

E.Fundamental	IDEB Observado		METAS							
	2.005	2.007	2.007	2.009	2.011	2.013	2.015	2.017	2.019	2.021
Anos Iniciais	4,6	4,8	4,6	5,0	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
Anos Finais	3,9	4,5	4,0	4,1	4,4	4,8	5,2	5,4	5,7	5,9

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/site/>

Os resultados obtidos nos anos finais do Ensino Fundamental no município (IDEB observado no ano de 2.007 – 4,5) são superiores à meta a ser atingida no ano de 2.011.

O município de Poços de Caldas possui 24 conselhos municipais em campos de atuação distintos, dentre eles o Conselho Municipal de Educação, objeto desta pesquisa. Conforme quadro a seguir:

Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente	Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Conselho Municipal do FUNDEB - Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais
Conselho Municipal de Assistência Social	Conselho de Tributos Municipais
Conselho Municipal do Idoso	Conselho Tutelar
Conselho Municipal de Cultura	Conselho Municipal de Turismo
Conselho Curador do Museu Histórico e Geográfico	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento Comunidade Negra	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Turístico e Artístico de P. Caldas	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Ind.
Conselho Municipal de Saúde	Conselho Municipal da Juventude
Conselho Municipal de Educação	Conselho Municipal do Trabalho
Conselho Municipal de Alimentação Escolar	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Conselho Municipal da Fundação Jardim Botânico	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Territorial

QUADRO 9: Conselhos Municipais Do Município de Poços de Caldas:

O executivo municipal mantém espaço adequado e específico para o funcionamento dos conselhos. Tal espaço é denominado “Casa dos Conselhos”, inaugurado em setembro do ano de 2.006. O local possui mobiliário completo, ponto de acesso à internet, 03 (três) salas para os conselhos, 01 (uma) sala de treinamento equipada com computador e projetor, 01 sala de reunião, cozinha, banheiros e recepção, equipe de funcionários: recepcionistas, *office-boy* e serviços gerais (CASA DOS CONSELHOS POÇOS DE CALDAS, 2008 – informação verbal)¹.

Figura 2: Entrada “Casa dos Conselhos”

Figura 3: Sala Reuniões “Casa dos Conselhos”

Figura 4: Placa da Fachada

Figura 5: Sala “Casa dos Conselhos”

¹ Informação Fornecida pela Casa dos Conselhos do Município de Poços de Caldas em visita, em 2008.

Mesmo com a existência da “Casa dos Conselhos”, equipada e projetada para o bom funcionamento dos conselhos municipais, o Conselho Municipal de Educação realiza suas reuniões e funciona no prédio da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Poços de Caldas – SEMEC com disponibilidade de estrutura e equipamentos para suas atividades. A decisão pelo funcionamento nas dependências da Secretaria foi justificada em Ata de reunião ordinária do Conselho Pleno do CME-PC datada aos cinco dias do mês de maio do ano de 2.007 que assim trata a questão: “o presidente avisa que a próxima reunião será na SEMEC, isso devido à falta de espaço e de material de apoio técnico”

Figura 6: Sala CME-PC na SEMEC

Figura 7: Reunião Ordinária CME-PC

Figura 8: Quadro de Avisos CME-PC

O município de Poços de Caldas possui belezas naturais e fontes de águas medicinais, pois está situado sobre uma região vulcânica, o que atrai turistas potencializando o comércio e a prestação de serviços.

Figura 9: Cristo Redentor–Poços de Caldas

Figura 10: Recanto Japonês – Poços de Caldas

Figura 11: Vista parcial de Poços de Caldas

Figura 12: Vista parcial de Poços de Caldas II

Segundo ARAÚJO e RUBINI, (1997), “o município situa-se no Planalto de Poços de Caldas, na Serra da Mantiqueira, trata-se de uma área de rochas vulcânicas, intensamente fraturadas”.

O solo é formado por intrusão de rochas alcalinas (sienitos neflícos), circundado por formações arqueanas (muito antigas). Numerosas manifestações vulcânicas tiveram lugar, em intervalos de tempo medidos em milhões de anos, ao mesmo tempo em que intensas ações hidro-termais se processavam através de toda a massa dessas rochas, formando as numerosas e ricas jazidas minerais existentes no Planalto de Poços de Caldas. As manifestações desse hidrotermalismo perduraram ainda hoje nas insurgências de águas sulfurosas quentes (ARAÚJO, RUBINI, 1997).

O município de Poços de Caldas é reconhecido no turismo nacional e pertence ao grupo dos 20 maiores municípios em população do estado de Minas Gerais. Ter um Sistema de Ensino que funcione é primordial para manter-se em desenvolvimento continuado e atingir as metas propostas pelos governos – federal estadual e municipal.

A democracia participativa na área das políticas de educação fez parte da rotina do Poder Executivo e Legislativo do município de Poços de Caldas no período de 2.004/2.008, concretizado pela interface entre as ações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e os trabalhos realizados pelo Conselho Municipal de Educação.

A seguir apresentamos o Conselho Municipal de Educação, órgão democrático cujas funções evoluíram democraticamente. Tornando a participação popular, importante fator para o sucesso das políticas públicas..

5.2 Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas – CME-PC

A criação do Conselho Municipal de Educação passou por amadurecimento democrático sendo criado primeiramente como órgão consultivo da política municipal na área de educação, por meio da Lei Municipal nº 3.685 datada de vinte e três de maio de 1.985 e publicada no Jornal da Mantiqueira no dia vinte e

nove do mesmo mês e ano (CÂMARA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS, s.d, On-line)

Após 10 anos, aos trinta dias do mês de novembro do ano de 1.995, o Poder Legislativo local estabeleceu nova Lei Municipal, nº 6.096, recriando Conselho Municipal de Educação também como órgão consultivo da política municipal na área de educação, sancionada pelo Poder Executivo em mesma data e publicado no Jornal da Cidade aos dois dias do mês de dezembro do mesmo ano (CÂMARA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS, s.d, On-line)

Ainda como órgão consultivo da política municipal na área de educação o Poder Legislativo Municipal aprovou a Lei Municipal nº 7.712, sancionada pelo Poder Executivo aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de 2.002 respeitando as determinações e diretrizes fixadas pela legislação estadual e federal para atribuir competências ao Conselho. A publicação ocorreu no Jornal Folha Popular aos quatro dias do mês de dezembro do mesmo ano (CÂMARA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS, s.d, On-line)

A Lei Municipal nº 7.712 previa a participação, ainda conforme lei anterior, de dez pessoas, sendo: o Secretário Municipal de Educação e Cultura; os responsáveis pelos setores Pedagógicos, de Cultura e administrativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; o diretor da 31ª Superintendência Regional de Ensino; representantes da Rede Particular, Estadual e Municipal de Ensino e dois representantes da comunidade.

No ano de 2.002, aos dezessete dias do mês de dezembro este Conselho aprovou junto ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo a Lei Municipal nº 7.730. Tal Lei que, sancionada, teve publicação no Jornal Folha Popular no dia

dezoito do mesmo mês e ano. Estabeleceu o Plano Municipal de Educação para o biênio de 2003/2004 (CÂMARA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS, s.d, On-line)

Revogando a Lei nº 7.712, a Lei Municipal nº 7.947 (ANEXO B) criou o Sistema Municipal de Ensino de Poços de Caldas e criou novo Conselho Municipal de Educação já com caráter deliberativo, normativo e consultivo. Foi sancionada aos sete dias do mês de janeiro do ano de 2.004 e publicada no Jornal Folha Popular aos dez dias do mesmo mês e ano (CÂMARA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS, s.d, On-line)

Com a criação do Sistema Municipal de Ensino, o Município de Poços de Caldas promoveu a descentralização da sua estrutura educacional, permitida pela Lei Federal nº 9.394 de vinte de dezembro do ano de 1.996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

A democracia e a participação são sustentadas pelo Art. 5º da Lei Municipal nº 7.947, que estabelece:

“O Conselho Municipal de Educação terá como objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município, concorrendo para elevar a qualidade dos serviços educacionais”. (BRASIL, Art. 5º da Lei Municipal nº 7.947 de 07 de janeiro de 2004).

Para garantir a participação da sociedade no Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas, a Lei Municipal nº 7.947 estabelece em seu Art. 6º a participação de trinta e oito membros titulares e respectivos suplentes que deverão representá-los em suas ausências. Este mesmo artigo estabelece de forma distributiva de poder a participação dos vários seguimentos da sociedade de interesse nas políticas educacionais.

Tabela 5: Participação da Sociedade no CME-PC

Nº participantes	Representações
03	Representantes eleitos do Poder Público Municipal, sendo um do Setor Pedagógico, um representante do Setor Administrativo e um representante do Setor de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
03	Representantes eleitos da 31ª Superintendência Regional de Ensino do Estado de Minas Gerais.
02	Representantes eleitos do Ensino Superior do Município, sendo um de universidade ou escola pública e outro de universidade ou escola particular.
01	Representante eleito da rede particular de educação infantil.
01	Representante eleito dos professores da rede particular de educação infantil.
14	Representantes eleitos dos trabalhadores da educação do município, sendo dois diretores, dois especialistas em educação, dois professores da educação infantil, três professores do ensino fundamental (sendo um das escolas da zona rural) um professor do ensino médio, dois funcionários administrativos e dois funcionários operacionais.
01	Representante eleito do Sindicato dos Servidores Públicos Municipal.
01	Representante eleito das Instituições Filantrópicas Comunitárias ou Confeccionais.
01	Representante eleito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
02	Representantes eleitos dos estudantes maiores de quatorze anos das escolas municipais, sendo um da zona rural.
01	Representante da Câmara Municipal.
02	Representantes eleitos dos pais dos alunos, escolhidos nos pólos.
01	Representante eleito do Conselho Tutelar
03	Representantes das escolas de educação especial do Município, sendo um representante de cada escola.
01	Representante eleito dos movimentos populares atuantes no Município.
01	Representante eleito das Escolas Conveniadas.

Fonte: Lei Municipal 7.947 de 07 de janeiro de 2.004.

Sendo consideradas prestações de serviço relevantes para a sociedade, as atividades desenvolvidas na função de conselheiro municipal de educação não serão remuneradas, conforme previsto no parágrafo único do Art. 7º da Lei Municipal 7.947 que diz: “A função de membro do Conselho Municipal de Educação não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço prestado à população”.

O mandato dos conselheiros e da função de presidente do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas – eleito por seus pares em plenária e nomeado pelo Executivo, são de dois anos, ambos podendo ser reeleitos. A extinção de seus mandatos acontece sempre em dezembro dos anos pares. O Art. 9º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação (ANEXO A) reza que “Perderá o mandato o membro do Conselho que deixar de comparecer, sem justificativa, a três sessões consecutivas ou quatro intercaladas” (REGIMENTO INTERNO CME-PC, 2005).

Figura 13: Estrutura Organizacional do CME-PC

Fonte: Desenvolvida pelo Autor

O Conselho Municipal de Educação está estruturado como um Conselho Pleno composto por seus trinta e oito conselheiros titulares e suplentes. Por meio de eleição faz-se a composição da Mesa Diretora formada por quatro membros que ocupam os cargos de: Presidente, Secretário Geral, 1º Secretário e 2º Secretário (REGIMENTO INTERNO CME-PC, 2005).

O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas também é constituído por cinco Câmaras Técnicas, compostas por cinco conselheiros, sendo criadas para melhorar o funcionamento e o desempenho do Conselho. O objetivo das Câmaras Técnicas é analisar temas específicos relacionados a cada uma delas e propor soluções para apreciação e votação do Conselho Pleno. As áreas temáticas das Câmaras Técnicas são: Educação Infantil; Ensino Fundamental, Médio e Modalidades; Política de Planejamento, Recursos Públicos e Avaliação; Análise, Legislação e Normas e Câmara de Divulgação (REGIMENTO INTERNO CME-PC, 2005).

As Câmaras Técnicas devem se reunir uma vez por mês conforme reza o Art. 14, inciso 6º do Regimento Interno do CME-PC, “As Câmaras Técnicas reunir-se-ão, no mínimo, uma vez por mês”, sendo que na primeira reunião devem eleger um coordenador que responderá pelos trabalhos (REGIMENTO INTERNO CME-PC, 2005).

Ainda dentro da estrutura de funcionamento estão as Comissões Especiais que podem ser instituídas a qualquer tempo, com trabalhos específicos, devendo ser extintas ao término das deliberações que para tal deve-se respeitar o Art. 15 – Parágrafo único, do Regimento Interno do CME-PC que diz: “A instituição e a dissolução das Comissões Especiais devem se dar por incumbência do Presidente

em Conselho Pleno”, bem como o Art. 15 do mesmo Regimento que reza que: “Os trabalhos das Comissões Especiais deverão ser apresentados ao Conselho Pleno”.(REGIMENTO INTERNO CME-PC, 2005).

O amadurecimento democrático da participação do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas, na política pública de educação do município está caracterizado ao longo do tempo pelas várias aprovações, sanções e revogações de Leis Municipais, bem como pela ampliação das funções do Conselho.

A partir da instituição do Sistema de Ensino Municipal e do Novo Conselho Municipal de Educação no ano de 2.004, com a extensão de suas funções para além da consultiva para a deliberativa e a normativa, o espaço público de debate e a democracia participativa adquirem novos contextos e possibilidades no município.

A experiência de dezenove anos (1985-2004) não consolida a prática da democracia participativa, sendo necessária, depois de sancionada a Lei Municipal nº 7.947 que cria o novo Conselho Municipal de Educação a capacitação dos conselheiros eleitos para atuação plena, conforme registrado no livro de atas das reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Educação, no período de quatro de março do ano de 2.004 aos dois dias do mês de dezembro do ano de 2005, e registrado em entrevista nas palavras da atual presidente “passamos quase que o ano inteiro capacitando o pessoal; nós demos praticamente aulas para eles para falar sobre a responsabilidade, o que tinha que fazer e tudo mais”.

A comunicação da aprovação pelo Conselho Estadual de Educação da criação do Sistema Municipal de Ensino de Poços de Caldas e a criação do novo Conselho Municipal de Educação aos conselheiros do Conselho Municipal de

Educação ocorreu no dia seis do mês de abril do ano de 2.004, registrada em ata de mesma data, três meses depois que a Lei Municipal nº 7.947 foi sancionada (LIVRO DE ATAS DO CME-PC).

O processo de eleição dos primeiros conselheiros para o novo Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas ocorreu no mês de novembro do ano de 2.004 e a posse destes no mês de dezembro do mesmo ano, conforme registro em ata nos dias oito do mês de novembro do ano de 2.004 e seis do mês de dezembro do mesmo ano. Dez e onze meses após, respectivamente, a Lei Municipal nº 7.947 foi sancionada (LIVRO DE ATAS DO CME-PC).

O Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas foi estudado, analisado e deferido pelos conselheiros no dia trinta e um do mês de janeiro do ano de 2.005 e a eleição para a composição da primeira Mesa Diretora e Câmaras Técnicas no dia oito do mês de fevereiro do ano de 2005, conforme Livro de Atas (LIVRO DE ATAS DO CME-PC).

Alguns meses depois da posse da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Educação, no dia dois do mês de maio do ano de 2.005, a presidente eleita pediu exoneração do cargo alegando motivos particulares, sendo que neste momento a secretária geral chamou o Conselho Pleno para a tomada de decisão sobre uma nova eleição ou aclamação do segundo colocado na eleição anterior. O Conselho Pleno optou pela aclamação do segundo colocado que assumiu o cargo na mesma reunião (LIVRO DE ATAS DO CME-PC).

O Conselho Municipal de Educação foi convidado por representantes do Município de Divinópolis para apresentar à Câmara Municipal daquele município o percurso do Executivo e da comunidade de Poços de Caldas na

mobilização e organização para descentralizar o Sistema Municipal de Educação e criar o Conselho Municipal de Educação (LIVRO DE ATAS DO CME-PC).

De forma democrática, nos dias 27, 28 e 29 do mês de novembro do ano de 2.006, os vários segmentos da sociedade indicaram pela segunda vez seus representantes para participar do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas (LIVRO DE ATAS DO CME-PC).

A Mesa diretora (mandato 2.006-2.008) foi eleita por meio de votação em chapa única formada pelos membros da Mesa Diretora anterior, respeitando os princípios democráticos durante reunião do Conselho Pleno no dia 16 do mês de abril do ano de 2007. O processo de eleição, apesar de democrático, fere o Regimento Interno do CME-PC em seu Art. 12, inciso 2º que diz “a eleição de cada membro da Mesa Diretora será individual, não sendo permitido o voto vinculado e/ou por chapas”.

O processo foi discutido e deliberado pelo Conselho Pleno do CME-PC em reunião ordinária aos dezesseis dias do mês de março do ano de 2.007 e traz o seguinte texto em Livro de Atas do CME-PC: “... Após muitas opiniões, houve votação dos presentes e ficou definido que a votação seria por chapa...” outro registro que demonstra tal procedimento pode ser notado em ata registrada no dia da eleição dos membros da Mesa Diretora que assim está registrado:

“... Foi perguntado aos conselheiros se eles, seguindo proposta deixada na primeira reunião se alguém constituiu alguma chapa. Nada sendo respondido foi colocado os nomes para a manutenção da mesma chapa da executiva anterior, sendo apenas alterado a constituição da, due, digo secretária... colocada em votação a chapa foi eleita por unanimidade.(LIVRO DE ATAS DO CME-PC – 16 de abril de 2.007).

O mandato da atual Mesa Diretora terá seu encerramento no mês de abril do ano de 2.009, tomando para base de cálculo o mês do registro de posse dos mesmos, conforme exposto no Livro de Atas de reuniões ordinárias do CME-PC ocorrida no dia 12 do mês de novembro do ano de 2008 que diz “o término dos mandatos será em abril e a eleição será no início do ano de 2.009”. Este procedimento fere o Art. 6º do Regimento Interno que trata assim o tema “O mandato dos conselheiros extinguir-se-á sempre em dezembro dos anos pares”.

Aos doze dias do mês de novembro do ano de 2.008 ocorreu a última reunião ordinária do CME-PC para o trabalho de levantamento de dados desta pesquisa, e em sua ata um registro importante – motivado pelos constantes questionamentos do pesquisador - trata do processo de análise e adequação do Regimento Interno do CME-PC que assim diz: “a necessidade de se reformular o atual Regimento Interno do CME de Poços de Caldas, devendo ser convocado o conselho a analisar o Regimento ainda nesta gestão dos Conselheiros” (LIVRO DE ATAS CME-PC).

5.3 Resultado da Pesquisa e Análise dos Dados

O questionário de pesquisa modelo “1” – perfil dos conselheiros é composto de sete quesitos, sendo: sexo, idade, estado civil, filhos, escolaridade, renda e área de atuação no mercado.

De acordo com os questionários aplicados, o resultado do perfil dos conselheiros do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas demonstra que 29% são do sexo masculino e 67% do sexo feminino.

Gráfico 5: Perfil Conselheiros CME-PC (Masculino / Feminino)

Para o quesito “idade” constata-se que a maioria dos conselheiros pertence à escala de idade entre 31 e 40 anos, 38%. Entre a faixa etária superior, entre 41 e 50 anos encontra-se o percentual de 29% seguido de 24% para a faixa etária de 51 a 60 anos. Para as faixas etárias entre 18 e 30 anos e par aos acima de 61, os percentuais apontam para 5%.

Gráfico 6: Perfil Conselheiros CME-PC (Idade)

O estado civil dos conselheiros do Conselho Municipal de Poços de Caldas prevalece com índice de 71% para conselheiros casados, 19% para conselheiros solteiros e 10% separados judicialmente. 24% não têm filhos, e

conselheiros com 01 (um) filho representam 33%, repetindo este índice para dois ou três filhos, e 10% para quatro filhos ou mais.

Gráfico 7: Perfil Conselheiros CME-PC (Estado Civil)

Gráfico 8: Perfil Conselheiros CME-PC (Número de Filhos)

A escolaridade dos conselheiros do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas apresenta características técnicas positivas para o desenvolvimento do trabalho sendo 43% deles pós-graduados do tipo *Latu-Sensu* e 33% com Ensino Superior completo. Somam 15% os participantes possuidores de títulos de mestres (10%) e (5%) de doutores. Apenas 10% possuem superior incompleto. Existe representação de alunos maiores de 14 anos como

conselheiros, porém não foram demonstrado na pesquisa porque os mesmos não comparecem às reuniões do CME-PC.

Gráfico 9: Perfil Conselheiros CME-PC (Formação)

O parágrafo único do Art. 7º da Lei Municipal 7.947 que institui o Sistema Municipal de Ensino de Poços de Caldas e cria o novo Conselho Municipal institui que a função de membro (conselheiro) do CME-PC “não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço prestado à população”; sendo assim, faz-se necessário encontrar o perfil de remuneração dos conselheiros e sua origem. A maioria (48%) dos conselheiros possui renda mensal entre R\$1.245,01 e R\$2.490,00, seguidos por 29% dos conselheiros que possuem renda entre R\$2.490,01 até 3.735,00, ficando as outras categorias com 10% entre R\$415,00 até R\$1.245,00, entre 3.735.01 até 4.980,00 outros 10%; e apenas 5% dos conselheiros com renda mensal entre R\$6.225,01 e R\$ 7.470,00.

Gráfico 10: Perfil Conselheiros CME-PC (Renda)

O Setor Público emprega 62% dos conselheiros do CME-PC, 14% atuam no Setor Privado e outros 14% atuam em ambos, respectivamente.

Gráfico 11: Perfil Conselheiros CME-PC (Atuação no Mercado)

O questionário “2” aplicado trata da identificação do cumprimento dos procedimentos de criação do CME-PC. O questionário possui trinta e duas afirmativas positivas, sendo utilizada a Escala Likert: 1-não concordo veementemente; 2-não concordo; 3-Nem discordo nem concordo; 4-concordo e 5-

concordo totalmente. Para a interpretação das respostas oferecidas pelos conselheiros, os melhores resultados são aqueles próximos da alternativa 5- concordo totalmente da Escala Likert. As afirmações apresentadas no questionário foram embasadas nas sugestões da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais para auxiliar os municípios na criação e instalação dos Conselhos Municipais de Educação.

Gráfico 12: Procedimentos de Criação e gestão do CME-PC

Os grupos que se destacam de acordo com a pesquisa são: Legalidade com nota 4,74; Paridade na composição 4,68 e Descentralização com nota 4,55. Os piores resultados aparecem para funções atribuídas ao CME-PC com 3,89 e Estrutura com 3,98.

Foi possível distribuir as afirmativas sobre as funções atribuídas ao CME-PC e identificar suas características como função Normativa (18, 19 e 20), Consultiva (21, 22, 23 e 24), Deliberativa (25, 26, 27 e 28) e Fiscalizadora (29, 30, 31 e 32).

Gráfico 13: Funções do CME-PC interpretação Conselheiros

Com a distribuição das funções do CME-PC pode-se perceber que segundo a percepção dos conselheiros, este foi criado com função principal de normatizar (4,62), apresentando também outras como a de autorizar o funcionamento de escolas da rede municipal e privada e elaborar normas complementares para o sistema de ensino; Com vistas à função Consultiva, (4,04) o CME-PC versa sobre projetos e programas educacionais e experiências pedagógicas renovadoras, sobre o Plano Municipal de Educação, sobre medidas e programas para capacitar e atualizar professores e demais questões educacionais que lhe forem submetidas. Para a função Fiscalizadora (3,95) acompanha a transferência e controle da aplicação de recursos para a educação no Município, bem como o cumprimento do plano municipal de educação. Verifica as experiências pedagógicas inovadoras e acompanha o desempenho do Sistema Municipal de Ensino. Na função Deliberativa (3,88) elabora o seu regimento e plano de atividades, cria, amplia, desativa e localiza escolas municipais, toma medidas para melhoria do fluxo e rendimento escolar e busca formas de relação com a comunidade.

O questionário “3” – trata da caracterização do trabalho do conselheiro - foi composto por vinte e uma questões (20 fechadas e 01 aberta). A finalidade deste foi levantar dados referentes às características gerais dos conselheiros (questões 01 a 05); interatividade (06 a 08); divulgação (09 a 11); função predominante (12); funcionamento (13 a 16) e instrumento democrático (17 a 20), que corresponderam às questões fechadas. A última questão permitiu aos conselheiros contar o que os motivou a fazer parte do CME-PC.

Tabela 6: Caracterização do trabalho dos conselheiros – Gerais

Variável	Quesitos	SIM	NÃO	PARCIALMENTE	TOTAL
Características Gerais	O(a) Senhor(a) tem conhecimento das legislações do Conselho Municipal de Educação?	100%	0%	0%	100%
	O(a) Senhor(a) tem conhecimento de suas atribuições como Conselheiro(a)?	100%	0%	0%	100%
	Em sua visão, o Conselho Municipal de Educação cumpre de modo efetivo as atribuições que lhe são conferidas por lei?	89%	0%	11%	100%
	O(a) Senhor(a) se considera apto(a) para desempenhar a função de Conselheiro(a)?	96%	4%	0%	100%
	O(a) Senhor(a) considera necessária a realização de um curso para capacitação de Conselheiros?	96%	4%	0%	100%

Fonte: Desenvolvido pelo Autor

O CME-PC manteve durante os anos de 2005 e 2006 uma política intensa de formação e capacitação dos conselheiros, refletida na pesquisa em que apenas 4% não se consideram aptos para desempenhar suas funções. Com mesmo índice, (4%) outros acreditam na necessidade de um curso para os conselheiros ainda não capacitados.

Outro ponto de destaque, de grande relevância, é a concordância por parte de 89% dos conselheiros de que o CME-PC cumpre efetivamente todas as atribuições a ele conferidas.

A capacitação dos conselheiros do CME-PC deve fazer parte da agenda no período de 2009 a 2010 devido à eleição dos novos representantes da sociedade, nos seus vários segmentos.

Tabela 7: Caracterização do trabalho dos conselheiros – Interatividade

Variável	Quesitos	SIM	NÃO	TOTAL
Interatividade	O(a) Senhor(a) promove reuniões com os seus representados para elencar e apresentar ao Conselho Municipal de Educação as necessidades e prioridades do segmento?	57%	43%	100%
	O(a) Senhor(a) comunica o que foi decidido nas reuniões do Conselho Municipal de Educação para os seus representados?	89%	11%	100%
	O(a) Senhor(a) acredita que os segmentos/entidades presentes no Conselho Municipal de Educação são suficientes para representar os interesses e necessidades do município?	89%	11%	100%

Fonte: Desenvolvido pelo Autor

A interatividade entre o conselheiro e a sociedade organizada que ele representa fica caracterizada na pesquisa como ponto fraco, quando os conselheiros afirmam que apenas 57% promovem reuniões com seus representados para estabelecer prioridades. Fica caracterizado o retorno das informações, “*feedback*”, como interatividade quando 89% afirmam que informam as decisões do CME-PC aos seus pares.

Com relação à participação da sociedade organizada no CME-PC 11% dos conselheiros acreditam que as instituições ali representadas não são suficientes para garantir representatividade da população.

Tabela 8: Caracterização do trabalho dos conselheiros – Divulgação

Variável	Quesitos	Rádio	Jornal	Panfletos	Internet	Outros	TOTAL
Divulgação	A divulgação do Conselho Municipal de Educação é realizada de que maneira para a população?	50%	50%	0%	0%	0%	100%
	Qual a periodicidade da divulgação?	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Outros	TOTAL
		0%	43%	4%	7%	46%	100%
	O (a) Senhor (a) considera a divulgação das ações do Conselho Municipal de Educação eficaz?	SIM	NÃO	PARCIALMENTE	TOTAL		
		96%	4%	0%	100%		

Fonte: Desenvolvido pelo Autor

Os mecanismos de divulgação utilizados pelo CME-PC são tradicionais, sendo que 50% é por meio de jornal e em mesma proporção pelo rádio. A periodicidade das publicações acontece mensalmente, de acordo com 43% das respostas e, sempre que necessário, quando observamos 46% das respostas para a opção outros.

Mesmo utilizando mecanismos tradicionais de mídia, estes também são considerados populares e atingem a grande maioria da população. Com isso os conselheiros consideram em 96% a comunicação do CME-PC como eficaz.

Existe na internet sob o domínio da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, no Portal Cidadão, espaço reservado para publicação das atividades desenvolvidas, composição, emenda regimental, histórico e regimento interno do CME-PC, figura abaixo. Tal iniciativa pode ser comprovada pelo registro em Ata de reunião ordinária datada de quatro dias do mês de abril do ano de 2.006.

Figura 14: Portal Cidadão, Site do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas

O espaço disponibilizado na internet apresenta-se como informativo, não possuindo interatividade com o internauta visitante e o e-mail utilizado para contatos é o da administração escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Poços de Caldas.

Tabela 9: Caracterização trabalho dos conselheiros – Funcionamento

Variável	Quesitos	SIM	NÃO	TOTAL
Funcionamento	Em sua opinião, a frequência das reuniões (mensal), é adequada para discutir e deliberar sobre todos os assuntos em pauta?	86%	14%	100%
	O(a) Senhor(a) considera que existe interação entre o Conselho Municipal de Educação e os demais Conselhos Municipais de Poços de Caldas?	25%	75%	100%
	As deliberações do Conselho Municipal de Educação precisam, necessariamente, de autorização do Poder Executivo para serem implementadas?	43%	57%	100%
	O(a) Senhor(a) considera os recursos advindos da Secretaria Municipal de Educação são suficientes para a divulgação e implementação das ações do Conselho Municipal de Educação?	50%	50%	100%

Fonte: Desenvolvido pelo Autor

De acordo com o Regimento Interno do CME-PC (2005), as reuniões ordinárias do Conselho Pleno devem acontecer uma vez ao mês, bem como as reuniões das Câmaras Técnicas.

A pesquisa apresenta um índice de 86% com afirmativa de que as reuniões são adequadas para a demanda de temas e assuntos do CME-PC e outros 14% acreditam que não.

No Município de Poços de Caldas existem vinte e quatro conselhos municipais, por isso, a intersectorialidade é de suma importância para a adequada aplicação dos recursos públicos municipais. 75% dos conselheiros do CME-PC acreditam que não existe esta interação. Com relação à autonomia do CME-PC 57%

acreditam que as decisões tomadas independem do Poder Executivo local. A opinião sobre os recursos destinados pelo orçamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ao CME-PC é considerada por 50% dos conselheiros como suficientes e outros 50% como insuficientes.

Tabela 10: Caracterização Trab Conselheiros/Instrumento Democrático

Variável	Quesitos	SIM	NÃO	TOTAL
Instrumento democrático	Em sua opinião, existe interesse da sociedade pelas deliberações do Conselho Municipal de Educação?	50%	50%	100%
	A composição dos Conselheiros é paritária, ou seja, um membro do poder público para um membro da população (50% poder público e 50% populares)?	82%	18%	100%
	O(a) Senhor(a) acredita que a maioria das decisões do Conselho Municipal de Educação é deliberada de forma democrática, ou seja, todos os segmentos/entidades têm voz no Conselho Municipal de Educação?	100%	0%	100%
	Em sua opinião o Conselho Municipal de Educação é um instrumento democrático?	96%	4%	100%

Fonte: Desenvolvido pelo Autor

Os Conselhos Municipais, em regime democrático, são considerados como um espaço público de debate em que a democracia participativa se estabelece na sua forma original quando respeitados alguns princípios como interesse, paridade e deliberação discutida. A maioria (96%) dos conselheiros acredita que o CME-PC é um instrumento democrático. O interesse da sociedade pelos assuntos discutidos e decididos pelo CME-PC é assim considerado pelos conselheiros: 50% da sociedade têm interesse sendo que os outros 50% não têm interesse. A formação deste conselho, segundo a opinião de 82% dos conselheiros respeita o princípio da paridade e outros 18% dos conselheiros afirmam não atender a este princípio.

Com relação à pergunta (21) aberta, sobre o que motivou a participação dos conselheiros, vários foram os motivos apontados, sendo aqui descritas algumas opiniões expressas na pesquisa.

“Só a participação a associação nos movimentos populares, o exercício da cidadania fará a diferença no nosso país. O povo brasileiro é pouco atuante. Apenas uma pequena parcela da sociedade tem conhecimento do CME” (Informação pessoal)².

“A vontade de participar podendo oferecer meu trabalho e contribuição para este conselho que é referencial para muitos outros e cidades” (Informação pessoal)³.

“Por considerar a importância deste para a sociedade e por estar representando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Acredito que o trabalho em rede é essencial” (Informação pessoal)⁴.

Além das opiniões acima, outros interesses ficaram aparentes na pesquisa como: representação de um determinado seguimento da sociedade, interesses em normas e legislações pertinentes à área da educação dentre outros.

Foi possível estratificar a ocorrência de reuniões separando-as em reuniões ordinárias do Conselho Pleno e reuniões das Câmaras Técnicas nos anos de 2.005, 2.006, 2.007 e 2.008. Anos em que efetivamente o novo CME-PC funcionou. Nessa etapa foi mensurado o nível de absenteísmo geral nas reuniões do CME-PC, observando que o número de conselheiros titulares é de trinta e oito

² Informação colhida em questionário de pesquisa. Conselheiro do CME-PC, em 2008.

³ Informação colhida em questionário de pesquisa. Conselheiro do CME-PC, em 2008.

⁴ Informação colhida em questionário de pesquisa. Conselheiro do CME-PC, em 2008.

membros para as reuniões do Conselho Pleno e para as Câmaras Técnicas cinco conselheiros titulares devidamente indicados e convocados. Consideraram-se as abstenções e calculou-se o índice de absenteísmo conforme fórmula matemática abaixo:

$$\text{Índice de absenteísmo} = \frac{\text{Nr. De Conselheiros Faltantes}}{\text{Nr. Total de Conselheiros Titulares}} \times 100$$

Tabela 11: Frequência de Reuniões do CME-PC – 2.005

REUNIÕES OCORRIDAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2005			
	Frequência	Participação	Acumulada	Absenteísmo
Reuniões Ordinárias - Conselho Pleno	11	79%	79%	37%
Reuniões da Câmara de Ensino Fundamental e Modalidades	1	7%	86%	0%
Reuniões da Câmara de Análise, Legislação e Normas	0	0%	86%	n/a
Reuniões da Câmara de Educação Infantil	2	14%	100%	50%
Reuniões da Câmara de Planejamento, Recursos Públicos e Avaliações	0	0%	100%	n/a
Câmara de Divulgação	0	0%	100%	n/a
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	14			

Fonte: Desenvolvido pelo Autor

O ano 2.005 foi o primeiro ano de funcionamento do novo CME-PC, que utilizou suas reuniões ordinárias para estudo e capacitação dos conselheiros, definições de cargos, análise do Regimento Interno e desenvolvimento das funções atribuídas ao conselho. Sendo a maioria das reuniões realizadas pelo Conselho Pleno (79%), com duas sessões da Câmara de Educação Infantil (14%) e uma da Câmara de Ensino Fundamental e Modalidades.

O absenteísmo nas reuniões ordinárias do Conselho Pleno para este ano foi de 37%.

Tabela 12: Frequência de Reuniões do CME-PC – 2.006

REUNIÕES OCORRIDAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2006			
	Frequência	Participação	Acumulada	Absenteísmo
Reuniões Ordinárias - Conselho Pleno	11	39%	39%	51%
Reuniões da Câmara de Ensino Fundamental e Modalidades	7	25%	64%	34%
Reuniões da Câmara de Análise, Legislação e Normas	3	11%	75%	20%
Reuniões da Câmara de Educação Infantil	2	7%	82%	40%
Reuniões da Câmara de Planejamento, Recursos Públicos e Avaliações	1	4%	86%	-40%
Câmara de Divulgação	4	14%	100%	10%
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	28			

Fonte: Desenvolvido pelo Autor

No ano de 2.006, as Câmaras Técnicas foram responsáveis por 61% do total de reuniões ocorridas, demonstrando maior participação no trabalho desenvolvido pelo conselho, que manteve suas reuniões ordinárias mensais.

O absenteísmo das reuniões ordinárias neste ano aumentou em 37,85%, passando para 51%.

A partir do dia nove do mês de outubro do ano de 2.006, por meio de votação em reunião ordinária do Conselho Pleno, foram inseridos os assuntos relacionados ao Ensino Médio à Câmara de Ensino Fundamental e Modalidades, passando a ser caracterizada como Câmara de Ensino Fundamental, Médio e Modalidades.

Tabela 13: Frequência de Reuniões do CME-PC – 2.007

REUNIÕES OCORRIDAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2007			
	Frequência	Participação	Acumulada	Absenteísmo
Reuniões Ordinárias - Conselho Pleno	10	42%	42%	54%
Reuniões da Câmara de Ensino Fundamental, Médio e Modalidades	4	17%	58%	0%
Reuniões da Câmara de Análise, Legislação e Normas	5	21%	79%	0%
Reuniões da Câmara de Educação Infantil	3	13%	92%	33%
Reuniões da Câmara de Planejamento, Recursos Públicos e Avaliações	2	8%	100%	0%
Câmara de Divulgação	0	0%	100%	n/a
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	24			

Fonte: Desenvolvido pelo Autor

O ano de 2.007 manteve-se equilibrado com as reuniões das Câmaras técnicas respondendo por 58% do total de reuniões ocorridas no ano. O índice de absenteísmo ficou em 54%, próximo ao do índice do ano anterior.

Tabela 14: Frequência de Reuniões do CME-PC – 2.008

REUNIÕES OCORRIDAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2008			
	Frequência	Participação	Acumulada	Absenteísmo
Reuniões Ordinárias - Conselho Pleno	11	58%	58%	44%
Reuniões da Câmara de Ensino Fundamental, Médio e Modalidades	1	5%	63%	-20%
Reuniões da Câmara de Análise, Legislação e Normas	5	26%	89%	0%
Reuniões da Câmara de Educação Infantil	2	11%	100%	10%
Reuniões da Câmara de Planejamento, Recursos Públicos e Avaliações	0	0%	100%	n/a
Câmara de Divulgação	0	0%	100%	n/a
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	19			

Fonte: Desenvolvido pelo Autor

No ano de 2.008, as reuniões ordinárias do Conselho Pleno ganham maior representatividade no total, com participação de 58% e com índice de absenteísmo reduzido para 44%.

De acordo com o Regimento Interno do CME-PC (2005), as Câmaras Técnicas devem-se reunir mensalmente e têm a função de tornar o Conselho mais eficiente e ágil. Analisando o extrato das reuniões das Câmaras Técnicas (tabela abaixo), fica caracterizado que as Câmaras Técnicas não cumprem tal determinação.

Tabela 15: Reuniões das Câmaras Técnicas do CME-PC no entre 2.005 e 2.008

REUNIÕES DAS CÂMARAS TÉCNICAS DO CME-PC	2005	2006	2007	2008	Total de reuniões no período	Participação
Reuniões da Câmara de Ensino Fundamental, Médio e Modalidades	1	7	4	1	13	31%
Reuniões da Câmara de Análise, Legislação e Normas	0	3	5	5	13	31%
Reuniões da Câmara de Educação Infantil	2	2	3	2	9	21%
Câmara de Divulgação	0	4	0	0	4	10%
Reuniões da Câmara de Planejamento, Recursos Públicos e Avaliações	0	1	2	0	3	7%
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	3	17	14	8	42	100%

Fonte: Desenvolvido pelo Autor

Apesar de manterem frequência menor que a prevista no Regimento Interno, as Câmaras Técnicas de Ensino Fundamental, Médio e Modalidades (13 –

31%); de Análise, Legislação e Normas (13 – 31%), e Câmara de Educação Infantil (09 – 21%), mantêm reuniões com maior frequência e periodicidade que as demais.

A Câmara de Divulgação (04 – 10%) somente se reuniu no ano de 2.006 na ocasião da criação do Concurso para criação e definição de logomarca para o CME-PC. A Câmara de Planejamento, Recursos Públicos e Avaliações (03 – 7%) não se reuniu no ano de 2.008.

O Regimento Interno é o manual de operações do CME-PC. Nele estão expressos os deveres e direitos dos membros do conselho e as regras que devem ser seguidas para o seu bom funcionamento. Tal regimento é composto por quarenta Artigos distribuídos em quatro Títulos: I Da caracterização e objetivo do CME; II Da organização do Conselho, da composição e eleição dos membros; III Das competências da Mesa diretora; IV Das disposições gerais (REGIMENTO INTERNO DO CME-PC, 2005).

O Inciso sexto do Artigo 14 do Regimento Interno do CME-PC (2005), define que “As Câmaras Técnicas reunir-se-ão, no mínimo, uma vez por mês” e segundo o Artigo 18 do mesmo regimento, sobre as reuniões ordinárias do Conselho Pleno, afirma que “O Conselho Pleno reunir-se-á em sessão ordinária mensal e extraordinariamente, por convocação do Presidente...”. Considerando ainda o Artigo 39 que dispõe sobre o recesso do CME que diz “O recesso do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas será de 30 (trinta) dias, conforme calendário escolar oficial do município”, pode-se afirmar que a frequência das reuniões das Câmaras Técnicas do CME-PC desrespeita as definições de seu Regimento Interno e que, no ano de 2.007, as reuniões ordinárias do Conselho Pleno também o fizeram.

Ainda segundo o Regimento Interno do CME-PC (2005), em seu Artigo 13, sobre as Câmaras Técnicas, afirma que as mesmas existem para “...otimizar e agilizar o funcionamento do CME, apreciar as questões referentes a cada tema e propor soluções que serão submetidas ao Conselho Pleno”, Segundo a Presidente do CME-PC, o não atendimento à frequência destas reuniões não prejudica a eficiência do Conselho, afirmando que: “as Câmaras Técnicas devem-se reunir somente quando houver demanda para tal, sendo desnecessárias as reuniões mensais. Precisamos alterar nosso Regimento Interno”.

A proposta para leitura, estudo e análise do Regimento Interno foi colocada na pauta da reunião ocorrida aos doze dias do mês de novembro do ano de 2.008 e destacada em ata com o seguinte texto: “...colocou a necessidade de se reformular o Regimento interno do CME de Poços de Caldas sendo convocado o conselho a analisar o Regimento ainda nesta gestão...”.

Outro dado importante, passível de estratificar a partir da análise das listas de presença das reuniões ordinárias do ano de 2.008, foi a presença/abstenção individual dos conselheiros titulares que devem seguir os Artigos contidos no Capítulo II do Título II do Regimento Interno do CME-PC que dizem:

Art. 6º O mandato dos conselheiros extinguir-se-á em dezembro dos anos pares (POÇOS DE CALDAS, Regimento Interno do CME-PC, 2005).

Art. 7º As licenças ou afastamentos por período superior a 90 (noventa) dias serão previamente requeridos e dependerá da aprovação da Mesa Diretora (POÇOS DE CALDAS, Regimento Interno do CME-PC, 2005).

Art. 8º A ausência do conselheiro à reunião plenária deverá ser antecipadamente justificada ao Presidente do conselho (POÇOS DE CALDAS, Regimento Interno do CME-PC, 2005).

Art. 9º Perderá o mandato o membro do Conselho que deixar de comparecer, sem justificativa, a 3 (três) sessões consecutivas ou 4 (quatro) intercaladas (POÇOS DE CALDAS, Regimento Interno do CME-PC, 2005).

Art.10 Cada Conselheiro titular terá um suplente que assumirá nos impedimentos (POÇOS DE CALDAS, Regimento Interno do CME-PC, 2005).

Nesta análise, realizada nos documentos referentes ao ano de 2.008, percebe-se que apenas dois conselheiros estiveram presentes a 100% das reuniões. Outros três foram substituídos por seus suplentes em momentos de faltas, totalizando cinco membros do CME-PC que respeitaram os Artigos contidos no Capítulo II do Título II do Regimento Interno.

Outros membros do CME-PC mantiveram sua participação durante o ano de 2.008, conforme apresentado na tabela da página 128. Os dados foram digitalizados, filtrados e resumidos a partir da análise do Regimento Interno, Atas das Reuniões Ordinárias do Conselho Pleno e Lista de Presença das Reuniões. Para a definição do “Indicador de Participação do Seguimento da Sociedade no Conselho” foi utilizado o seguinte método aqui demonstrado em uma equação matemática.

Primeira Fase:

$$ABIMC - (PARTSUPP + FALJUSTP) = \% \text{ de participação individual}$$

Sendo:

$$ABIMC = \% \text{ de absenteísmo individual do membro do conselho}$$

$$PARTSUPP = \% \text{ de participação do suplente no período}$$

$$FALJUSTP = \% \text{ de faltas justificadas no período}$$

Considera-se o % de faltas justificadas no período como abatimento positivo no percentual de absenteísmo por diagnosticar que, neste caso, o membro

titular do conselho que recorre a tal procedimento permitido no Regimento Interno do CME-PC, aprovado em 2005, não faz uso do suplente para representá-lo.

Segunda Fase:

<u>Σ % de participação individual por seguimento</u>	– 100%= Índice de Participação do
Nr. De participantes na somatória	Seguimento da Sociedade no Conselho

A utilização do Indicador de Participação do Seguimento da Sociedade no Conselho como monitoramento de participação é importante para a garantia do papel democrático do conselho, reafirmado no discurso do Prefeito Municipal, no ato da posse dos primeiros conselheiros do novo conselho, aos seis dias do mês de dezembro do ano de 2.004 que diz: “...encerra em trinta e um a responsabilidade do Estado e inicia a do município; cresce a responsabilidade da comunidade... não haverá decisões isoladas...é possível construir políticas públicas com a participação da comunidade...” (LIVRO DE ATA do CME-PC, 06 de dezembro de 2.004).

O monitoramento do Indicador de Participação do Seguimento da Sociedade no Conselho atende o Art. 2º que diz,

“O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas, órgão colegiado e permanente do Sistema Municipal de Ensino – SME, com funções consultivas, propositivas e mobilizadoras no planejamento e definição de políticas educacionais e funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras na elaboração de legislação e normas do Sistema Municipal de Ensino, tendo como objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação contínua e de qualidade sem qualquer discriminação e na gestão democrática nas escolas do seu sistema de ensino” (POÇOS DE CALDAS, ART. 2º REGIMENTO INTERNO DO CME-PC, 2005).

As decisões do CME-PC devem respeitar o princípio de atendimento das necessidades da maioria, identificando soluções que favoreçam a todos. Sendo assim, faz-se necessária a participação dos representantes da comunidade nas reuniões, evitando o favorecimento de grupos isolados.

Tabela 16: Indicador de Participação no CME-PC por seguimento

	REPRESENTAÇÕES	Absenteísmo 2008	Substituído pelo suplente	Faltas Justificadas	Participação do Conselheiro
1	Representantes do Poder Público	18%	3%	0%	85%
2	Representantes da Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas	58%	3%	0%	45%
3	Representantes do Ensino Superior do Município	24%	0%	3%	79%
4	Representante da Rede Particular de Educação Infantil	64%	0%	0%	36%
5	Representante dos Professores da Rede Particular de Educação Infantil	27%	0%	0%	73%
6	Representantes eleitos dos Trabalhadores da Educação do Município, sendo:	58%	10%	4%	55%
7	Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais	27%	9%	0%	82%
8	Representante das Instituições Filantrópicas, Comunitárias ou Confeccionais	55%	9%	36%	91%
9	Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	36%	0%	0%	64%
10	Representantes dos Estudantes Maiores de Quatorze Anos das Escolas Municipais Urbanas e Zona rural	100%	0%	0%	0%
11	Representante da Câmara Municipal de Vereadores	18%	0%	0%	82%
12	Representantes dos Pais dos Alunos, escolhidos nos pólos	59%	9%	0%	50%
13	Representantes das Escolas de Educação Especial do Município.	70%	36%	3%	70%
14	Representante dos Movimentos Populares no Município	27%	9%	0%	82%
15	Representante das Escolas Conveniadas	55%	18%	0%	64%
16	Representante do Conselho Tutelar	73%	18%	0%	45%

Desenvolvido pelo Autor

De acordo com a tabela acima, os seguimentos da sociedade com maior representação nas decisões do CME-PC são: Representantes das Instituições Filantrópicas, Comunitárias ou Confeccionais (91%) considerando neste índice 36% de faltas justificadas; Representantes do Poder Público (85%) e empatados os Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, o Representante da Câmara dos Vereadores e os Representantes dos Movimentos Populares no Município (82%).

O pior resultado com participação nula (0%) nas decisões do conselho está entre os Representantes dos Estudantes Maiores de Quatorze anos das Escolas Municipais e da Zona Rural.

Atentando-se para o Art. 9º do Regimento Interno do CME-PC (2005), sobre a perda do mandato para o conselheiro que se absteriver consecutivamente a três reuniões ou alternadamente a quatro reuniões, a análise nos permitiu comprovar que a Mesa Diretora, na função do Presidente, não faz uso de suas atribuições conforme citado no Art. 26 do Regimento Interno que assim regula,

“Compete ao Presidente: I Deliberar sobre questões administrativas do CME; ... X Tomar as providências necessárias para regular o funcionamento do CME; ... XV Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento; ... XX Controlar as ausências dos Conselheiros; ...” (POÇOS DE CALDAS, REGIMENTO INTERNO – CME-PC, 2005).

Seguindo os critérios de exclusão contidos no Regimento Interno do CME-PC (2005), para os membros titulares, a tabela abaixo demonstra o total de representantes por seguimentos e o número destes que, segundo o Art.9º do Regimento Interno, já deveriam ter sido exonerados.

Tabela 17: Membros por seguimento passíveis de exoneração

Seguimentos da Sociedade Representados no CME-PC	Membros no Conselho	Já deveriam ter sido exonerados	%
Representantes do Poder Público	3	1	33,33%
Representantes da Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas	3	3	100,00%
Representantes do Ensino Superior do Município	2	1	50,00%
Representante da Rede Particular de Educação Infantil	1	1	100,00%
Representante dos Professores da Rede Particular de Educação Infantil	1	0	0,00%
Representantes eleitos dos Trabalhadores da Educação do Município	14	10	71,43%
Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais	1	0	0,00%
Representante das Instituições Filantrópicas, Comunitárias ou Confeccionais	1	0	0,00%
Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	1	1	100,00%
Representantes dos Estudantes Maiores de Quatorze Anos das Escolas Municipais e Zona Rural	2	2	100,00%
Representante da Câmara Municipal de Vereadores	1	0	0,00%
Representantes dos Pais dos Alunos, escolhidos nos pólos	2	1	50,00%
Representantes das Escolas de Educação Especial do Município	3	2	66,67%
Representante dos Movimentos Populares no Município	1	0	0,00%
Representante das Escolas Conveniadas	1	1	100,00%
Representante do Conselho Tutelar	1	1	100,00%
TOTAL	38	24	63,16%

Fonte: Desenvolvido pelo Autor

O CME-PC é formado por trinta e oito membros titulares e em mesmo número por membros suplentes, totalizando o envolvimento de setenta e seis pessoas, o que na opinião da Presidente é um número excessivo que dificulta a efetividade dos trabalhos nas reuniões, pois existem várias pessoas que, mesmo quando presentes, não contribuem na formulação de alternativas para melhoria dos processos de educação municipal.

“O que nós podemos melhorar que eu acho é, isso ai já foi até comentado entre nós, nos temos que fazer uma mudança no nosso regimento pra diminuir um pouco o número de conselheiros porque ele dificulta agente nas reuniões, sabe, porque muitas pessoas eu digo assim aqueles seguimentos mais simples, eles num, muitas vezes eles vem participam, mas não dão palpite, não contribuem com nada então eu acho que este é um ponto fraco”. Presidente do CME-PC (informação Verbal)⁵.

Para o fechamento da coleta de dados sobre o Conselho Municipal de Educação do Município de Poços de Caldas, optou-se por entrevistar a atual Presidente deste conselho e a atual Secretária Municipal de Educação e Cultura do mesmo Município.

Durante a entrevista com a Senhora Rosalie Maria Dal Poggetto foram abordados temas como: importância do CME-PC, principais atividades do CME-PC, função do CME-PC para a SEMEC, comunicação com a comunidade, eleição e definição de cargos no CME-PC, sucessão no CME-PC, pontos fortes e fracos do CME-PC, oportunidades e ameaças para o CME-PC, participação da sociedade no CME-PC, dentre outras.

Segundo a Presidente, o CME-PC trouxe mais autonomia para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura na tomada de decisões a respeito das

⁵ Informação fornecida pela Presidente do CME-PC em Poços de Caldas, em 2008.

políticas públicas de educação, anteriormente subordinadas ao Estado. Afirmou que com a criação do conselho “... teríamos liberdade para comandar as nossas escolas em todos os sentidos, da criação, manutenção à parte pedagógica”.

Para a Presidente do CME-PC “o conselho está muito perto da secretaria, então qualquer dúvida que a secretária tem ela consulta o conselho e imediatamente dá orientação de como trabalhar na parte de legislação”. Esta proximidade proporciona maior agilidade, o que também é confirmado na fala da Secretária Municipal de Educação e Cultura “nós temos a sorte de termos no CME-PC elementos da secretaria na diretoria... eu acho isto muito importante... temos condições de levar para o conselho todas as situações que chegam até nós”.

Participação demanda informação e entendimento da função da pessoa como cidadã e tal formação preocupou os conselheiros no início dos trabalhos do novo CME-PC, como afirma sua Presidente: “eu e alguns colegas passamos quase que o ano inteiro capacitando o pessoal... sobre a responsabilidade, o que tinha que fazer...”.

Para a Secretária Municipal de Educação e Cultura o CME-PC funciona como um elo entre a sociedade e a SEMEC e descreve que “mesmo as pessoas não sendo conselheiras, elas percebem que precisam melhorar alguma coisa ... e trazem o problema a quem de direito” uma vez que as reuniões ordinárias do CME-PC são abertas à comunidade conforme esclarece a Presidente do conselho “é aberta e qualquer cidadão pode assistir... ele não tem poder de voto nem palpite”. Para organização e cronograma dos conselheiros todas as reuniões são marcadas no início do ano. “... Todo o início de ano nós já entregamos a agenda do ano inteiro das reuniões ordinárias... na véspera da reunião minha secretária da

administração escolar liga para todos comunicando” afirma ainda a Presidente do CME-PC.

Ainda sobre a interação com a sociedade, a Secretária Municipal de Educação e Cultura afirma que “o CME-PC trouxe uma proximidade maior com a comunidade de educação de Poços de Caldas”.

Segundo a Presidente do CME-PC, a dotação orçamentária liberada todo início de ano para o Conselho tem destinação “única e exclusivamente para equipamento, para melhoria do conselho e capacitação”.

Afirma ainda a Presidente do CME-PC que os principais quesitos para o sucesso do Conselho é o “interesse dos conselheiros... estão imbuídos daquela necessidade de participar... interesse em saber... procuram legislação”. É que os conselheiros representantes do executivo, não percebem as atividades do CME-PC como sobrecarga de trabalho, e sim como enriquecimento de cargo, como uma forma de exercer a democracia de forma mais participativa.

Com relação ao processo de sucessão, a Presidente do CME-PC se diz tranqüila e confiante sobre a continuidade dos trabalhos, uma vez que a Mesa Diretora (quatro membros) será renovada em sua totalidade, pois os conselheiros estão já em seus segundos mandatos. Acredita que não será um problema “porque temos no nosso grupo pessoas muito boas que já pegou o ritmo do trabalho” e continua lembrando que o município assumiu responsabilidades com opção pela descentralização do Ensino no município, “o pessoal vai dar conta, vai ter condição de encaminhar, porque a partir do momento que nós decidimos que o município é um sistema não tem volta”.

Reafirmando a importância de ter conselheiros capacitados e ainda sobre a continuidade dos trabalhos a Presidente do CME-PC observa que “como no início pessoas de certa experiência assumiu teve sucesso e agora agente espera que tenha continuidade” e quando questionada sobre a participação popular no município a mesma afirma que o CME-PC trouxe para o seguimento da educação uma mudança de postura e informa que “já houve uma movimentação dos diretores escolares e coordenadores das escolas de educação infantil para formarem um conselho para poderem ter força de entrarem no CME com algumas decisões deles lá, algumas solicitações”.

Com relação ao governo municipal e a experiência da continuidade da participação popular explica que “nós trabalhamos dentro de um governo só, não teve mudança de governo são quatro anos que agora esta saindo o prefeito, nós temos quatro anos de conselho, então esta mudança nós ainda não percebemos”.

A continuidade dos trabalhos do CME-PC deverá superar variáveis ambientais internas como: eleição de novos representantes dos seguimentos representados no Conselho e sucessão da Mesa Diretora; Treinamento e Desenvolvimento dos atuais e novos conselheiros; Definição de um novo Regimento Interno que regule de forma eficiente as atividades do Conselho. Variáveis externas também se fazem presentes, como: adequação ao posicionamento político do governo municipal e risco de substituição de cargos comissionados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

6 CONCLUSÕES

Por meio do levantamento bibliográfico realizado, constata-se a importância do tema “Conselhos” como institucionalização de espaço para a participação social com vias para a melhoria da consciência do conceito de público e conseqüentemente a eficiência de um novo modelo de gestão pública. Mais descentralizado e participativo.

A participação da Sociedade Civil na administração da “coisa pública” é um processo ainda em transformação, iniciado a partir de uma maior conscientização do cidadão sobre a coisa pública e a criação por parte do Estado de mecanismos de participação popular

A prática democrática mista, entre o modelo representativo e o deliberativo é realidade no contexto social e demonstra ser o modelo contemporâneo do exercício da democracia. Trata-se de uma experiência ainda em fase de desenvolvimento e descoberta de possibilidades, bem como de enfrentamento da cultura elitista e centralizadora.

A proposta de participação social, exigida pelo modelo representativo, torna-se mais pró-ativa, exigindo um cidadão diferente em suas atitudes com relação ao Estado, desenvolvendo um querer político, um cidadão participativo, que tem informações, entende, debate, delibera, normatiza e fiscaliza.

A adesão ao modelo representativo é opcional, passando pela consciência individual sobre as questões públicas, cidadania e justiça social. A participação institucionalizada depende da auto-organização social, em associações

de bairro, organizações não-governamentais, fóruns e assembléias públicas. O cidadão somente será participativo a partir do momento que representar um segmento da sociedade. Daí a necessidade de se criar uma consciência coletiva sobre os conceitos de coisa pública, cidadania e justiça social.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi proposta e sancionada para um novo momento de democratização do Estado brasileiro, estabelecendo a descentralização e exigindo participação do cidadão na administração pública. Os mecanismos criados favorecem a conversação, a fiscalização, a transparência, a participação e a formação de uma consciência política necessária para a continuação do processo de redemocratização nacional.

Um desses mecanismos são os Conselhos Gestores Municipais criados com a função de deliberar de forma paritária sobre as políticas públicas locais, visando à oferta de melhores serviços à comunidade.

O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas é um instrumento democrático na atualidade deliberativo. Após dezenove anos de experiências meramente consultivas.

O ato legal (Lei Municipal nº 7.947 – 07/01/2004) que cria o Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas, cria também o Sistema Municipal de Educação, promovendo a descentralização da educação.

A atitude de criação do Sistema Municipal de Ensino de Poços de Caldas e conseqüentemente a criação do Conselho Municipal de Educação com ampliação de suas funções para além da consultiva, deixa clara a integração dos modelos de democracia representativa e deliberativa. Isso quando a criação de ambos demonstra ter ocorrido por decisão do Poder Executivo e não por vontade

popular. A composição dos primeiros conselheiros se dá como representantes de vários seguimentos da sociedade, eleitos por seus pares com o papel de articuladores e mediadores das questões educacionais do município.

A pesquisa demonstra que o Conselho Municipal de Educação possui efetividade e funciona regularmente com autonomia. Tem como funções estabelecidas em seu Regimento Interno: consultivas, propositivas e mobilizadoras no planejamento e definição de políticas educacionais. E deliberativas, normativas e fiscalizadora, na elaboração de leis e normas para o Sistema Municipal de Educação.

O número de conselheiros soma 38 titulares e respectivos suplentes que representam seguimentos da sociedade interessados nas políticas públicas de educação. Percebe-se que existe representação formalizada no Regimento Interno, sendo que essa fica prejudicada pelas ausências freqüentes de alguns conselheiros como os representantes dos alunos maiores de quatorze anos com 100% de absenteísmo, dentre outros.

A representação dos conselheiros é legítima sendo que os mesmos foram eleitos ou indicados pelos seguimentos que ali representam. Já a escolha do Presidente do Conselho Municipal de Educação que segundo seu Regimento Interno prevê eleição individual sem a formação de chapas, a eleição no ano de 2.006 - para a atual Mesa Diretora, desrespeitou tal artigo após discussão e deliberação dos conselheiros em Reunião Ordinária.

Outro ponto de questionamento sobre o mandato da atual Mesa Diretora, no confronto com o Regimento Interno, está relacionado ao período de término do mandato de dois anos. Previsto no Regimento Interno o mês de

dezembro dos anos pares, o mandato foi prorrogado: eleição e posse foram adiadas, para o início do ano de 2.009 previsto para os meses de março ou abril.

A periodicidade das Reuniões Ordinárias do Conselho Pleno acontece mensalmente, conforme previsto no Regimento Interno, respeitados os meses de férias do calendário escolar.

A organização interna do Conselho Municipal de Educação prevê a formação de Câmaras Técnicas de assuntos específicos como: de Educação Infantil, de Ensino Fundamental, Médio e Modalidades, de Divulgação, de Política de Planejamento, Recursos Públicos e Avaliações, de Análise, Legislação e Normas. Tais Câmaras devem, seguindo Regimento Interno, reunir-se mensalmente com o objetivo de dar maior agilidade e aperfeiçoar o funcionamento do Conselho. Em análise das Atas de tais Câmaras ficou comprovado que a periodicidade das reuniões é mínima, justificada pela Presidente do Conselho pela não existência de temas para o debate específico, propondo revisão de adequação do Regimento Interno.

Conforme previsto na Legislação Municipal, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação disponibiliza estrutura necessária para funcionamento do Conselho, que não utiliza o espaço denominado “Casa dos Conselhos”, oferecida pelo Executivo para todos os Conselhos existentes no Município, acreditando ser mais prático estar vinculada ao prédio da Secretaria, uma vez que o acesso à documentação necessária fica facilitado.

O município não disponibiliza funcionários específicos para as atividades do Conselho, apesar de previsão, em ato legal de criação do mesmo, da possibilidade de contratação/locação de até 10% do total de membros efetivos. As

atividades rotineiras como agendamentos e disponibilização de informações são realizadas por funcionários da Secretaria Municipal de Educação do Município.

Fica nítida a necessidade de qualificação dos conselheiros para sua atuação efetiva no Conselho, sem a qual fica impossível conquistar a paridade de poder nas decisões. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas, preocupado com a formação e qualificação de seus membros, promoveu cursos e palestras com temas relevantes para a formação da consciência cidadã de participação. O Ministério da Educação desenvolveu o Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.

O treinamento e desenvolvimento dos conselheiros é uma atribuição do Conselho. Para tal deve observar uma periodicidade constante, pois se trata de mudar hábitos de participação e debate em uma sociedade de costumes representativos e de concordância, sendo que nos espaços públicos de debates, os impasses devem ser vistos como possibilidades de uma melhor proposta para as causas dos problemas sociais.

Como detectado na pesquisa bibliográfica, embasada em vários autores, os desafios do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas não são diferentes de outros Conselhos:

- Tornar o Conselheiro um cidadão modelo para a sociedade, despertando-lhe o interesse para a participação:
 - Potencializar a qualificação dos conselheiros para os temas relacionados à legislação e às normas de funcionamento da educação;

- Instruir os conselheiros sobre as suas funções, as suas atribuições e os processos para funcionamento do Conselho;
 - Conscientizar os conselheiros sobre participação popular e cidadania;
 - Manter os Conselheiros informados sobre os assuntos pertinentes ao Conselho.
-
- Criar mecanismos de participação interna para manter a equidade nas decisões, evitando votos impensados (pela maioria).
 - Estabelecer procedimentos que permitam ao Conselho o desenvolvimento de uma agenda independente, com atividades ligadas ao seu próprio desenvolvimento, como o planejamento estratégico de suas ações.
 - Desenvolver com os seguimentos relacionados à educação, futuros conselheiros, já politizados e conscientizados sobre a participação, cidadania e justiça social, tendo em vista facilitar as futuras representações.

Os objetivos propostos no início do trabalho foram atingidos, uma vez que o entendimento das atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas foi completado pela análise das atas das Reuniões Ordinárias, por participar como observador não participante dessas reuniões, pelas entrevistas e várias conversas informais com os conselheiros.

Constatou-se que a institucionalização do Conselho Municipal de Educação se deu por meio de ato legal de criação do Sistema Municipal de Educação e do Novo Conselho.

Verificou-se que o funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas se baseia em seu Regimento Interno, escrito, analisado e votado por seus membros em Reunião Ordinária do Conselho Pleno. Contou-se com alguns artigos que mereceram avaliações e adequações à realidade ou vice-versa.

Foram pontos de análise a periodicidade das reuniões, a presença ou abstenção dos conselheiros, o comportamento assumido pelos conselheiros no momento das deliberações, a paridade na formação dos conselhos, o processo de eleição dos conselheiros e da Mesa Diretora e a relação da Secretaria Municipal de Educação com o Conselho.

Concluiu-se que o Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas, órgão de representação social, ligado ao Poder Executivo por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura funciona de forma efetiva e autônoma no Município. Garante a participação da sociedade na definição de políticas públicas na área de educação e as inadequações apontadas ao longo desta pesquisa, são pontos a desenvolver ao longo dos próximos anos de trabalho.

Ressaltou-se o dinamismo da Mesa Diretora que conduz as atividades do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas e concluiu-se também que tal característica, atrelada ao conhecimento técnico desses, faz toda a diferença para o funcionamento desse Conselho como órgão importante para a manutenção da democracia deliberativa.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os Barões da Federação**: Os governadores e a redemocratização brasileira. 1ª Edição. São Paulo, SP: Editora Hucitec – Departamento de Ciência Política, USP, 1998. 253 p.

ALBUQUERQUE, Ângela. O papel dos conselhos na Administração Pública: democratização da gestão, fiscalização e responsabilização. **Revista Virtual Faculdades Milton Campos**, Nova Lima, ano 4, n. 8, [2006]. Disponível em: <<http://www.revista.mcampos.br/Administracao/Producao%20Docente/Artigos/ano4numero08/2308062angelalbuquerquepapeldosconselhosnaadministracao.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2008.

ALLEBRANDT, Sérgio Luís. Conselhos Municipais: potencialidades e limites para a efetividade e eficácia de um espaço público para a construção da cidadania interativa. In: Encontro Anual da ANPAD, 2003, Atibaia. **CD-ROM Anais**. Atibaia: Editora ANPAD, 2003.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência**: Filosofia e Prática da Pesquisa. 1ª Edição. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2006. 209 p.

ARAUJO, José Castro de; RUBINI, Arlete Inês Ribeiro. Poços de Caldas para principiantes. Poços de Caldas: Gráfica Brasil, 1997. 86 p.

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática e deliberação pública**. Lua Nova, n. 50, p. 25-46, 2000.

_____. **Sociedade civil e participação social no Brasil**. Projeto Democracia Participativa do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.democraciaparticipativa.org/files/AvritzerSociedadeCivilParticipacaoBrasil.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2008.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 44ª Edição. São Paulo, SP: Editora Globo, 2003. 397 p.

AZEVEDO, Eder Marques de. Os conselhos gestores no controle popular das políticas públicas. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 887, 7 dez. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7691>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Pearson, 2004.

_____; CERVO, Amado Luiz; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

BOBBIO, Norberto. **Do Fascismo à Democracia**: Os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas. Tradução Daniela Versiani. 1ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora Elsevier, 2007. 293 p.

_____. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 13ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1987. 173 p. (Coleção Pensamento Crítico, v. 69).

BORDIGNON, Genuíno; ARAÚJO, Maurício Rodrigues de. **Perfil dos Conselhos Municipais de Educação**. 2ª Edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 88 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1 a 6/94. Brasília, DF: Editora Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007. 462 p.

_____. Casa Civil. **Constituições da República Federativa do Brasil**: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, EMC nº.01-69 Constituição 1967, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm> Acesso em: 03 mar. 2008.

_____. Casa Civil. **Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> Acesso em: 17 abr. 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Perfil dos Municípios Brasileiros**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2006/default.shtm>> Acesso em: 22 mar. 2008.

_____. Ministério da Educação. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. **IDEB Município de Poços de Caldas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/site/>> Acesso em: 15 jan. 2009.

_____. Ministério da Educação. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educa Senso**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/dados_preliminares.xls> Acesso em: 15 jan. 2009.

_____. Ministério da Educação. PRÓCONSELHO – Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação. **Criação, Composição e Atribuições do Conselho Municipal de Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=com_content&task=view&id=759&itemid=798> Acesso em: 08 mai. 2008.

_____. PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>> Acesso em: 25 jun. 2008.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Democracia Local e Participação Popular: A Lei Orgânica paulistana e os novos mecanismos de participação popular em questão**. 1ª Edição. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2000. 190 p.

_____. ; CHAÍÁ, Vera (Org.). **Gestão Municipal: Descentralização e Participação Popular**. 1ª Edição. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2002. 141 p.

CARVALHO, Maria do Carmo A. Conselhos. O que são e para que servem? **Instituto Polis**, São Paulo, 1998. Disponível em: <www.semasa.sp.gov.br/Documentos/Publicar_Internet/trabalhos/trabalho_174.pdf> . Acesso em: 29 mai. 2008.

CASANOVA, Pablo González. **As novas ciências e as humanidades: da academia à política**. 1ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora Boitempo Editorial, 2006. 335 p.

CAVALCANTE, Bianor Scelza; RUEDIGER, Marco Aurélio; SOBREIRA, Rogério. **Desenvolvimento e construção nacional**: políticas públicas. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2005. 200 p.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 3ª Edição. São Paulo, SP: Editora Moderna, 1982. 220 p. (Coleção Contemporânea).

COHEN, Joshua. **Democracy and liberty**. In: Elster, Jon (Ed). *Deliberative democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida; VERGARA, Sylvia Constant (Org.). **Proposta para uma Gestão Pública Municipal Efetiva**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004. 188 p.

DEMANTOVA, Graziella Cristina. **A eficácia dos conselhos gestores**: estudo de caso do conselho municipal de desenvolvimento rural de Campinas – SP. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000330528>>. Acesso em: 31 jan. 2008.

DOMBROWSKI, Osmir. Conselhos municipais: limites e potencial. **Revista Tempo da Ciência**, [S.l.], v. 12, n. 24, p. 161-167, 2005. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/viewFile/453/367>>. Acesso em: 01 jan. 2008.

DUTRA, Olívio; BENEVIDES, Maria Victoria. **Orçamento Participativo e Socialismo**. 1ª Edição. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. 70 p. (Coleção Socialismo em Discussão).

ELSTER, Jon. **Deliberation and constitution making**. In: _____ (Ed.) *Deliberative Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FISCHER, Tania (Org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: Marcos Teóricos e Avaliação. 1ª Edição. Salvador, BA: Editora Casa da Qualidade, 2002. 341 p.

FLEURY, Sonia. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Lula. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (Org.). **Estado e Gestão Pública: Visões do Brasil Contemporâneo**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006. p.79-105.

FLICK, Uwe. **Pesquisa Qualitativa**. Tradução Sandra Netz. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora Bookman, 2004. 312 p.

FUNARO, Vânia M. B. de Oliveira, (Coord.). et al. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. Grupo DiTeses. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: documento eletrônico e impresso. São Paulo, SP. Editora SIBi-USP, 2004. 110 p. (Cadernos de Estudos; 9).

GERSCHMAN, Silvia. Conselho Municipal de Saúde: atuação e representação das comunidades populares. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.20, n.6, p.1670-1681, nov/dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n6/26.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2002. p. 134-151.

GOHN, Maria Glória. **Conselhos gestores e participação sócio-política**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). **Repensando a experiência da América Latina**: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 175-201. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/urbano/gohn.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2008.

_____. **O novo associativismo e o Terceiro Setor**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 19, n. 58, p. 9-23, Nov. 1998.

HELENO, Guido. Gestão Municipal: cenários e desafios. **Revista Brasileira de Administração**, Brasília, DF, ANO XVII, Nº 60, p. 22-28, set./out. 2007.

_____. Em defesa do Marco Técnico. **Revista Brasileira de Administração**, Brasília, DF, ANO XVII, Nº 58, p. 24-30, mai./jun. 2007.

JACOBI, Pedro R. Políticas sociais e os desafios da participação cidadina. **Ciência & Saúde Coletiva**. São Paulo, v.7, n.3, p.443-454, maio 2002. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000300005>. Acesso em: 29 mai. 2008.

KLEBA, Maria Elisabeth et al. O papel dos conselhos gestores de políticas públicas: um debate a partir das práticas em Conselhos Municipais de Chapecó – SC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, 2007. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=556>. Acesso em: 14 ago. 2008.

LABRA, Maria Eliana; FIGUEIREDO, Jorge St. Aubyn. Associativismo, participação e cultura cívica. O potencial dos conselhos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.7, n.3, p.537-547, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n3/13030.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2007. 312 p.

LINZ, Juan. ***The transtion from na authoritarian regime to democracy in Spain: Some thoughts for Brazilians***. New Heaven: Yale University mimeo, 1983.

LONGO, Francisco. **Mérito e flexibilidade: a gestão das pessoas no setor público**. São Paulo: Fundap, 2007.

MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (Org.). **Estado e Gestão Pública: Visões do Brasil Contemporâneo**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006. 339 p.

MENDES, Tânia. O país está melhor. **Revista Brasileira de Administração**, Brasília, DF, ANO XVIII, Nº 61, p. 8-12, nov./dez. 2007.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. **Resultado das Eleições 2000 e 2004**. Disponível em: <http://www.tre-mg.jus.br/portal/website/eleicoes/eleicoes_antteriores> Acesso em: 19 ago. 2008.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. **Resultado das Eleições 2008**. Disponível em: <<http://www.tre-mg.gov.br/ele2008/index.html#>> Acesso em: 19 ago. 2008.

MOREIRA, Maria Targuina Vieira. Instâncias deliberativas dos sistemas descentralizados e participativos das políticas públicas de cunho social: contorno jurídico dos conselhos. In: **INFORMATIVO CEPAM**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, 1999.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. 298 p.

NOGUEIRA, Marco Antônio. **Um Estado para a Sociedade Civil**: Temas éticos e políticos da gestão democrática. 2ª Edição. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2005. 263 p.

OLIVEIRA, Bruno Prates Costa. Novos arranjos institucionais de participação popular pós-1988: um estudo dos conselhos gestores municipais da capital do Espírito Santo. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 14, dez./mar.2008. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/014/14oliveira.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2008.

OLIVEIRA, Cleiton de. **Conselhos Municipais de Educação**: Um estudo na região metropolitana de Campinas. Campinas : Editora Alínea, 2006. 300 p.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEREZ, Marcos Augusto. **A Administração Pública Democrática**: Intuitos de Participação Popular na Administração Pública. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2004.

POÇOS DE CALDAS. Prefeitura Municipal de Poços de Caldas: **Conselho Municipal de Educação**. 2007. Apresenta atividades, composição emenda regimental, histórico e regimento interno. Disponível em: <http://www.pocosdecaldas.mg.gor.br/portal/cidadao/conselho_municipal_de_educacao/> Acesso em: 18 mai. 2008.

POÇOS DE CALDAS. **Lei Municipal nº 3685, de 23 de maio de 1985.** Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.camarapocos.mg.gov.br/ligeslacao/buscajob.php?tipolei=todas&tipo=numerolei&texto=3685&consultar=consultar>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

_____. **Lei Municipal nº 6096, de 30 de novembro de 1995.** Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.camarapocos.mg.gov.br/ligeslacao/buscajob.php?tipolei=todas&tipo=numerolei&texto=6096&consultar=consultar>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

_____. **Lei Municipal nº 7712, de 29 de novembro de 2002.** Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.camarapocos.mg.gov.br/ligeslacao/buscajob.php?tipolei=todas&tipo=numerolei&texto=7712&consultar=consultar>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

_____. **Lei Municipal nº 7947, de 07 de janeiro de 2004.** Institui o Sistema Municipal de Ensino de Poços de Caldas, cria novo Conselho Municipal de Educação e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.camarapocos.mg.gov.br/ligeslacao/buscajob.php?tipolei=todas&tipo=numerolei&texto=7947&consultar=consultar>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

_____. Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas. Reunião Ordinária, 2005-2008, Poços de Caldas. **Livro de Atas Reuniões Ordinárias Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas.** Poços de Caldas: Conselho Municipal de Educação. Páginas 24-74.

_____. Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas. Reunião Câmaras Técnicas, 2005-2008, Poços de Caldas. **Livro de Atas Reuniões Câmaras Técnicas: de Educação Infantil; de Divulgação; de Ensino Fundamental, Médio e Modalidades; de Análise, Legislação e Normas do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas.** Poços de Caldas: Conselho Municipal de Educação.

_____. Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas. **Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação.** Poços de Caldas: Conselho Municipal de Educação, 2005.

RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e a Questão Social na Grande Cidade*. **Lua Nova**. São Paulo, v.69, p.13-48, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n69/a03n69.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2008.

RICHARDSON, et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSENFELD, Denis L. **O que é Democracia**. 2ª Edição. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1989. 90 p. (Coleção Primeiros Passos).

SARTORI, Giovanni. **Teoria Democrática**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1965.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Edição. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2007. 304 p.

SILVA E OLIVEIRA, Virgílio César da; PEREIRA, José Roberto; OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende de. Paradigmas de Administração Pública e Conselhos Gestores Municipais: velhas abordagens de gestão em novos arranjos institucionais? In: Encontro Anual da ANPAD, 2007, Rio de Janeiro. **CD-ROM Anais**. Rio de Janeiro: Editora ANPAD, 2007.

SILVEIRA, Jacqueline Passos da. Arranjo institucional dos conselhos. In: **SEMINÁRIO INTEGRADO DE CONSELHOS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MINAS GERAIS**, 2004, Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.ceter.mg.gov.br/i_seminario/arranjo_institucional.doc>. Acesso em: 13 jan. 2008.

SOUZA, Donaldo Bello de; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Os Conselhos Municipais de Educação no Brasil: um balanço das referências nacionais (1996-2002). **Ensaio: avaliação política pública da educação**. Março, 2006, vol.14, nº.50, p.39-56. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30406.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In DAGNINO, E (Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e terra, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Os conselhos e sua importância na administração pública. In: REUNIÃO PLENÁRIA DO CODISE (Colegiado Nacional de Diretores e Secretários de Conselhos Estaduais de Educação), 6., 2002, Curitiba. **Relatório**. Curitiba, 2002. Disponível em: <[http://www.cee.sc.gov.br/codise/relatorio/doc/RelatorioVIReuniaoCuritiba\(2\).doc](http://www.cee.sc.gov.br/codise/relatorio/doc/RelatorioVIReuniaoCuritiba(2).doc)>. Acesso em: 14 fev. 2008.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social: uma perspectiva conceitual**. Revista de administração pública, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TONELLA, Celene. Ampliação da participação democrática: conselhos gestores de políticas públicas em Maringá. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 106, p. 137-156, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/106/celene.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2008.

VASCO, Ana. **Aécio Neves: de fato e de direito**. 1ª Edição. Belo Horizonte, MG: Editora Soler, 2005. 230 p.

APÊNDICE A – APRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Ao

Conselho Municipal de Educação do Município de Poços de Caldas/MG

Presidente da Instituição

Poços de Caldas/MG./

REF.: APRESENTAÇÃO PESQUISADOR, INSTITUIÇÃO DE ENSINO e PESQUISA.

Prezados(as) Senhores(as),

Através desta gostaria de comunicar que o aluno/pesquisador Olney Bruno da Silveira Junior, Administrador (CRA/MG 23.439), especialista em Administração de Recursos Humanos é aluno regularmente matriculado na FEARP-USP - Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo no programa de mestrado em Administração das Organizações. Participa do GPublic – Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas, cuja coordenação e orientação de pesquisa é da Professora Doutora Cláudia Souza Passador. (conforme declaração de matrícula em anexo). Abaixo a pesquisa que será realizada:

Título da Pesquisa: O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos conselhos: O caso do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas.

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar as atividades do Conselho Municipal de Educação da cidade de Poços de Caldas.

Metodologia da Pesquisa: Tipo de Pesquisa: Descritiva, Bibliográfica, Documental, Estudo de Caso / Técnicas utilizadas: Questionário, Observação, Entrevista e Análise de documentos.

Para desenvolvimento de tal pesquisa contamos com a autorização e apoio desta instituição e certos de poder contar com a colaboração, despedimos cordialmente,

Prof. Dra. Cláudia Souza Passador

DE ACORDO:

Data: ____ / ____ / ____.

Assinatura do Responsável – CME

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Declaro a quem possa interessar que estou ciente da pesquisa citada abaixo, seus objetivos e metodologia. Autorizo a partir deste momento o questionário, a entrevista, observação, análise de documentos, gravação de voz, fotografia e filmagem, bem como a utilização, reprodução e divulgação das declarações, observações e imagens obtidas, total ou parcial, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa.

FEARP-USP – Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto-USP

Pesquisador: Olney Bruno da Silveira Junior – Administrador – CRA/MG 23439

Orientadora: Professora Doutora Cláudia Souza Passador

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Sustentabilidade Organizacional

Projeto de Pesquisa: Centro de Estudos e Políticas Públicas Contemporâneas

Título da Pesquisa: O fortalecimento da democracia deliberativa por meio dos conselhos: O caso do Conselho Municipal de Educação do município de Poços de Caldas.

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar as atividades do Conselho Municipal de Educação da cidade de Poços de Caldas.

Metodologia da Pesquisa: Tipo de Pesquisa: Descritiva, Bibliográfica, Documental, Estudo de Caso / Técnicas utilizadas: Questionário, Observação, Entrevista e Análise de documentos.

Nome Completo:	Documento de Identidade:
Local e data:	
Assinatura:	
Estou ciente e autorizo	

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO 1 – PERFIL DOS CONSELHEIROS DO CME-PC

QUESTIONÁRIO PESQUISA CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POÇOS DE CALDAS

PESQUISADOR: ADM. OLNEY BRUNO DA SILVEIRA JUNIOR – CRA/MG 23.439

INSTITUIÇÃO: FEARP-USP (FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE RIB. PRETO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

QUESTIONÁRIO 1: Caracterização do público pesquisado

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

Idade: ☐ 18 até 30 anos ☐ 31 até 40 anos ☐ 41 até 50 anos
☐ 51 até 60 anos ☐ 61 anos acima.

Estado Civil: ☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Sep. Judicialmente
☐ Amasiado ☐ Casado pela 2ª vez ou mais

Filhos: ☐ Não tem ☐ 01 filho ☐ 02 ou 03 filhos ☐ 04 ou mais

Escolaridade: ☐ Analfabeto ☐ Analfabeto Funcional
☐ Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) ☐ Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)
☐ Ensino Médio Incompleto ☐ Ensino Médio Completo
☐ Superior Incompleto ☐ Superior Completo
☐ Pós-Graduação *Latu-Sensu* ☐ Pós-Graduação *Stricto-Sensu*
☐ Doutorado ☐ Pós-Doutorado

Renda: ☐ R\$415,00 a R\$1.245,00 ☐ R\$1.245,01 a 2.490,00 ☐ R\$2.490,01 a 3.735,00
☐ R\$3.735,01 a 4.980,00 ☐ R\$4.980,01 a 6.225,00 ☐ R\$6.225,01 a 7.470,00
☐ R\$7.470,01 a 8.300,00 ☐ R\$8.300,01 acima.

Área de atuação no mercado de Trabalho:

☐ Serviço Privado (CLT) ☐ Serviço Público ☐ Ambos

APÊNDICE D –QUESTIONÁRIO 2–PROCEDIMENTOS DE CRIAÇÃO DO CME-PC

QUESTIONÁRIO PESQUISA CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POÇOS DE CALDAS

PESQUISADOR: ADM. OLNEY BRUNO DA SILVEIRA JUNIOR – CRA/MG 23.439

INSTITUIÇÃO: FEARP-USP (FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE RIB. PRETO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

QUESTIONÁRIO 2: Identificação de cumprimento dos procedimentos de criação do CME

1	2	3	4	5
Não concordo veementemente	Não concordo	Não discordo nem concordo	Concordo	Concordo Totalmente

Responda os questionamentos de acordo com a Escala Likert acima.

Marque com um X a opção desejada

Afirmarções	1	2	3	4	5
1. A criação do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas foi resultado da vontade política da sociedade e do Executivo e não do simples cumprimento de uma formalidade legal.					
2. A criação do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas ocorreu por meio de projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal de Poços de Caldas.					
3. Antes de se criar o Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas foi implantado no município o Sistema Municipal de Ensino.					
4. Depois de sancionada a lei, a Secretaria Municipal de Educação, organizou e instalou o Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas, dando posse aos conselheiros.					
5. Após a posse dos conselheiros, os mesmos elaboraram o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas.					
6. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas é órgão integrante da estrutura do Poder Executivo municipal e faz parte do Sistema Municipal de Ensino, sendo um órgão representativo da sociedade.					
7. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas possui em seu quadro de conselheiros representantes de pais, alunos, professores, associações de moradores, sindicatos, Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos e entidades ligado à educação municipal do setor público e privado.					
8. A escolha dos representantes conselheiros foi feita de forma democrática, respeitando a proporcionalidade na sua composição.					
9. O mandato dos conselheiros do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas tem um mínimo de 1(um) ano e máximo de 4(quatro) anos. Sendo permitida a recondução por um mandato consecutivo.					
10. A renovação dos conselheiros do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas acontece de forma parcial e periódica, garantindo assim a continuidade dos trabalhos e das políticas municipais de educação.					

11. A renovação total ou parcial dos conselheiros do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas <u>não</u> coincide com o pleito municipal.					
12. Todos os conselheiros do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas foram nomeados por meio de ato legal (portaria, decreto, leis) assinados pelo prefeito, depois de eleitos ou indicados pelos seus segmentos.					
13. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas possui estrutura física própria de no mínimo uma sala para reuniões e outra para a equipe técnica, adequadamente equipada com computador, telefone, fax, acesso à internet, mobiliário, material administrativo e acervo bibliográfico.					
14. A Secretaria Municipal de Educação disponibiliza para o Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas uma equipe de apoio administrativo e assessoramento técnico.					
15. A Secretaria Municipal de Educação assegura dotação orçamentária e recursos financeiros específicos, provenientes do orçamento da educação para o funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas que tem uma rubrica própria administrada com autonomia, resguardando as normas gerais de direito financeiro público.					
16. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas é um órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador das políticas municipais para a educação. Constitui-se em um instrumento de assessoramento, sendo um provocador das discussões básicas a educação no Município.					
17. As funções do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas são: normativa; consultiva; propositiva; deliberativa; fiscalizadora e mobilizadora.					
18. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas cumprindo sua função normativa autoriza o funcionamento das escolas da rede municipal.					
19. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função normativa autoriza o funcionamento das instituições de Educação infantil da rede privada; particular; comunitária; confessional e filantrópica.					
20. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função normativa elabora as normas complementares para o sistema de ensino, também previstas na Lei nº 9.394/96, cuja a normatização compete aos respectivos Sistemas Municipais de Educação.					
21. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função consultiva versa sobre os projetos, programas educacionais e experiências pedagógicas renovadoras do Executivo e das escolas.					
22. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função consultiva versa sobre o Plano Municipal de Educação.					
23. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função consultiva versa sobre medidas e programas para titular e/ou capacitar e atualizar os professores; acordos e convênios.					
24. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função consultiva versa sobre questões educacionais que lhe forem submetidas pelas escolas, SME, Câmaras Municipais e outras, nos termos da Lei.					
25. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função deliberativa elabora o seu regimento e plano de atividades.					

26. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função deliberativa cria, amplia, desativa e localiza escolas municipais.					
27. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função deliberativa toma medidas para melhoria do fluxo e do rendimento escolar.					
28. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função deliberativa busca formas de relação com a comunidade.					
29. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função fiscalizadora acompanha a transferência e controle da aplicação de recursos para a educação no Município.					
30. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função fiscalizadora acompanha o cumprimento do plano municipal de educação.					
31. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função fiscalizadora verifica experiências pedagógicas inovadoras.					
32. O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas em sua função fiscalizadora acompanha o desempenho do Sistema Municipal de Ensino.					

Comentários:

APÊNDICE E –QUESTIONÁRIO 3–CARACTERIZAÇÃO TRABALHO NO CME-PC

QUESTIONÁRIO PESQUISA CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POÇOS DE CALDAS

PESQUISADOR: ADM. OLNEY BRUNO DA SILVEIRA JUNIOR – CRA/MG 23.439

INSTITUIÇÃO: FEARP-USP (FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE RIB.PRETO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

QUESTIONÁRIO 3: Caracterização do trabalho como conselheiro

- 1) O(a) Senhor(a) tem conhecimento das legislações do Conselho Municipal de Educação?

☐ Sim☐ Não

- 2) O(a) Senhor(a) tem conhecimento de suas atribuições como Conselheiro(a)?

☐ Sim☐ Não

- 3) Em sua visão, o Conselho Municipal de Educação cumpre de modo efetivo as atribuições que lhe são conferidas por lei?

☐ Sim☐ Não☐ Parcialmente

- 4) O(a) Senhor(a) se considera apto(a) para desempenhar a função de Conselheiro(a)?

☐ Sim☐ Não

- 5) O(a) Senhor(a) considera necessária a realização de um curso para capacitação de Conselheiros?

☐ Sim☐ Não

- 6) O(a) Senhor(a) promove reuniões com os seus representados para elencar e apresentar ao Conselho Municipal de Educação as necessidades e prioridades do segmento?

☐ Sim☐ Não

- 7) O(a) Senhor(a) comunica o que foi decidido nas reuniões do Conselho Municipal de Educação para os seus representados?

☐ Sim☐ Não

- 8) O(a) Senhor(a) acredita que os segmentos/entidades presentes no Conselho Municipal de Educação são suficientes para representar os interesses e necessidades do município?

☐ Sim☐ Não

9) A divulgação do Conselho Municipal de Educação é realizada de que maneira para a população?

() **Rádio**

() **Jornal**

() **Panfletos**

() **Internet**

() **Outros:** _____

10) Qual a periodicidade da divulgação?

() **Quinzenal**

() **Mensal**

() **Trimestral**

() **Semestral**

() **Outros:** _____

11) O (a) Senhor (a) considera a divulgação das ações do Conselho Municipal de Educação eficaz?

☐ **Sim**

☐ **Não**

12) Assinale, segundo seu entendimento, as funções de maior destaque no Conselho Municipal de Educação:

() **Deliberativa**

() **Consultiva**

() **Normativa**

() **Fiscalizadora**

13) Em sua opinião, a frequência das reuniões (mensal), é adequada para discutir e deliberar sobre todos os assuntos em pauta?

☐ **Sim**

☐ **Não**

14) O(a) Senhor(a) considera que existe interação entre o Conselho Municipal de Educação e os demais Conselhos Municipais de Poços de Caldas?

☐ **Sim**

☐ **Não**

15) As deliberações do Conselho Municipal de Educação precisam, necessariamente, de autorização do Poder Executivo para serem implementadas?

☐ **Sim**

☐ **Não**

16) O(a) Senhor(a) considera os recursos advindos da Secretaria Municipal de Educação são suficientes para a divulgação e implementação das ações do Conselho Municipal de Educação?

☐ Sim

☐ Não

17) Em sua opinião, existe interesse da sociedade pelas deliberações do Conselho Municipal de Educação?

☐ Sim

☐ Não

18) A composição dos Conselheiros é paritária, ou seja, um membro do poder público para um membro da população (50% poder público e 50% populares)?

☐ Sim

☐ Não

19) O(a) Senhor(a) acredita que a maioria das decisões do Conselho Municipal de Educação é deliberada de forma democrática, ou seja, todos os segmentos/entidades têm voz no Conselho Municipal de Educação?

☐ Sim

☐ Não

20) Em sua opinião o Conselho Municipal de Educação é um instrumento democrático?

☐ Sim

☐ Não

21) O que o motivou a ser Conselheiro junto ao Conselho Municipal de Educação?

APÊNDICE F – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PADRONIZADO – DIRECIONADO À PRESIDENTE DO CME-PC

FORMULÁRIO ENTREVISTA CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POÇOS DE CALDAS

PESQUISADOR: ADM. OLNEY BRUNO DA SILVEIRA JUNIOR – CRA/MG 23.439

INSTITUIÇÃO: FEARP-USP (FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE RIB.PRETO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Perguntas realizadas a Sra. Rosalie Maria Dal Poggetto Molinari – CME-PC

PERGUNTAS

1. Qual a importância do Conselho Municipal de Educação para o Município?
2. Qual é o tamanho desta estrutura de educação na atualidade?
3. Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo CME-PC?
4. Qual é a função do CME-PC para a secretaria municipal de educação?
5. Os pais e alunos que participam como conselheiros, eles não tem o conhecimento técnico, como isto acontece?
6. O Conselho é um órgão de apoio da Secretaria Municipal de Educação? É subordinado da mesma?
7. As reuniões realizadas pelo CME-PC são comunicadas para a comunidade e abertas a participação de qualquer cidadão?
8. A eleição dos conselheiros e definição de cargos (mesa diretora) é feita por votação?
9. O conselho está em um momento de sucessão dos membros da mesa diretora ou de todo o conselho?
10. O CME funciona dentro de um padrão desejado pelo executivo, ou seja, pela Secretaria?
11. Pode-se dizer que o CME-PC tem vida própria, ele tem orçamento?
12. Existe algum ponto fraco? Que tipo de problema existe para deixar o problema inoperante ou ineficiente?
13. Quais as características importantes para o bom funcionamento do CME-PC? Além da Harmonia entre Secretaria e Conselho.
14. Os debates antes das deliberações, os conselheiros percebem como um momento importante e participam como contribuintes para a discussão ou as vezes as divergências são levadas a nível pessoal fazendo com que os conselheiros eximam da possibilidade de contribuir?

15. As consultas por parte do executivo ao conselho são freqüentes?
16. Qual é a estrutura que a Secretaria disponibiliza para o conselho?
17. Os conselheiros representantes do executivo entendem a participação no CME-PC como enriquecimento de cargo, como forma de exercer a democracia de forma mais participativa ou como sobrecarga de salário, uma vez que não recebem nenhuma remuneração pela atividade?
18. As decisões do CME-PC são acatadas na íntegra para Secretaria de Educação do Município?
19. Existe influência da Secretaria nas decisões do conselho?
20. Quais São os pontos fortes do CME-PC?
21. Observando o ambiente externo, quais são as oportunidades para o CME?
22. E qual seria uma ameaça para o CME? No âmbito municipal, estadual ou federal?
23. Qual seria o ponto fraco do CME-PC?
24. Com relação a participação popular: A participação popular é uma ação isolada deste governo ou uma prática já estabelecida no município e esta ação vai continuar?

APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA DESPADRONIZADA – DIRECIONADO À SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FORMULÁRIO ENTREVISTA CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POÇOS DE CALDAS

PESQUISADOR: ADM. OLNEY BRUNO DA SILVEIRA JUNIOR – CRA/MG 23.439

INSTITUIÇÃO: FEARP-USP (FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE RIB.PRETO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Perguntas realizadas a Sra. Maria Raimunda da Silva e Souza – SEMEC-PC

TÓPICOS DE ORIENTAÇÃO

1. A importância do Conselho Municipal de Educação
2. A relação entre o CME-PC e a SEMEC
3. As atividades do CME-PC
4. As perspectivas para o CME-PC

APÊNDICE H – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA PADRONIZADA – DIRECIONADO À PRESIDENTE DO CME-PC

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POÇOS DE CALDAS

PESQUISADOR: ADM. OLNEY BRUNO DA SILVEIRA JUNIOR – CRA/MG 23.439

INSTITUIÇÃO: FEARP-USP (FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE RIB.PRETO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Senhora Rosalie Maria Dal Poggetto Molinari - Idade: 60 anos - Estado Civil: Casada

Formação Superior – Pedagogia - Pós-Superior – Direito Educacional

1º mandato: dez/2004 – dez/2006 / 2º mandato: dez/2006 – dez/2008

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

1. Pergunta: Qual a importância do Conselho Municipal de Educação para o Município?

Resposta: A importância do Conselho para o Município é que deste da promulgação da Lei 9394/96 que é a LDB lá já tinha um artigo que falava que os municípios poderiam ter seus próprios sistemas de ensino ou continuaria ligado a Secretaria Estadual de Educação, como o nosso município é um município grande e com muitas escolas na época o secretário municipal de educação, achou por bem transformar nosso município em um sistema, porque assim nós teríamos liberdade para comandar as nossas escolas em todos os sentidos, de criação, manutenção, a parte pedagógica, etc. etc.

2. Pergunta: Qual é o tamanho desta estrutura de educação na atualidade?

Resposta: Nós temos hoje pertencendo ao sistema municipal de educação 83 escolas que vai de ensino fundamental na rede pública, educação infantil, uma escola de ensino médio e o restante são escolas particulares de educação infantil que nos temos a responsabilidade de coordenar.

3. Pergunta: Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo CME-PC?

Resposta: Olha, nós tivemos no princípio que é pegar toda a legislação do CEE e fazer uma legislação específica para o município sem fugir das normas do estado, porque o CEE ele nos dá a permissão de termos um sistema municipal mas sem fugir das normas que eles passam para nós (é uma descentralização?) é uma descentralização. Quer dizer ele permite algumas atividades e outras não.

4. Pergunta: Qual é a função do CME-PC para a secretaria municipal de educação?

Resposta: Para a secretaria o conselho veio em um momento muito certo um momento oportuno porque a Secretaria Municipal de Educação ficou em liberdade de trabalhar com as escolas por que o conselho esta muito perto da secretaria então qualquer dúvida que a secretária tem ela consulta o conselho e o conselho imediatamente dá orientação de como trabalhar na parte de legislação (então ele é um conselho técnico) é ele é um conselho técnico.

5. Pergunta: Os pais e alunos que participam como conselheiros, eles não tem o conhecimento técnico, como isto acontece?

Resposta: não tem. O que houve no princípio porque para instalar o CME nós tivemos que fazer um fórum, e neste Fórum Municipal de Educação foi definido os representantes do conselho. No Princípio como eu não participei deste fórum, eles, todas as pessoas que estavam ali neste fórum queriam que todos o seguimento do qual eles pertenciam fizessem parte do conselho, então todo mundo, todos os seguimentos fizeram força para participar do conselho, resultou que tinha representantes dos alunos, e de pais, e os demais só que quando o conselho foi formado no primeiro momento e que chegou em minhas mãos toda a documentação, porque eu fiquei responsável por consolidar tudo o que foi tratado no conselho, no conselho não no Fórum, então quando eu vi aquele número enorme de conselheiros eu assustei, mas nada podia fazer. Sabe, nada mais podia fazer. De modo que no princípio, nas primeiras reuniões do CME, no princípio, no primeiro ano do CME nós não trabalhamos nada em matéria de legislação de normas para funcionamento do sistema, eu passei quase, eu e alguns colegas passamos quase que o ano inteiro capacitando o pessoal, nós demos praticamente aulas para eles pra falar sobre a responsabilidade o que tinha que fazer e tudo mais, e alguns pais até ficaram muito por dentro de tudo e agora neste último momento em que alguns deles estão no segundo mandato eles falaram “olha pena que eu estou saindo porque eu gostei demais e aprendi muita coisa”

6. Pergunta: O Conselho é um órgão de apoio da Secretaria Municipal de Educação? É subordinado da mesma?

Resposta: Sim é um órgão de apoio e esta ligado no organograma da secretaria de educação, nós estamos juntos.

7. Pergunta: As reuniões realizadas pelo CME-PC são comunicadas para a comunidade e abertas a participação de qualquer cidadão?

Resposta: é aberta e qualquer cidadão pode assistir claro que em silêncio, ele não tem poder de voto nem de palpite, assistir sim, todos os meses nós fazemos reunião, só que um ou outro que aparece para assistir a reunião nós temos mais é alunos de faculdade assistindo. (e como é a comunicação para a comunidade?) Nós temos todo o início de ano nós já entregamos a agenda do ano inteiro das reuniões ordinárias então [apontando para a agenda no quadro de avisos] aquilo lá nos já passamos para eles então eles já sabem local, hora e dia. Mas mesmo assim na véspera da reunião a secretária minha da Administração Escolar liga pra todos comunicando da reunião, porque tem gente que acaba esquecendo.

8. Pergunta: A eleição dos conselheiros e definição de cargos (mesa diretora) é feita por votação?

Resposta: A eleição dos membros do conselho os seguimentos se reúnem e votam nos seus representantes, mas têm alguns seguimentos que não tem votação o próprio seguimento indica alguém então é feita a eleição. E na primeira reunião ordinária do início da vigência agente trabalha com a eleição da mesa diretora, então as pessoas presentes ali os conselheiros votam na mesa diretora, (alguns se candidatam e aí recebem os votos) é se apresentam, às vezes acontece até candidato que não quer e acabam sendo eleito.

9. Pergunta: O conselho está em um momento de sucessão dos membros da mesa diretora ou de todo o conselho?

Resposta: Parte deles, nem todos vão sair, sabe, aqueles que tem indicação e que já foram substituídos no decorrer deste período eles permanecem, outros podem ser reeleitos, aqueles que estão no primeiro mandato pode ser reeleitos e eu ainda conversei com eles do empenho para serem reeleitos para o elo entre o término de um grupo e início de outro. (A Mesa diretora inteira será renovada, porque está no segundo mandato?) vai a mesa inteira será renovada (isto é um problema?) acredito que não porque nós temos no nosso grupo pessoas muito boas que já pegou o ritmo do trabalho e nos levamos um tempo até para ter credibilidade no município, todo mundo quando soube que Poços de Caldas teria um sistema todo mundo ficou assim com o pé atrás pensando como é que será isso, o pessoal vai dar conta, vai ter condição de encaminhar, porque a partir do momento que nós decidimos que o município é um conselho (aqui troca-se por sistema) não tem volta, então como no início pessoas de uma certa experiência assumiu teve sucesso e agora agente espera que tenha continuidade.

10. Pergunta: O CME funciona dentro de um padrão desejado pelo executivo, ou seja, pela Secretaria?

Resposta: Sim, No princípio, quando nós começamos a trabalhar, que o conselho se instalou, era início de um governo, sabe, e a criação do conselho municipal foi no governo anterior e era governo adversário, então no princípio agente sentiu uma certa, as pessoas ficavam assim, como será o funcionamento deste conselho, vai trabalhar a favor ou contra, porque eles foram eleitos no final governo anterior para trabalhar num governo adversário, seguinte, mas com o passar dos meses o executivo municipal entendeu e nós estamos, nós todos que fomos eleitos nós “não temos partido”, nosso partido é a educação. Então nós trabalhamos da mesma forma com afinco. (e vai acontecer novamente, um pleito municipal e eleição nova do conselho) teve sequência no pleito municipal, então acreditamos que agora por mais quatro anos porque o executivo municipal já sabe como funciona o conselho municipal que no princípio até eu entendi que o governo municipal quando ele tomou posse este que esta saindo, passou na cabeça dele que nós seríamos um governo paralelo da secretaria de educação sabe, mas não foi, não é isso, e agora nesta continuidade nós estamos muito livres porque quem ganhou para prefeito para a próxima gestão é o vice-prefeito atual que já conhece e sabe como funciona. E esse vice-prefeito que ganhou como prefeito é professor, quer dizer que vai conhecer bem e saber como é o nosso trabalho.

11. Pergunta: Pode-se dizer que o CME-PC tem vida própria, ele tem orçamento?

Resposta: Olha, nós temos uma dotação orçamentária que é liberada para nós todo início de ano e esta dotação orçamentária é destinada única e exclusivamente para equipamento, para melhoria do conselho, capacitação, mas os conselheiros todos não recebem nada, são de livre e espontânea vontade, São educadores, quase todo mundo é educador.

12. Pergunta: Existe algum ponto fraco? Que tipo de problema existe para deixar o problema inoperante ou ineficiente?

Resposta: Por incrível que pareça nós não tivemos nenhum momento de ineficiência, certo, eu não sei talvez pela confiança que o povo tem na mesa diretora, por exemplo, eu faço parte da mesa diretora e sou coordenadora da administração escolar da secretaria, então não teve momentos de impasse, nós nos

relacionamos muito bem porque tem hora que eu sou coordenadora da secretaria de educação e tem hora que eu sou presidente do conselho em exercício. Então o relacionamento é muito bom.

13. Pergunta: Quais as características importantes para o bom funcionamento do CME-PC? Além da harmonia entre Secretaria e Conselho.

Resposta: Olha, eu acho que é interesse dos conselheiros, eu acho que eles já estão imbuídos daquela necessidade de participar que afinal de contas nos estamos trabalhando com o município, eles tem interesse em saber, eles procuram legislação e trazem notícias para nós, então agente nota no grupo este interesse.

14. Pergunta: Os debates antes das deliberações, os conselheiros percebem como um momento importante e participam como contribuintes para a discussão ou as vezes as divergências são levadas a nível pessoal fazendo com que os conselheiros eximam da possibilidade de contribuir?

Resposta: Funciona muito bem, não existe esta animosidade entre os pares, entre os conselheiros, na discussão a coisa ferve porque cada um tem uma idéia cada um tem um palpite, nos já chegamos até, eu mesmo já cheguei algumas vezes a dizer que se vocês aprovarem isto que eu sei que é ilegal eu caio fora, eu saio fora, porque agente tem que convencer aquelas pessoas que são contra aquela idéia sabe, e como eu fui toda vida uma pessoa que só trabalhou com legislação, eu tenho uma vida de magistério pequena, a maior parte trabalhando com legislação, porque eu antes de ser funcionária daqui da educação da prefeitura eu fui funcionária do estado no estado eu ocupei também cargo importante junto a Secretaria de Estado da Educação e eu tinha naquela época uma professora que hoje é conselheira do CEE então eu gostei muito daquilo, e gosto até hoje, tudo que surge de novidade eu gosto tanto é que eu fiz direito educacional, mas agente consegue chegar em um acordo nas reuniões, então as decisões são colocadas em votação embora algumas pessoas não fiquem satisfeitas, terminou a reunião está tudo numa boa.

15. Pergunta: As consultas por parte do executivo ao conselho são freqüentes?

Resposta: São, o executivo que eu falo neste momento é a Secretaria, e ai fica até esquisito e engraçado porque ela me consulta aqui na Administração Escolar e eu respondo como presidente do conselho, mas isso ai tem dado muito certo (o fato da Sra. estar próxima da Secretária é um ponto positivo que agiliza o processo) agiliza, porque como presidente eu imagino que tenha que resolver logo que é do meu interesse do outro lado, então a coisa anda (você deixando a mesa diretora, nós teremos outras pessoas e talvez aconteça um distanciamento) pode acontecer, mas acredito do jeito que o conselho esta caminhando não vai ter este problema, porque se tiver também os representantes da secretaria vão estar junto lá para poder discutir nas câmaras e tudo mais.

16. Pergunta: Qual é a estrutura que a Secretaria disponibiliza para o conselho?

Resposta: No princípio como nós não tínhamos credibilidade, é porque tudo é difícil, foi muito penoso nós conquistarmos este espaço aqui, inclusive as reuniões do CME a prefeitura municipal queria que nós fizéssemos em outro espaço que ela criou lá perto do mercado que é a Sala dos Conselhos, nós tentamos ir lá algumas vezes, tem esta sala lá para diversos conselhos do município, mas nós sentimos que não estava dando certo nós naquela distancia porque lá as vezes nas reuniões precisava de documentos precisava de alguma coisa que estava aqui, porque lá não tem espaço para arquivo, não tem nada, então aos poucos nós convencemos a secretária de que o CME-PC anexo a Secretaria Municipal de Educação para facilitar o intercâmbio, e foi ai que nós conseguimos esta sala, os móveis ainda são simples, nós não conseguimos equipar totalmente, nós temos computador ligado na internet, nós temos esses arquivos, uma estrutura de escritório e a meu ver não precisa mais do que isto. Agora secretária para trabalhar exclusivo para nós no CME ainda não temos quem faz o serviço do conselho é a própria funcionária da secretaria, nós não conseguimos pessoal específico para o conselho porque existe um impasse, a prefeitura já usou o número de funcionários no limite para ter na rede municipal então de acordo com a Lei da Rita Camata nós não podíamos colocar mais ninguém então nós temos que esperar um tempo para conseguir uma pessoa para ficar aqui. A prefeitura não tem condições de encaminhar ninguém, senão a prefeitura fica ilícita com a legislação.

17. Pergunta: Os conselheiros representantes do executivo entendem a participação no CME-PC como enriquecimento de cargo, como forma de exercer a democracia de forma mais participativa ou como sobrecarga de salário, uma vez que não recebem nenhuma remuneração pela atividade?

Resposta: As duas primeiras opções. Nós temos representantes diversos aqui dentro. Inclusive eu acho muito interessante, nos temos uma representante da Escola Tarso Coimbra que trabalha com crianças surdas, ela é fonoaudióloga, sabe, e outro dia ela disse assim "eu adoro estas reuniões, porque você não sabe o tanto que eu aprendi sobre educação nesses anos", (acabam agregando e enriquecendo) eles gostam, tem uma professora do Colégio Municipal que está no segundo mandato, que disse assim "não tem como alterar este regimento porque eu estou sentido sair do conselho", (acaba sendo uma conquista pessoal) elas aprendem muita coisa de legislação escolar que os professores que fazem parte do conselho hoje eles batalham na escola deles, sabe porque eles conhecem a legislação, o corpo docente tanto público como particular não procuram muito conhecer

sobre legislação educacional, eles não se interessam, é para dar aula eles vão lá e dão sua aula e pronto acabou, eles desconhecem seus direitos, eles desconhecem o direito do aluno, eles desconhecem o funcionamento da escola e a partir deste momento eles passam a exigir a querer e promover dentro da escolar tudo que eles aprenderam no conselho.

18. Pergunta: As decisões do CME-PC são acatadas na íntegra para Secretaria de Educação do Município?

Resposta: São, eu até acho engraçado isso porque são acatadas na íntegra o que decide no conselho sou eu quem levo para a secretária municipal as deliberações e ela então lê leva pra casa e no dia seguinte quando ela me devolve que ela diz que leva missão pra casa ela fala assim “isso aqui eu achei muito bom mas me informa isso aqui, tá legal, tá certinho”, eu fico em uma situação dos dois lados porque eu como funcionária e presidente do conselho então tem muita confiança na gente.

19. Pergunta: Existe influência da Secretaria nas decisões do conselho?

Resposta: Entre aspas, Entre aspas, Entre aspas. Existe sim. Porque eu não sou só eu da secretaria no conselho, eu tenho outros pares, tem os diretores das escolas municipais, os supervisores da rede, então eu tenho um grupo.

20. Pergunta: Quais São os pontos fortes do CME-PC?

Resposta: Como o CME ele é soberano ele tem poder de decisão e de deliberação o que eu acho o ponto forte nosso é o grupo como o grupo hoje passou a ser um grupo estudioso então o forte nosso são as decisões do funcionamento das escolas, são normas que colocam a escola em funcionamento propriamente dito, as nossas deliberações são acatadas com respeito (credibilidade) isso.

21. Pergunta: Observando o ambiente externo, quais são as oportunidades para o CME?

Resposta: Eu vejo sim, a partir do momento que nós adquirimos credibilidade as pessoas começam a olhar o CME com respeito e acreditando que ele, acreditando não digo, mas com certeza de que o que nós deliberamos esta correto e muitos deles até deseja fazer parte de um seguimento para participar do conselho para aprender junto conosco aqui (uma grande oportunidade seria a formação de futuros conselheiros) sim, tem pessoas de interesse, já tem pessoas de alguns seguimentos de olho querendo participar porque agora ele esta sendo acreditado no município, porque no princípio todo mundo olhava com pé atrás como eu falei para você, e acreditavam que nós seríamos um governo paralelo, que nós íamos peitar o executivo.

22. Pergunta: E qual seria uma ameaça para o CME? No âmbito municipal, estadual ou federal?

Resposta: Acredito que não teremos. Nós observamos muito, todas as vezes que nós vamos tomar uma decisão nós pesquisamos no âmbito nacional, no âmbito estadual o que é que eles pensam a respeito, o que é que eles tem escrito a respeito para nós fazermos a adaptação aqui. Nós não fugimos das determinações superiores. Nós adaptamos para o município.

23. Pergunta: Qual seria o ponto fraco do CME-PC?

Resposta: O ponto fraco do conselho ...pausa...para falar a verdade...fraco mesmo? Olha o que nós podemos melhorar que eu acho é, isso aí já foi até comentado entre nós. Nós temos que fazer uma mudança no nosso regimento para diminuir um pouco o número de conselheiros, porque isso dificulta um pouco nas reuniões. Porque muitas pessoas, eu digo assim, aqueles seguimentos mais simples, muitas vezes eles vem participam, mas não dão palpite, não contribuem com nada, então eu acho que este é o ponto fraco, ou eles ficam com receio, porque são pessoas de muita simplicidade, por exemplo eu tenho no grupo funcionários dos serviços gerais, eu tenho alunos, tenho pais, sabe, dois quatro pais, então estas pessoas, eu tenho auxiliares de desenvolvimento infantil, que tem no máximo ensino médio então eles participam mas em silêncio, na hora de votar se a maioria levanta o braço eles levantam se não eles não levantam então eles ficam com esta dificuldade, por isso nós estamos pensando em alterar a representação dentro do conselho.

24. Pergunta: Com relação a participação popular: A participação popular é uma ação isolada deste governo ou uma prática já estabelecida no município e esta ação vai continuar?

Resposta: Esta experiência nós vamos ter agora no próximo governo, porque nós trabalhamos dentro de um governo só, não teve mudança de governo são os quatro anos que agora esta saindo o prefeito, nós temos quatro anos de conselho, então esta mudança nós ainda não percebemos. Mas o que nós percebemos é que com a instalação do CME agora que está completando os quatro anos já houve uma movimentação dos diretores escolares e coordenadores das escolas de educação infantil para formarem um conselho para poderem ter força de entrarem no CME com algumas decisões deles lá, algumas solicitações tanto é que quando foi criado os conselhos de diretores já foi criado e a presidente dos conselhos dos diretores liga pra mim perguntando qual é a pauta reunião ordinária para agente saber se tem algum assunto que agente deve discutir aqui no conselho de diretores e encaminhar a sugestão.

APÊNDICE I – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA DESPADRONIZADA – DIRECIONADO À SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POÇOS DE CALDAS

PESQUISADOR: ADM. OLNEY BRUNO DA SILVEIRA JUNIOR – CRA/MG 23.439

INSTITUIÇÃO: FEARP-USP (FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE RIB.PRETO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Senhora Maria Raimunda da Silva e Souza - Idade: 66 anos - Estado Civil: Casada
Secretária Municipal de Educação e Cultura do Município de Poços de Caldas

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Resposta: Eu imagino assim que o CME precisa ser um parceiro da Secretaria, graças a Deus nós conseguimos isto da escolha dos conselheiros o compromisso que eles têm com a educação, e Poços de Caldas é uma cidade que cobra bastante as coisas, inclusive nós temos um programa de rádio, da rádio cultura, chama-se conversa com o povo, eu estou aqui desde 1.970, eu acompanho este programa e eu percebi que muitas situações das escolas do próprio município como um todo, são observadas pelos munícipes e são levadas a comunidade através deste programa e quando tem alguma situação relacionada à educação agente por estar nela a muito tempo agente tem a (interrupção – auxiliar entra na sala) então eu penso que o conselho municipal de educação também tem esta participação, mesmo as pessoas não sendo conselheiras mas elas percebem que precisam melhorar alguma coisa aqui e acolá e trazem o problema a quem de direito, acho que isto vem somar aos afazeres da Secretaria de Educação, igual hoje eu estava falando para as meninas, a secretaria tem pra mim dois objetivos prioritários o primeiro é apoiar as escolas em tudo o que for necessário, não só com relação a parte pedagógica, que eu acho que muito mais importante que qualquer outra coisa porque hoje todo mundo fala que a educação hoje precisa melhorar cada vez mais, porque não é porque as escolas estão ruim, o aspecto físico da escola ruim, não é porque falta isso, falta aquilo, é porque o aluno sai da escola sem saber aquilo que tem direito de saber enquanto está lá. Então a parte pedagógica da escola é importantíssima, mas eu acho que tem que caminhar com ela também a parte administrativa, porque não adianta o aluno chegar lá fora com um conhecimento enorme e não ter um documento provando de onde ele saiu, onde é que ele buscou aquele conhecimento, então eu acho que são importantes as duas coisas, mas eu ainda dou um degrau a mais para o pedagógico. Porque é aquilo que

vai provar o que é que o aluno sabe e nós levamos estas situações, nós temos a sorte de termos no CME elementos da secretaria na diretoria do conselho, e eu acho isto muito importante porque traz para nós temos condições de levar pra o conselho todas as situações que chegam até nós com relação ao que esta acontecendo na escola. E nós temos como você viu a Rosalie é nossa chefe do setor administrativo, na parte da escola, então qualquer coisinha que ela tem ela coloca aqui na minha mesa eu já vou ver, já respondo (agiliza muito o processo de tomada de decisão) isso porque nós estamos próximos. Tanto que Poços de caldas tem uma casa dos Conselhos. O conselho de Educação tinha um número muito grande quando nós assumimos o conselho tinha um número muito grande de conselheiros, embora agente saiba que não são todos que são freqüentes, mas nós temos que contar com todos. E em contando com todos a casa dos conselhos a sala de reuniões da casa dos conselhos não comportava o numero de conselheiros. E nós tivemos no início também desta administração uma parceria com uma escola particular aqui onde trabalha o presidente do CME é professor e diretor administrativo desta escola, ele forneceu para o CME equipamentos para o trabalho do conselho, então nós tivemos muita coisa que veio somar e ajudar para que o conselho se tornasse um conselho de fato. Nós temos uma tramitação muito legal entre os conselheiros, agora mesmo não sei se você já tomou conhecimento, a Lei 9496 traz uma possibilidade das escolas montarem o seu currículo, agora nós recebemos de uma escola, alias foi primeiro para o CME a Câmara de Educação fez a análise do currículo trouxe para nós para a secretária, a secretária viu junto com a equipe pedagógica da secretaria, vimos que e um currículo totalmente possível de ser implementado, é claro que nós vamos ter que fazer algumas situações, já chamamos a escola aqui para mostrar o que é que eles tem que fazer para que o currículo possa ser implementado porque vem gastos mas nós estamos de pleno acordo, conselho e equipe pedagógica da secretaria e a escola, é uma parceria tripla. O CME trouxe uma proximidade maior com a comunidade de educação de Poços de Caldas e tudo que vai acontecer na escola, as reformas das escolas o conselho tem conhecimento delas. Inclusive a Rosalie que é nossa chefe do administrativo ela fez parte da comissão de planejamento quando foi estudar a reforma das escolas para ver adequação disto ou daquilo junto com outro elemento do setor pedagógico. Então esta proximidade de ter uma pessoa aqui dentro, porque de repente não sei se nós nos lembraríamos de colocar tudo o que acontece aqui para o conselho.

ANEXO A - REGIMENTO INTERNO DO CME-PC

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POÇOS DE CALDAS

PESQUISADOR: ADM. OLNEY BRUNO DA SILVEIRA JUNIOR – CRA/MG 23.439

INSTITUIÇÃO: FEARP-USP (FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE RIB.PRETO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

TÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO E DO OBJETIVO DO CME

CAPÍTULO I – DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º. - O presente Regimento Interno estabelece normas de funcionamento e de organização do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas, doravante denominado CME, instituído pela Lei Municipal nº 7.947, de 07 e janeiro de 2004.

CAPÍTULO II – DO OBJETIVO

Art. 2º. - O Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas, órgão colegiado e permanente do Sistema Municipal de Ensino – SME, com funções consultivas, propositivas e mobilizadoras no planejamento e definição de políticas educacionais e funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras na elaboração de legislação e normas do Sistema Municipal de Ensino, tendo como objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do município, visando garantir o acesso e a permanência à educação contínua e de qualidade sem qualquer discriminação e na gestão democrática nas escolas do seu sistema de ensino.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CME

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO E ELEIÇÕES DOS MEMBROS

Art. 3º - O Conselho Municipal de Educação será composto por 38 (trinta e oito) membros titulares, assim discriminados: I - três representantes do Poder Público Municipal, sendo um do setor pedagógico, um do setor administrativo e um do setor de cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II - três representantes da Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas; III - dois representantes do ensino Superior do Município, sendo um de universidade ou escola pública e outro de universidade ou escola particular; IV - um representante da rede particular de Educação Infantil; V - um representante dos professores da rede particular de Educação Infantil; VI - quatorze representantes eleitos dos trabalhadores da educação do município, sendo dois diretores, dois especialistas em educação, dois professores da Educação Infantil, três professores do Ensino Fundamental, sendo um professor das escolas da zona rural, um professor do Ensino médio, dois funcionários administrativos e dois funcionários operacionais; VII - um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais; VIII - um representante das Instituições Filantrópicas, Comunitárias ou Confessionais; IX - um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; X - dois representantes dos estudantes maiores de quatorze anos das escolas municipais, sendo um da zona rural; XI - um representante da Câmara Municipal de Vereadores; XII - dois representantes dos pais dos alunos, escolhidos nos pólos; XIII - três representantes das escolas de Educação Especial do Município, sendo um representante de cada escola; XIV - um representante dos movimentos populares atuantes no Município; XV - um representante das Escolas Conveniadas. XVI - um representante do Conselho Tutelar. § 1º - os conselheiros, bem como os seus suplentes, serão eleitos por seus pares em plenária dos respectivos segmentos. §

2o - O suplente substituirá o membro titular do Conselho em seu impedimento, afastamento ou ausência.

Art. 4o - O mandato do conselheiro será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art. 5o - O presidente do Conselho será eleito por seus pares e nomeado pelo Executivo. Parágrafo Único - O mandato do presidente será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

CAPÍTULO II – MANDATOS, SUBSTITUIÇÕES, PENALIDADES E DEVERES DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 6o - O mandato dos conselheiros extinguir-se-á sempre em dezembro dos anos pares.

Art. 7o - As licenças ou afastamentos por período superior a 90 (noventa) dias serão previamente requeridos e dependerão de aprovação da Mesa Diretora.

Parágrafo único - O conselheiro deverá apresentar, por escrito, ao presidente do CME o motivo do afastamento, com a devida comprovação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o fato ocorrido.

Art. 8o - A ausência do conselheiro à reunião plenária deverá ser antecipadamente justificada ao presidente do Conselho.

Art. 9o - Perderá o mandato o membro do Conselho que deixar de comparecer, sem justificativa, a 3 (três) sessões consecutivas ou 4 (quatro) intercaladas.

Art. 10 - Cada conselheiro titular terá um suplente que assumirá nos impedimentos. § 1º - O conselheiro que não puder comparecer às sessões do CME deverá comunicar ao suplente, para que este assuma nos impedimentos. § 2º - Em caso de afastamento definitivo do titular ou do suplente, far-se-á nova definição na forma da Lei. § 3º - Em caso de afastamento definitivo do titular, o suplente assumirá até o final do mandato e far-se-á nova definição do suplente. § 4º - Em caso de vaga, a eleição e a nomeação do substituto será para completar o prazo do mandato do substituído, na forma da Lei.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 11 – Para o desempenho de suas atividades o CME funcionará em Conselho Pleno, Câmaras Técnicas e disporá de Comissões Especiais, sob a coordenação de uma Mesa Diretora.

SEÇÃO I – DA MESA DIRETORA

Art. 12 - A mesa diretora será formada por 4 (quatro) membros, constituindo-se dos seguintes cargos: a) Presidente b) Secretário Geral c) 1º Secretário d) 2º Secretário § 1o - Cada membro da Mesa Diretora será escolhido pelos membros titulares do Conselho Pleno em votação secreta. § 2o - A eleição de cada membro da Mesa Diretora será individual, não sendo permitido o voto vinculado e/ou por chapas. § 3o - A duração de mandato do Secretário Geral, do 1º Secretário e do 2º Secretário terá duração igual à do Presidente.

SEÇÃO II – DAS CÂMARAS TÉCNICAS E COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 13 - As Câmaras Técnicas serão constituídas com a finalidade de otimizar e agilizar o funcionamento do CME, apreciar as questões referentes a cada tema e propor soluções que serão submetidas ao Conselho Pleno.

Art. 14 - As Câmaras Técnicas serão as seguintes: a) Câmara da Educação Infantil; b) Câmara do Ensino Fundamental e modalidades; c) Câmara de Política de Planejamento, Recursos Públicos e Avaliação; d) Câmara de Análise, Legislação e Normas; e) Câmara de Divulgação. § 1o - Cada Conselheiro Titular deverá participar de pelo menos uma Câmara Técnica. § 2o - As Câmaras Técnicas compõem-se de, no mínimo 5 (cinco) Conselheiros Titulares, sendo um coordenador. § 3o - O coordenador será eleito na primeira reunião da respectiva

Câmara Técnica e se responsabilizará pela condução dos trabalhos. § 4º – Compete ao coordenador da Câmara Técnica: a) Receber as solicitações da Mesa Diretora; b) Sugerir o cronograma e coordenar os trabalhos da Câmara; c) Fazer cumprir os prazos estabelecidos pela Mesa Diretora; d) Ser o interlocutor da Câmara junto à Mesa Diretora. § 5º – O Conselheiro Suplente deverá acompanhar seu par titular nas atividades das respectivas câmaras e/ou comissões. § 6º – As Câmaras Técnicas reunir-se-ão, no mínimo, uma vez por mês.

Art. 15 - Comissões Especiais podem ser instituídas a qualquer tempo, bem como podem ser dissolvidas ao término dos seus trabalhos. Parágrafo único - A instituição e a dissolução das Comissões Especiais devem se dar por incumbência do Presidente em Conselho Pleno.

Art. 16 - Os trabalhos das Comissões Especiais deverão ser apresentados ao Conselho Pleno.

SEÇÃO III - DO CONSELHO PLENO

Art. 17 - O Conselho Pleno é órgão deliberativo, normativo e decisório do CME.

Art. 18 – O Conselho Pleno reunir-se-á em sessão ordinária mensal e, extraordinariamente, por convocação do Presidente do CME ou por 1/3 (um terço) dos conselheiros, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 19 - As sessões plenárias constarão de expediente e ordem do dia que incluem: I - Aprovação da ata da sessão anterior; II – Avisos, comunicações, apresentação de proposições, correspondência e documentos de interesse do plenário; III – Discussão e votação da matéria incluída na pauta.

Art. 20 - O CME poderá solicitar a presença de especialistas, autoridades ou grupo de pessoas ligadas ao assunto em questão.

Art. 21 - O Conselho reunir-se-á com um “quorum” mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros titulares e as deliberações serão tomadas por maioria simples. § 1º. - Na falta de “quorum” para instalação do Plenário será automaticamente convocada nova sessão num prazo de 72 (setenta e duas) horas, que se realizará com qualquer número de conselheiros presentes. § 2º. - Em casos de empates na votação de deliberações, caberá ao Presidente do CME o voto desempate.

Art. 22 - As matérias serão apresentadas pelo seu relator facultando-se, após, a palavra aos conselheiros, segundo a ordem de inscrição. § 1º - O tempo de cada intervenção será definido no início do ponto de pauta, pela Mesa Diretora. § 2º - Não será objeto de discussão ou votação, matéria que não conste da pauta, salvo decisão da Mesa Diretora, e anuência da Plenária.

Art. 23 - As emendas propostas aos atos apresentados pelos relatores poderão ser supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

Art. 24 - De qualquer processo poderá ser concedida vista ao conselheiro que solicitar à Mesa Diretora, ficando este obrigado a apresentar seu voto, emenda ou parecer por escrito, na sessão seguinte.

Art. 25 - Após a manifestação do relator, respondendo às arguições e ouvida a plenária, o presidente submeterá a matéria à votação.

TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

SEÇÃO I DA MESA DIRETORA - DO PRESIDENTE, DO SECRETARIO GERAL, DO 1º SECRETÁRIO E DO 2º SECRETÁRIO

Art. 26 – Compete ao Presidente: I – deliberar sobre questões administrativas do CME; II – indicar os servidores municipais que irão compor a estrutura de apoio ao Conselho nos termos do § 1º. e § 2º. do Art. 15 da Lei Municipal No. 7.947; III – instituir comissões especiais para a realização de tarefas afetas ao CME, ouvido o

Plenário do Conselho;IV – constituir e coordenar comissões especiais, ouvido o Plenário do Conselho;V – estabelecer prazos para as comissões apresentarem nas sessões plenárias, os atos decorrentes de matérias a elas submetidas;VI – estabelecer nova data, quando for o caso, para o relator apresentar seu posicionamento à Comissão;VII – autorizar a realização de estudos e fazê-los executar;VIII – administrar despesas e pagamentos, com exceção das que exigirem licitação, as quais deverão ser submetidas à aprovação do plenário;IX – manter intercâmbio com órgãos e instituições educacionais, tendo em vista assuntos de interesse do CME;X – tomar as providências necessárias para regular o funcionamento do CME;XI – executar ou fazer executar as deliberações do Plenário do Conselho;XII – elaborar anualmente o relatório das atividades do Conselho para aprovação do Plenário e encaminhamento ao Poder Executivo Municipal;XIII – remeter ao Secretário Municipal de Educação os atos do Conselho; XIV – exercer outras atribuições pertinentes ao cargo e compatíveis com as finalidades do Conselho;XV – cumprir e fazer cumprir o presente Regimento;XVI – ordenar a distribuição dos expedientes;XVII – solicitar aos órgãos da Administração Municipal a prestação de serviços no âmbito de sua competência, para o desenvolvimento das atividades do Conselho;XVIII– preparar a pauta das sessões plenárias;XIX – convocar as sessões plenárias, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e presidir as reuniões plenárias e as das comissões especiais;XX – controlar as ausências dos Conselheiros;XXI – representar o CME ou designar representante;XXII – supervisionar os trabalhos das secretarias do CME;

Art. 27 – Compete ao Secretário Geral:I – elaborar informações sobre os processos a serem examinados;II – examinar as questões pedagógicas e jurídicas que lhes forem encaminhadas;III – realizar estudos de interesse do Conselho;IV – realizar outras tarefas pertinentes;V – produzir minutas, quando for solicitado;VI – coordenar a estrutura de apoio e assessoramento ao Conselho, no que se refere aos recursos humanos e materiais;VII – coordenar a execução das atividades relativas aos serviços gerais, comunicação interna, mecanografia, recepção, divulgação, orçamentos e finanças do CME;VIII - manter Conselheiros Titulares e Suplentes, indistintamente, devidamente informados sobre os assuntos relativos ao CME;IX – substituir o Presidente, quando necessário.

Art. 28 - Compete ao 1o. Secretário:I – Comparecer às sessões plenárias e elaborar as respectivas atas;II – Secretariar as reuniões do Conselho Pleno;III – Receber, preparar, expedir e arquivar os documentos produzidos e/ou analisados pelo Conselho Pleno;IV – substituir o Secretário Geral, quando necessário.

Art. 29 – Compete ao 2o. Secretário:I – Comparecer às sessões do Conselho Pleno;II – Prestar assessoramento às Câmaras Técnicas e aos Conselheiros, no exercício de suas funções;III – Receber, preparar, expedir e arquivar os documentos produzidos e/ou analisados pelas Câmaras Técnicas;IV – Substituir o 1o. Secretário, quando necessário.

SEÇÃO II DAS CÂMARAS Sub-Seção I – Da Câmara de Educação Infantil

Art. 30 – Compete à Câmara de Educação Infantil emitir pareceres e propor normas no que tange: a) a autorização de funcionamento, credenciamento e inspeção de estabelecimentos de Educação Infantil que integrem o Sistema Municipal de Ensino; b) o Cadastro das Instituições Municipais de Educação Infantil; c) a proposta pedagógica dos estabelecimentos de Educação Infantil que integrem o Sistema Municipal de Ensino; d) a autonomia e gestão democrática dos estabelecimentos públicos de Educação Infantil; e) a integração no Sistema Municipal de Ensino das instituições e estabelecimentos de Educação Infantil criadas e mantidas pelo poder

público e pela iniciativa privada; f) outras matérias relativas à Educação Infantil, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou de outras unidades de ensino. g) assegurar validade às experiências pedagógicas inovadoras realizadas no Sistema Municipal de Ensino; h) criar estratégias que favoreçam a ampla participação da comunidade nas questões de políticas educacionais do Sistema Municipal de Ensino, incentivando, dentre outras, a criação de associações de pais, professores, alunos e funcionários.

Sub-Seção II – Da Câmara de Ensino Fundamental e modalidades

Art. 31 – Compete à Câmara de Ensino Fundamental e modalidades emitir pareceres e propor normas no que tange: a) a autorização de funcionamento, credenciamento e inspeção de estabelecimentos de Ensino Fundamental e modalidades que integrem o Sistema Municipal de Ensino; b) a proposta pedagógica dos estabelecimentos de Ensino Fundamental e modalidades que integrem o Sistema Municipal de Ensino; c) a autonomia e gestão democrática dos estabelecimentos públicos de Ensino Fundamental e modalidades; d) a integração no Sistema Municipal de Ensino das instituições e estabelecimentos de Ensino Fundamental e modalidades criadas e mantidas pelo poder público; e) a parte diversificada do currículo escolar do Ensino Fundamental e modalidades; f) os recursos em face de critérios avaliatórios escolares; g) outras matérias relativas ao Ensino Fundamental e modalidades, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou de outras unidades de ensino; h) assegurar validade às experiências pedagógicas inovadoras realizadas no Sistema Municipal de Ensino; i) criar estratégias que favoreçam a ampla participação da comunidade nas questões de políticas educacionais do Sistema Municipal de Ensino, incentivando, dentre outras, a criação de associações de pais, professores, alunos e funcionários.

Sub-Seção III – Da Câmara de Política de Planejamento, Recursos Públicos e Avaliação

Art. 32 – Compete à Câmara de Política de Planejamento, Recursos Públicos e Avaliação: I - participar da elaboração de política de ação do poder público para a Educação; II - avaliar e manifestar-se sobre as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual referentes à Educação; III - fiscalizar a aplicação de recursos públicos destinados aos setores público e privado, incluindo verbas de fundos federais e estaduais; IV - emitir parecer sobre: a) propostas de convênios educacionais e/ou sua renovação entre Município e entidades públicas ou privadas; b) o interesse e a necessidade de eventual assistência do Município às instituições particulares, filantrópicas e comunitárias, no que se refere à Educação. V - contribuir para o diagnóstico da evasão, repetência e problemas na qualidade do ensino nas escolas, apontando alternativas de solução; VI - propor ações educacionais compatíveis com programas de outras secretarias, como a de Saúde, a de Assistência Social e a de Esportes, bem como manter intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa; VII - acompanhar a política de convênios educacionais entre Município e entidades públicas e privadas; VIII - colaborar com o dirigente do órgão municipal de educação no diagnóstico e na solução de problemas relativos à educação, no âmbito do Município; IX - acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Educação; X - pronunciar-se sobre a ampliação da rede física das escolas no âmbito do Sistema Municipal de Ensino e, ainda, sobre a localização dos prédios escolares. XI - acompanhar as transferências de bens afetos às escolas públicas estaduais ou transferências de serviços educacionais ao município. XII - exercer outras atribuições, previstas em Lei, ou decorrentes da natureza de suas funções;

Sub-Seção IV – Da Câmara de Análise, Legislação e Normas

Art. 33 – Compete à Câmara de Análise, Legislação e Normas: I - responder a consulta e emitir parecer em matéria de ensino e educação no âmbito do Sistema Municipal de Ensino; II - funcionar como instância recursal, no âmbito de suas atribuições; III - zelar pelo cumprimento da legislação escolar aplicável à educação e ao ensino; IV - propor normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino; V - exercer competência recursal em relação às decisões das entidades e instituições do Sistema Municipal de Ensino, esgotadas as respectivas instâncias; VI - fixar normas, nos termos da Lei, para a criação de estabelecimentos de ensino público de modo a evitar a aplicação inadequada de recursos; VII - exercer outras atribuições, previstas em Lei, ou decorrentes da natureza de suas funções; VIII - analisar a legitimidade dos pareceres e propostas normativas das outras Câmaras Temáticas.

Sub-Seção V – Da Câmara de Divulgação

Art. 34 – Compete à Câmara de Divulgação: I - assegurar a publicidade de informações sobre o Sistema Municipal de Ensino, tais como o número de profissionais e de alunos, bem como as receitas e despesas do setor e o custo aluno por nível de ensino; II - divulgar, através de publicações, suas atividades nos veículos de comunicação do Município; III - manter intercâmbio com Conselhos de Educação. IV - exercer outras atribuições, previstas em Lei, ou decorrentes da natureza de suas funções; V - acompanhar e propor ações intersetoriais entre conselhos, e entre conselho e secretarias ou outros órgãos públicos para fins de melhoria da qualidade da educação;

SEÇÃO III DO CONSELHO PLENO

Art. 35 – Ao Conselho Pleno compete especificamente: I - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno ; II - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura a proposta anual do Conselho Municipal de Educação; III - pronunciar-se sobre as ações ou formas de cooperação entre União, Estado e Município no âmbito da educação; IV - zelar pela valorização dos profissionais de educação; V - participar, efetivamente, da criação do Sistema Municipal de Ensino e seu funcionamento posterior; VI - indicar o representante do Conselho no órgão colegiado do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental; VII - opinar sobre o plano de carreira do magistério do município.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36 - O cumprimento do Regimento Interno é de responsabilidade de todos os conselheiros.

Art. 37 - As propostas de alteração total ou parcial deste Regimento Interno deverão ser apreciadas em reunião extraordinária do Conselho Pleno convocada para este fim. Parágrafo Único - Dependerá do voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros a aprovação de propostas de alteração deste Regimento.

Art. 38 - As dúvidas que surgirem na aplicação deste regimento serão resolvidas pela Mesa Diretora que também decidirá os casos omissos à luz da legislação vigente.

Art. 39 - O recesso do Conselho Municipal de Educação de Poços de Caldas será de 30 (trinta) dias conforme calendário escolar oficial do município.

Art. 40 - O presente Regimento entra em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Conselho Pleno. Poços de Caldas, 31 de janeiro de 2005. Mário Ruela Filho – Presidente.

ANEXO B – LEI MUNICIPAL Nº 7.947 – 07 de janeiro de 2.004**LEI DE CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DO NOVO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS**

PESQUISADOR: ADM. OLNEY BRUNO DA SILVEIRA JUNIOR – CRA/MG 23.439

INSTITUIÇÃO: FEARP-USP (FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE RIB.PRETO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Institui o Sistema Municipal de Ensino de Poços de Caldas, cria novo Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Ensino de Poços de Caldas, que se orientará pelos seguintes princípios, além dos definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei Orgânica Municipal:

- I- ampla participação dos vários segmentos da sociedade - escolas, comunidade, poder público e organizações sociais - para garantir a democratização das decisões;
- II- busca permanente da qualidade da educação, traduzida na preocupação com a identidade local e o acesso ao universal para garantir a plena formação do cidadão;
- III- reconhecimento do direito de todos à educação como elemento fundamental da formação humana;
- IV- assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município, concorrendo para elevar a qualidade dos serviços educacionais;
- V- garantir o acesso e a permanência à educação contínua e de qualidade, sem qualquer discriminação, pela gestão democrática nas escolas de seu sistema de ensino;
- VI- colocar a escola como espaço da comunidade, democratizando relações, ampliando possibilidades de aprendizagem, estimulando a criatividade e a reflexão;
- VII- observar a organização da educação escolar adequando-a à realidade de cada comunidade, respeitando suas experiências, sua cultura e garantindo plena participação de todos os cidadãos.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei o Sistema Municipal de Ensino é composto por:

- I- instituições de ensino infantil, fundamental e médio mantidas pelo Poder Público Municipal;
- II- instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III- órgãos municipais de educação.

§ 1º Compõem, também, o Sistema Municipal de Ensino as instituições conveniadas que desenvolvem atividades educativas regulares na Educação Básica e de caráter educativo complementar que desenvolverão suas atividades integradas à rede regular de ensino.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ouvido o Conselho Municipal de Educação, implementará sistema de avaliação permanente do Sistema Municipal de Ensino.

§ 3º O Sistema Municipal de Ensino – SME - buscará garantir as especificidades da educação desenvolvida por suas unidades na zona rural.

§ 4º Será garantido o desenvolvimento da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos aos cidadãos que delas necessitem.

§ 5º O Sistema Municipal de Ensino adotará a perspectiva da escola inclusiva, como garantia da inserção de todos na escola regular, o que é, também, obrigação da comunidade e da família.

§ 6º O poder público municipal implementará política de ampliação e manutenção sistemática da rede física de suas unidades escolares.

§ 7º O Sistema Municipal de Ensino implementará ações que visem a integração com o Sistema Estadual de Ensino.

Art. 3º À Secretaria Municipal de Educação e Cultura incumbe organizar, executar, manter, administrar, orientar e coordenar as políticas públicas voltadas à educação, velando pela observância da legislação respectiva, das deliberações e pelo cumprimento das decisões do Conselho Municipal de Educação, nas instituições que integram a Rede Pública Municipal de Ensino.

Parágrafo único. Compete ainda à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, orientar e fiscalizar as atividades das instituições educacionais da rede privada que integram o sistema Municipal de Ensino.

Art. 4º Fica criado novo Conselho Municipal de Educação Poços de Caldas – CME, órgão de caráter deliberativo, normativo e consultivo sobre os temas de sua competência abrangendo o Sistema Municipal de Ensino de Poços de Caldas – SME.

Art. 5º O Conselho Municipal de Educação terá como objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município, concorrendo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.

Art. 6º O Conselho Municipal de Educação será composto de 38 (trinta e oito) membros, assim discriminados:

- I- três representantes eleitos do Poder Público Municipal, sendo um do Setor Pedagógico, um representante do Setor Administrativo e um representante do Setor de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- II- três representantes eleitos da 31ª Superintendência Regional de Ensino do Estado de Minas Gerais;
- III- dois representantes eleitos do Ensino Superior do Município, sendo um de universidade ou escola pública e outro de universidade ou escola particular;
- IV- um representante eleito da rede particular de educação infantil;
- V- um representante eleito dos professores da rede particular de educação infantil; quatorze representantes eleitos dos trabalhadores da educação do município, sendo dois diretores, dois especialistas em educação, dois professores da educação infantil, três professores do ensino fundamental, sendo um das escolas da zona rural, um do ensino médio, dois funcionários administrativos e dois funcionários operacionais;
- VI- um representante eleito do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;
- VII- um representante eleito das Instituições Filantrópicas Comunitárias ou Confessionais;
- VIII- um representante eleito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- IX- dois representantes eleitos dos estudantes maiores de quatorze anos das escolas municipais, sendo um da zona rural;
- X- um representante da Câmara Municipal;
- XI- dois representantes eleitos dos pais dos alunos, escolhidos nos pólos;
- XII- um representante eleito do Conselho Tutelar;
- XIII- três representantes das escolas de educação especial do Município, sendo um representante de cada escola;
- XIV- um representante eleito dos movimentos populares atuantes no Município;
- XV- um representante eleito das Escolas Conveniadas.

§ 1º Os conselheiros, bem como os seus suplentes, serão eleitos por seus pares em plenária dos respectivos segmentos.

§ 2º O suplente substituirá o membro titular do Conselho em seu impedimento, afastamento ou ausência.

§ 3º O representante da Câmara Municipal será indicado pela Mesa Diretora, assim como o respectivo suplente.

Art. 7º Os conselheiros titulares e os suplentes terão seus nomes homologados por ato do Executivo.

Parágrafo único. A função de membro do Conselho Municipal de Educação não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço prestado à população.

Art. 8º O Regimento do Conselho Municipal de Educação definirá, dentre outras, as seguintes matérias:

- I- a forma de substituição dos conselheiros, em caso de vacância, respeitado o princípio da eleição;
- II- o número limite de ausências do conselheiro sem a perda do mandato;
- III- a composição da mesa diretora do Conselho, bem como a forma de escolha e as atribuições dos membros da mesma;
- IV- a estrutura e o funcionamento da Secretaria do Conselho;
- V- a forma de tornar públicas suas ações e deliberações;
- VI- a organização das Câmaras Temáticas e Plenária, bem como seu funcionamento e competências.

Art. 9º O mandato do conselheiro será de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição.

Art. 10. O presidente do Conselho será eleito por seus pares e nomeado pelo Executivo.

§ 1º O mandato do Presidente será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição;

§ 2º Cabe ao Presidente, entre outras atribuições dispostas no regimento interno:

- I- deliberar sobre questões administrativas do Conselho Municipal de Educação;
- II- indicar os servidores municipais que irão compor a estrutura de apoio ao Conselho, nos termos do § 2º do art. 15 desta Lei;
- III- instituir comissões especiais para a realização de tarefas afetas ao órgão, conforme dispuser o regimento interno.

Art. 11. Ao Conselho Municipal de Educação compete:

- I- participar da elaboração de política de ação do poder público para a Educação;
- II- avaliar e manifestar-se sobre as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual relativamente à Educação;
- III- fiscalizar a aplicação de recursos públicos destinados aos setores público e privado, incluindo verbas de fundos federais e estaduais;
- IV- emitir parecer sobre:
 - a) propostas de convênios educacionais e/ou sua renovação entre o Município e entidades públicas ou privadas;
 - b) o interesse e a necessidade de eventual assistência do Município às instituições particulares, filantrópicas e comunitárias, no que se refere à Educação;
- V- normatizar as seguintes matérias:
 - a) autorização de funcionamento, credenciamento e inspeção de estabelecimentos que integrem o Sistema Municipal de Ensino;
 - b) parte diversificada do currículo escolar;
 - c) recursos em face de critérios avaliatórios escolares;
 - d) autonomia e gestão democrática das escolas públicas municipais;
 - e) classificação e progressão do estudante nas etapas da educação básica;
 - f) integração no Sistema Municipal de Ensino das instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pelo poder público e pela iniciativa privada;
 - g) outras matérias mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou outras unidades de ensino;
- VI- assegurar a publicidade de informações sobre o Sistema Municipal de Ensino, tais como o número de profissionais e de alunos, bem como as receitas e despesas do setor e o custo aluno por nível de ensino;
- VII- responder a consulta e emitir parecer em matéria de ensino e educação no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;
- VIII- estabelecer critérios que orientem a elaboração da proposta pedagógica das escolas que compõem o Sistema Municipal de Ensino;
- IX- autorizar mudanças na organização e no currículo da educação regulada por este Conselho, observada a legislação federal;
- X- funcionar como instância recursal, no âmbito de suas atribuições;
- XI- elaborar e aprovar seu regimento interno;
- XII- contribuir para o diagnóstico da evasão, repetência e problemas na qualidade do ensino nas escolas, apontando alternativas de solução;
- XIII- propor ações educacionais compatíveis com programas de outras secretarias, como a de Saúde, a de Assistência Social e a de Esportes, bem como manter intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa;
- XIV- divulgar, através de publicações, suas atividades nos veículos de comunicação do Município;
- XV- assegurar validade às experiências pedagógicas inovadoras realizadas no Sistema Municipal de Ensino;
- XVI- acompanhar a política de convênios educacionais entre Município e entidades públicas e privadas;
- XVII- encaminhar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura a proposta anual do Conselho Municipal de Educação;

- XVIII- colaborar com o dirigente do órgão municipal de educação no diagnóstico e na solução de problemas relativos à educação, no âmbito do Município;
- XIX- zelar pelo cumprimento da legislação escolar aplicável à educação e ao ensino;
- XX- pronunciar-se sobre as ações ou formas de cooperação entre União, Estado e Município no âmbito da educação;
- XXI- zelar pela valorização dos profissionais da educação;
- XXII- criar estratégias que favoreçam a ampla participação da comunidade nas questões de políticas educacionais do Sistema Municipal de Ensino, incentivando, dentre outras, a criação de associações de pais, professores, alunos e funcionários;
- XXIII- acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Educação;
- XXIV- propor normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino;
- XXV- pronunciar-se sobre a ampliação da rede física das escolas no âmbito do Sistema Municipal de Ensino e, ainda, sobre a localização dos prédios escolares;
- XXVI- participar, efetivamente, da criação do Sistema Municipal de Ensino e seu funcionamento posterior;
- XXVII- acompanhar a realização do cadastro escolar para recenseamento da população escolarizável, visando garantir o atendimento integral da demanda;
- XXVIII- indicar o representante do Conselho no órgão colegiado do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental;
- XXIX- opinar sobre o plano de carreira do magistério do município.

Art. 12. Compete ao Secretário Municipal de Educação e Cultura homologar as decisões do Conselho referentes aos incisos V, VIII, IX, XV, XXIV, XXVII, XXVIII e XXIX do artigo anterior desta Lei, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. O Secretário solicitará ao Conselho, no prazo previsto no caput deste artigo, reexame do ato levado à homologação, sendo arquivada a matéria sobre a qual houver mais de dois pedidos de reexame.

§ 2º. O Secretário, quando se negar a homologar a decisão do Conselho, devolverá a matéria ao Conselho Municipal de Educação, com as razões de sua recusa.

§ 3º. Na hipótese de o Secretário não se manifestar no prazo previsto no *caput* deste artigo, será considerado homologado, tacitamente, o ato decisório.

Art. 13. A organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação serão disciplinados em regimento interno elaborado e aprovado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do Conselho.

Art. 14. O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, nos casos previstos no regimento interno.

§ 1º. A sessão plenária do Conselho Municipal de Educação instalar-se-á com a presença da maioria dos seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.

§ 2º. Na falta de quorum para instalação do plenário, será automaticamente convocada nova sessão, que acontecerá no prazo de 72 (setenta e duas) horas, com qualquer número de conselheiros presentes.

§ 3º. Cada membro terá direito a um voto e, ocorrendo o empate, caberá ao Presidente do Conselho, além do voto ordinário, o voto de qualidade.

Art. 15. O Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de requisição do Presidente do Conselho Municipal de Educação, garantirá estrutura de apoio de recursos humanos e materiais para o seu pleno funcionamento.

§ 1º. O número de servidores que atuarão na estrutura de apoio não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) do número de Membros Efetivos do Conselho.

§ 2º. O Conselho Municipal de Educação contará com um corpo técnico de apoio, do próprio quadro de pessoal da Secretário Municipal de Educação, necessário ao atendimento de seus serviços, devendo ser previstos recursos orçamentários próprios para esse fim.

Art. 16. O Conselho Municipal de Educação poderá convidar entidades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros para colaborar em estudos ou participarem de comissões instituídas no âmbito do Conselho Municipal de Educação, sob a coordenação de um de seus membros.

Art. 17. O Conselho Municipal de Educação – CME, será composto nos termos desta Lei e empossado pelo Prefeito Municipal em até 60 (sessenta) dias, a partir da data da promulgação da mesma.

Art. 18. O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua promulgação.

Art. 19. As receitas e despesas com a manutenção e com o desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas pelo Poder Público Municipal, em balanços bimestrais, assim como os relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição da República.

Art. 20. Na captação e aplicação de recursos públicos destinados à educação, serão observados todos os dispositivos legais pertinentes, especialmente a Constituição Federal; a Emenda Constitucional n. 14; a Lei Federal 9394/96 (LDB); a Lei Federal n. 9424/96, a Lei Complementar n. 101/2000; a Lei Federal 8666/93, e a Lei Orgânica do Município de Poços de Caldas.

Art. 21. Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 7.712, de 29 de novembro de 2002, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Poços de Caldas, 07 de janeiro de 2004

@ Paulo Tadeu Silva D'Arcádia
Prefeito Municipal

Proc. 353/2003

Publicada no Jornal Folha Popular, em 10/01/2004

Normas relacionadas: Lei n. 7712/2002; Decreto n. 8272/05 (Regimento Interno Conselho Municipal de Educação); Decreto n. 8734/07; RESOLUÇÃO N. 1, DE 03/03/2006 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Portaria n. 4011, de 14/11/2006 (regulamento da eleição dos segmentos)